



Isabel Oliveira Mazza

A cidade re-existe
O processo de regeneração urbana no Rio de Janeiro no
contexto dos megaeventos

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. João Franklin Abelardo Pontes Nogueira

Rio de Janeiro
Julho de 2021



Isabel Oliveira Mazza

A cidade re-existe
O processo de regeneração urbana no Rio de Janeiro no
contexto dos megaeventos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Prof. João Franklin Abelardo Pontes Nogueira
Orientador e Presidente
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. James Matthew Davies
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Roberto Vilchez Yamato
Instituto de Relações Internacionais – PUC-RIO

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2021

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Isabel Oliveira Mazza

Isabel Oliveira Mazza possui o título de Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e de Mestre em Relações Internacionais também pela PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Mazza, Isabel Oliveira

A cidade re-existe : o processo de regeneração urbana no Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos / Isabel Oliveira Mazza ; orientador: João Franklin Abelardo Pontes Nogueira. – 2021.

106 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2021.

Inclui bibliografia

CDD: 327

*Para meus avós,
por nossas tantas andanças e errâncias atravessadas de afetos.*

Agradecimentos

Desenvolver a presente investigação em um contexto de pandemia trouxe diversos desafios e reflexões sobre as condições de se pensar e viver a cidade e as relações dos corpos com e na cidade. Com grande parte desta pesquisa tendo sido desenvolvida em um cenário de isolamento social em que nossas relações se tornaram mediadas por tecnologias e plataformas online, muitos desafios se apresentaram, mas junto com eles, uma gratidão imensa por aqueles que trabalharam incessantemente para torná-la viável e concretizá-la, seja incentivando, facilitando processos, trocando ideias, oferecendo ouvidos e abrigo.

Agradeço, antes de tudo, a toda espiritualidade e à natureza onde tantas vezes encontrei meu equilíbrio e forças para continuar.

Aos meus avós Vicente e Virgínia, pelo porto seguro e amor incondicional.

Aos meus pais, por todo incansável esforço dedicado para as conquistas dos filhos.

Aos meus tios Ciça e Murilo, por tantas conversas, apoio e abrigo mesmo que de tão longe.

À minhas primas Duda e Rafa, por todo afeto e amorosidade.

Ao meu companheiro Marcelo, pelas trocas, ouvidos, incentivo, opiniões e paciência durante esse processo. Aos seus pais, Tida e Pina, por me receberem tão bem enquanto eu escrevia essa dissertação em sua casa repleta de natureza e vida.

Aos doutores Nicola Caminha e José Carlos por tantas vezes me lembrarem de colocar os pés no chão e me incentivarem a seguir.

Ao meu orientador João Nogueira, que tantas vezes me incentivou e apoiou na realização do Mestrando, me dando autonomia e tantas vezes trazendo soluções para as dificuldades.

Ao Professor Roberto Yamato, coordenador do Instituto de Relações Internacionais, por tantas trocas, conversas e carinho ao longo de anos.

Ao Professor Matt Davies, que ofereceu muito generosamente diversas reflexões e provocações sobre pensar o espaço e a cidade.

Aos Professores Roberto Yamato e Matt Davies, que gentilmente aceitaram participar da banca de defesa desta dissertação e trouxeram contribuições e comentários muito valiosos.

Aos professores e funcionários do Instituto de Relações Internacionais – Kai, Lia, Marta, Rob, Monica, Carolina, e tantos outros – que fizeram parte da minha formação acadêmica, por tantas reflexões, ideias e apoio sempre.

Aos meus colegas da PUC-Rio, por todas as trocas, reflexões e parcerias fundamentais na minha trajetória acadêmica.

À Ana, ao Paulo e à todos os funcionários da Pousada do Verde em Passa Quatro (MG), que tão bem me receberam quando precisei de um refúgio para escrever.

Ao CNPq, à CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos produtores do filme “Favela Olímpica”, que generosa e prontamente me ofereceram os meios para acessar o filme.

Aos meus amigos e familiares que me incentivaram e torceram para que essa etapa fosse concluída com êxito, compreendendo as ausências temporárias.

Resumo

Mazza, Isabel Oliveira; Nogueira, João Pontes (orientador). **A Cidade Re-existe: O Processo de Regeneração Urbana no Rio de Janeiro no Contexto dos Megaeventos.** Rio de Janeiro, 2021, 106p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A partir de uma reflexão acerca da produção da cidade e sua relação com o Internacional moderno, a presente pesquisa busca propor uma discussão da cidade como um outro tipo de arranjo do global, o que se torna muito evidente em um contexto de recepção de megaeventos internacionais – como Olimpíadas e Copa do Mundo – que intensificam fluxos, influenciam na arquitetura e acabam por produzir o espaço urbano da pretendida cidade global por meio de práticas e estratégias que tem como central a valorização do capital. Parte-se aqui da investigação da reinvenção do espaço político no contexto do neoliberalismo, compreendendo os megaeventos como uma estratégia de produção da cidade global para se pensar como isso se materializa nas lutas locais e o entrelaçamento dessas relações nos corpos das pessoas e também no espaço material da cidade. Dessa forma, pensar-se-á, de forma transversal, o processo de regeneração urbana no Rio de Janeiro no contexto em que a cidade hospedou diversos megaeventos como o Pan Americano, Copa do Mundo e Olimpíadas que compreende de 2007 a 2016.

Palavras-chave

Cidade; Espaço urbano; Resistência; Vila Autódromo; Cidades globais.

Abstract

Mazza, Isabel Oliveira; Nogueira, João Pontes (advisor). **The City Re-Exists: The Urban Regeneration Process in Rio de Janeiro in The Context of The Megaevents.** Rio de Janeiro, 2021, 106p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Departing from a reflection about the production of the city and its relation to the modern International, the present research aims to offer a discussion about the city as another type of global assemblage, which becomes evident in the context of hosting international megaevents – such as the Olympics and the World Cup – that intensify the flows, influence the architecture and end up by producing the urban space of the desired global city through practices and strategies that are centered on the valorization of the capital. The research begins with the investigation of the reinvention of the political space in the context of neoliberalism, understanding the megaevents as a strategy of the production of the global city, in order to think how this is materialized on local struggles and the entanglements of this relations both in people's bodies and in the material space of the city. In this sense, this research will think the urban regeneration process in Rio de Janeiro, through a transversal approach, in the period that the city hosted many megaevents as the Pan American Games, the World Cup and the Olympics, which comprehend the period from 2007 to 2016.

Keywords

City; Urban space; Resistance; Vila Autódromo; Global cities.

Sumário

Introdução	12
1 Cidades globais e a política do urbano	25
1.1. Introdução	25
1.2. Multiescalaridade: horizontal, vertical, transversal	26
1.3. Cidades globais	33
1.3.1. A Produção do espaço urbano e o capital financeiro	38
1.3.2. Práticas de segurança	42
1.4. Contornos finais	43
2 Regeneração urbana e megaeventos no Rio De Janeiro	47
2.1. Introdução	47
2.2. O nacional e o urbano: Brasil no tempo	49
2.2.1. Financialização do espaço e a força da lei	53
2.3. Transformações e disputas no Rio de Janeiro no espaço-tempo	55
2.4. Transformações e disputas na Vila Autódromo	58
2.5. Favela Olímpica	61
2.6. Atravessamentos finais	75
3 Cidades ordinárias?	79
3.1. Introdução	79
3.2. Mobilidade urbana	83
3.3. Imaginários da cidade	86
3.4. Atravessamentos finais	95
Considerações finais	96
Referências bibliográficas	102

Lista de Figuras

- Figura 1.** Cena do filme Favela Olímpica. Os limites do Parque Olímpico com a comunidade. 64
- Figura 2.** Cena do filme Favela Olímpica. Crianças jogam futebol na quadra da Vila Autódromo ao lado das obras olímpicas. 66
- Figura 3.** Eduardo Paes, Carvalho Hosken e representantes do Comitê Olímpico Brasileiro. 66
- Figura 4.** Cena do filme Favela Olímpica de Samuel Chalard. A comunidade e as obras olímpicas em 2014. 67
- Figura 5.** Imagem aérea da comunidade ainda antes das Olimpíadas após as remoções. 67
- Figura 6.** Cena do filme Favela Olímpica. Construção da Arena do Futuro. 68
- Figura 7.** Cena do filme Favela Olímpica. Criança brincando com os escombros das demolições. 69
- Figura 8.** Cena do filme Favela Olímpica. Moradora passa por canteiro de obras para acessar sua casa. Enquanto no muro narra sobre o vínculo da Prefeitura em atender ao interesse das corporações. 70
- Figura 9.** Cena do filme Favela Olímpica. Rosto da moradora Penha que viralizou na mídia nacional e internacional após ação da polícia para remoções. 70
- Figura 10.** Cena do Filme Favela Olímpica. Moradores vedam suas bocas em ato de resistência contra a derrubada da Associação de Moradores. 71
- Figura 11.** Demolição da Associação de Moradores observada pela oficial de justiça e policiais. 72
- Figura 12.** Moradores escrevem nos muros restantes da comunidade os dizeres: “Associação de Moradores”. 72
- Figura 13.** Casas construídas para as famílias remanescentes. 10 dias antes dos jogos. 73
- Figura 14.** A casa de um morador resiste à regeneração urbana. 73

Figura 15. Condomínio Parque Carioca (Programa Minha Casa Minha Vida de habitação) onde foram alocadas as famílias que aceitaram os apartamentos como permuta. Outros optaram por indenizações. 74

Figura 16. O mapa das remoções, por Lucas Faulhaber e Lena Azevedo (SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico, Mórula Editorial, 2015. (extraído do dossiê do Observatório das Metrópoles, 2016) 82

Introdução

Ao se pensar a Política Internacional e os conceitos que informam grande parte da produção de conhecimento sobre ela, poucas abordagens refletem seriamente sobre o papel da cidade e como esta cabe na reflexão acerca do Internacional, da sua espacialidade e temporalidade. O presente projeto busca propor uma discussão da cidade como um outro tipo de arranjo do global, o que se torna muito evidente em um contexto de recepção de megaeventos internacionais – como Olimpíadas e Copa do Mundo – que intensificam diversos fluxos, influenciam na arquitetura da cidade e acabam por produzir o espaço urbano da pretendida cidade global por meio de práticas e estratégias que tem como central a valorização e reprodução do capital.

Autores como Debby Lisle e Dan Bulley (2012) desenvolveram importantes reflexões no que se refere à produção da cidade em capital e mercadoria (seja através do turismo ou outras estratégias) que são baseadas em articulações de relações de poder e que trazem à luz as resistências à produção desses espaços homogêneos em que notoriamente ocorre a desorganização de espaços sociais e a consequente produção de novos espaços que evidenciam essa produção do global no urbano. Parte-se aqui da investigação da reinvenção do espaço político no contexto do neoliberalismo, compreendendo os megaeventos como uma estratégia de produção da cidade global, a fim de pensar como isso se materializa nas lutas locais, os sujeitos que nelas emergem e o entrelaçamento dessas relações nos corpos das pessoas e também no espaço material da cidade.

Dessa forma, propõe-se pensar o processo de regeneração urbana no Rio de Janeiro no contexto em que a cidade hospedou diversos megaeventos como o Pan Americano, a Copa do Mundo e as Olimpíadas compreendendo o período de 2007 a 2016 – conferindo atenção especial a este último. O caso do Rio de Janeiro se faz relevante à medida que é um espaço rico em situações de regeneração urbana nesse contexto, especialmente nas regiões que se pretendia mais intensamente a produção desse espaço globalizado, como na Zona Sul da cidade (espaço central ao turismo

e à hotelaria), na construção do Porto Maravilha no centro da cidade e da Barra Olímpica (na região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá na Zona Oeste da cidade).

Partir-se-á, aqui, especialmente do caso da resistência da comunidade da Vila Autódromo localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em um espaço que se buscava a produção dessa cidade global, tendo, a comunidade, passado por diversas tentativas de remoção pelo Estado que envolveram tanto tentativas por meios legais, como táticas de precarização da vida e até mesmo uso da força, seguidos por atos de resistência não apenas locais, mas também em outras áreas da cidade, em diversos níveis do Poder Público e até mesmo nas Organizações Unidas.

O Processo Civilizador (1994a; 1994b) de Norbert Elias pode ser tomado como uma fonte de sociologia histórica e expressão de um discurso específico sobre a modernidade ocidental, período em que, frente ao declínio de uma corte cujo prestígio originava-se de linhagens sanguíneas, ascende uma burguesia cuja fonte de prestígio advinha do acúmulo monetário e a quem interessava maior estabilidade, previsibilidade e o fim das guerras. Com essa emergência, dá-se a crescente afirmação da necessidade da pacificação do espaço social como condição para o desenvolvimento, ao passo que, em seu modelo ideal, o padrão das relações sociais não seria a violência, mas o controle das condutas. A emergência do Estado moderno se dá concomitantemente à profusão de regras, sendo a lei e a ordem entendidas como garantidoras de maior estabilidade social (Elias, 1994). Tal discurso sobre a modernidade e o desenvolvimento de uma civilização tem o território urbano como central nessa prática de organização e ordenamento. A cidade é, nesse caso, entendida como o centro do progresso cujo desafio é manter a ordem para otimização de fluxos de capital e de pessoas.

Esta narrativa da sociologia histórica acerca da modernidade e de sua íntima relação com o desenvolvimento da civilização é, como afirmado inicialmente, um discurso muito específico e uma experiência particular, sendo, dessa forma, observável a reprodução dessa narrativa nos estudos tradicionais sobre modernidade, desenvolvimento e modernização, que se concentram, frequentemente, em questões relacionadas a uma macropolítica, cujo foco é a otimização e o progresso – narrativas que, nas Relações Internacionais, são centradas nos Estados e pensadas, muitas vezes, a partir de índices e estatísticas que acabam por tornar invisíveis esferas de experiência, entendimentos e outras

histórias que tem o potencial de desestabilizar e evidenciar o caráter contingente das narrativas dominantes e suas categorias. Neste sentido, Michael Shapiro em “The Time of The City” (2010) evidencia a necessidade de se afastar da linguagem que constantemente foca no Estado a fim de se pensar uma política do espaço urbano:

“A conceptual grasp of the politics of urban space requires a distancing from the philosophical traditions from which the dominant political idioms have emerged because the contemporary history of political philosophy has been intimately involved with state-level thinking. With notable exceptions, politically focused philosophical idioms have tended toward what Jacques Derrida calls a ‘national philosophism,’ a preoccupation with the nation-state. Or as Pierre Bourdieu has put it, state thinking persists because the state remains in the head of the theorist.” (Shapiro, 2010, p.10)

Em um *insight* semelhante, Warren Magnusson (2011) evidencia a tendência contínua de se pensar a política sob a perspectiva do Estado e da soberania (seja individual, governamental ou de uma ordem mundial), e afirma a potencialidade de enxergar outras nuances da vida política e social e epistemologias alternativas ao mudar o olhar condicionado pelas categorias do Estado para um olhar como a cidade: tanto através dela quanto a partir dela, o que permitiria uma visão mais real da vida política. Segundo Magnusson, o mundo se parece mais com a cidade do que com Estados, sendo ela ao mesmo tempo local e global, ou seja, acaba por articular sua formação local/particular ao passo que produz uma ordem na escala global. Segundo Magnusson, essa mudança no que concerne à percepção da ordem e da questão de escala acaba por evidenciar a contingência de categorizações das análises políticas tradicionais:

“The students are caught between two types of theory, one that takes the existing order largely for granted and pursues detailed questions with regard to it and another that re-poses all the key questions in philosophical terms. The first type of theory offers a nice, stable ground on which to think about political questions. Those questions can be posed in fairly general terms, but the assumed relevance is to the field constituted by the liberal-democratic nation-state and the liberal order more generally. The second type of theory offers no stable ground and no obvious point of reference. There are concepts, to be sure – rhizomes and lines of flight, singularities and emergent properties, cyborgs and networks, übermenschen and dasein – but it is hard to know what to do with any of them in the absence of an alternative ontology of the political. That is why I think it is so important to think the political through the city. The city is difficult to understand, but we can see how it works all around us. It offers us a place to begin, both as analysts and as activists. Urban life is as familiar as it is strange and complex. If we look at it carefully, many of the standard political and analytic categories begin to melt before our eyes,

and other ones more adequate to the purpose begin to take shape.” (Magnusson, 2011, p.6-7)

O ímpeto de olhar para as cidades e o espaço urbano se desenvolveu a partir do entendimento de que há uma notória necessidade de se repensar os discursos hegemônicos da modernidade que se centram no Estado soberano – consistindo este em uma articulação espaço-temporal muito específica que se reproduz afirmando uma suposta horizontalidade. Contudo, é, na realidade, uma rearticulação de hierarquias verticais pré-modernas que se naturalizam e reproduzem desigualdades (exclui-se a hierarquia que tem Deus no topo para, posteriormente, reinseri-la horizontalmente, agora entre a pluralidade de unidades). Segundo RBJ Walker, portanto, esse imaginário naturalizado reflete uma questão que é a de escala e de níveis de análise (o homem, o Estado e o Sistema Internacional) por meio da qual o pensamento espacial, temporal e acerca das próprias subjetividades das teorias tradicionais de Relações Internacionais se desenvolve: a relação entre o particular e o universal, o local e o global, o um e a coletividade desses uns, a cidadania e a humanidade, a unidade e a comunidade (Walker, 1993; Walker 2010; Walker, 2017). Logo, trata-se de uma política de escalas de subjetividades divididas sobre a qual se sustenta o Internacional moderno.

A partir do movimento de compreender a contingência das categorias que nos informam nossa imaginação política, como a espacialidade, a temporalidade e as subjetividades, busca-se pensar outras compreensões possíveis de espaços e experiências politicamente relevantes, que revelam a não linearidade e pluralidade de temporalidades e espacialidades que se atravessam. Neste sentido, busca-se aqui pensar o espaço urbano, os encontros e co-presenças que nele se dão:

“Writing early in the twenty first century, Amin and Thrift note that, “In the last fifteen years, urban theory has moved a considerable way towards recognizing the varied and plural nature of urban life . . . Contemporary urbanists,” they write, . . . note the juxtaposition of high-value added activities with new kinds of informed activity, the co-presence of different classes, social groups, ethnies and cultures, the stark contrast between riches and creativity and abject poverty, and the multiple temporalities and spatialities of different urban livelihoods.” (Shapiro, 2010, p.9-10)

Se Magnusson defende a necessidade de se olhar como uma cidade, Angharad Closs Stephens (2015) vai além e afirma ser fundamental se sentir como uma cidade, uma vez que é ela o espaço de encontros e um arranjo de outros

elementos que despertam sensações e emoções que envolvem cheiros, sons, cores, clima e afetos que informam outras formas de se estar no mundo e até mesmo outra imagem do espaço político como difuso e nebuloso – e não apenas hierárquico e estático com delimitações claras –, sendo ela majoritariamente múltipla e transversal:

“It is not easy to identify clear lines that divide the inside and outside of an atmosphere. These lines are blurred and shifting. As with the experience of moving across a city space, we know when the atmosphere has shifted, but we cannot always pinpoint exactly where and when such a change took place. [...] The atmospheres of urban life are mostly multiple: we might traverse back and forth between several insides and outsides in a very narrow timespan. And we might only realize a change in atmosphere after having experienced it—that is to say, it is not necessarily visible but might be better captured as a feeling. (Closs Stephens, 2015, p.100)

O conceito de atmosfera de Closs Stephens evidencia a contingência e ambiguidade de conceitos que nos informam a realidade como, por exemplo, segurança, soberania identidade e comunidade (2015, p.100). Essa ideia é articulada na experiência do encontro da comunidade da Vila Autódromo com o discurso do global, ao passo que não há delimitações claras e estáticas capazes de capturar a experiência dessa comunidade que indesejavelmente se tornou olímpica, jogando luz aos vínculos e afetos que entram em colisão com a transformação do espaço urbano em mercadoria, e com o apagamento de comunidades e formas de estar no espaço urbano:

“Everyday encounters in urban life present a different account of community to that presented by a sovereign model which assumes unity, cohesiveness, and order (Magnusson 2011:118; Closs Stephens 2013). Yet thinking through atmospheres also helps take this point further by challenging the sovereign understanding that emotions and energies go “no further than the skin” (Brennan 2004:2). The concept of atmospheres leads us to think about how collectivities come together and disperse, about the spatial architectures that hold those collectivities together in time, and also those “surges of emotion or passion” and their contagious qualities (Brennan 2004:5).” (Closs Stephens, 2015,p.100-101)

Em *The Persistence of Nationalism* (2013), Closs Stephens afirma que a importância de olhar a cidade não se trata apenas de subir ou descer escadas, nem tampouco se configura, por si só, uma oposição ao nacionalismo, embora sejam excelentes locais para se pensar o nacional, uma vez que oferecem as condições de possibilidade para a promoção de um outro imaginário de coexistência, ao focar nos encontros urbanos que são imprevisíveis e momentâneos, produzindo posições de

sujeitos contingentes e múltiplas, sendo possível, a partir desses encontros, romper com o imaginário nacionalista e pensar outras formas de comunidades (2013, p.12).

A fim de se pensar as cidades e o espaço urbano, vale ressaltar a existência de uma pluralidade de estudos que buscam pensar sua espacialidade articulando-as entre o local e o global e evidenciando como esta pode operar em diversos níveis, assim como nela relacionam-se e encontram-se atores que transversalizam e perpassam diversos espaços em múltiplos níveis, conforme Simon Curtis (2016) afirma a relevância de uma “abordagem multiescalar que pode acomodar subjetividades, formações urbanas, formas estatais e sistemas internacionais” (Curtis, 2016, p.2). Ao investigar a retomada das cidades como espaços relevantes, Curtis evidencia como essas seriam as “condutoras da globalização”, sendo pontos nodais em uma rede de cidades por onde se direcionam e se conectam fluxos globais de dinheiro, pessoas, bens, doenças e ideias que promovem também transformações no espaço urbano (Curtis, 2016, p.2). Com isso, Curtis pensa as cidades globais não como forma de se escapar do Estado, mas sim na sua contínua ligação com ele:

“The fates of the state and of the city will continue to be entwined. Leading states have, through their policy choices, been crucial enablers of the construction of global cities, as part of a strategy to escape a set of crises that were facing them in the mid-twentieth century—in particular the decay of the social democratic model and its associated form of Keynesian economic management. Global cities have now become disproportionately important for the success of national economies under the neoliberal paradigm that replaced the old model. The fates of the state and the city will continue to be linked, in what has become our urban age.” (Curtis, 2016, p.2-3)

Em *Ordinary Cities*, por outro lado, por meio de uma abordagem pós-colonial, Jennifer Robinson afirma que rotular e categorizar as cidades como global, ocidental, desenvolvida, em desenvolvimento acaba por hierarquizá-las. Robinson defende que se pense como um mundo de cidades ordinárias observando-as em sua diversidade e complexidade:

“I propose that we think about a world of ordinary cities, which are all dynamic and diverse, if conflicted, arenas for social and economic life.[...] And instead of seeing only some cities as the originators of urbanism, in a world of ordinary cities, ways of being urban and ways of making new kinds of urban futures are diverse and are the product of the inventiveness of people in cities everywhere.” (Robinson, 2006, p.1)

A partir disso, Robinson pensa a associação de duas ideias que refletem um passado colonial que orientam grande parte dos estudos urbanos, e, geralmente,

aparecem interligadas de forma a limitar as imaginações culturais da cidade e as práticas de planejamento urbano: o desenvolvimento e a modernização.

“By urban modernity I mean the cultural experience of contemporary city life and the associated cultural valorisation and celebration of innovation and novelty. And by development I mean the ambition to improve life in cities, especially for the poorest, along certain policy-informed paths. A political investment in development, and the institutional promotion of development as a way of improving life in poor countries, following Escobar (1995), we can call, 'developmentalism'.” (Robinson, 2006, p.3-4)

Portanto, evidencia-se o entendimento das cidades como ordinárias, isto é, dotadas de um dinamismo e experiências próprias, atravessadas pelo discurso do desenvolvimento e da modernização que aloca esses espaços em hierarquias temporais, tendo implicações práticas na (re-)produção de desigualdades não apenas entre cidades, mas dentro delas.

Busca-se aqui pensar a experiência da cidade quando esta recebe e hospeda megaeventos internacionais, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, por exemplo, à medida que ela deve se adequar aos critérios e padrões estabelecidos pelos comitês organizadores ao se candidatar a sediá-los, muitas vezes articulando para tal os discursos de modernização e desenvolvimento da cidade associados a discursos de hospitalidade e de uma cultura amigável. Contudo, esses discursos tornam invisíveis as práticas exclusionárias e violentas dessas narrativas nas vidas urbanas que experienciam essa transformação do espaço ao mesmo tempo em que resistem a ela.

Propõe-se observar esse processo de transformação urbana a partir do estudo do caso do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos recebidos pela cidade entre 2007 e 2016. Investigar-se-á como se dá a mobilização dessas categorias da modernidade pensadas a partir da cidade no caso da comunidade da Vila Autódromo e suas reiteradas tentativas de remoção, sendo ele emblemático ao evidenciar a imposição de um discurso de ordem excludente e práticas de delimitação de fronteiras que não apenas separaram – o aqui e ali, o agora e o depois, eu e o outro –, mas produzem e reproduzem sujeitos no espaço e no tempo (Walker, 2010).

Além disso, essa esfera de experiência revela não apenas processos de segregação socioespacial, mas também noções específicas da relação corpo-cidade, de governamentalidade, e da política do tempo no discurso do desenvolvimento, da

modernização e do legado olímpico. Mais além, esses sujeitos que desafiam e resistem às remoções, não o fazem apenas no nível prático de reivindicar seus direitos e denunciar a reprodução de desigualdades, mas suas vidas e existências questionam e negociam constantemente as próprias fronteiras e categorias que a eles são imputadas, não sendo, portanto – mesmo acabando por ter seu direito à moradia suspenso e suas casas derrubadas –, de forma alguma sem capacidade de agência e de resistência, ao passo que a própria evidenciação de sua condição de vulnerabilidade, mobiliza a sua humanidade e performa resistência.

Os impulsos que motivam essa investigação são pensar sujeitos e esferas de experiência que oferecem *insights* e desafiam as categorias excludentes e hierárquicas sob as quais se constroem o espaço social, o Estado e o Internacional, investigar as implicações na vida cotidiana daqueles que vivem nas cidades, assim como jogar luz sobre a capacidade mobilizadora desses corpos que resistem. Busca-se pensar criticamente acerca da mobilidade e imobilidade não apenas como resultados de exercício de poder, mas também como forma de resistência.

A presente pesquisa procura oferecer uma contribuição não apenas teórica e metodológica, mas sobretudo política, ao direcionar o olhar para as margens e descortinar as tentativas de gerenciamento da vida cotidiana nas comunidades em geral e na Vila Autódromo em específico, que operam de forma a concebê-las em termos negativos e contrários à noção de ordem, mas nestas comunidades, contudo, revelam-se formas diferentes de ser, estar e construir a cidade. Como mostra Ana Clara Telles:

“No imaginário político e social dos nossos tempos, assim como na cultura popular e de massa, as favelas têm sido tradicionalmente concebidas em termos negativos. Elas materializam a alteridade das cidades funcionais, que devem supostamente operar em ritmo ordenado e virtuoso. São imaginadas como espaços de desarranjo, caos e precariedade, onde a miséria e a violência coexistem com a improvisação para a sobrevivência. [...] Em outras palavras, as favelas constituem a margem ou as fronteiras da cidade; são espaços não integrados e de ausências (Leite, 2015). Não à toa, com o passar dos anos, as favelas se tornam mais e mais territórios catalizadores de diferentes iniciativas de gerenciamento, sistematização e normalização que partem da ideia de que há um problema a ser solucionado.” (Telles, 2018, p.303)

As constantes práticas de exclusões revelam uma característica da modernidade que é a (re-)produção constante do *outsider*, do diferente indesejado ameaçador, que é necessário e condição de possibilidade para própria construção

da ordem. Ou seja, na modernidade, a prática de delimitação de fronteiras que são também produtivas, separam, distinguem, mas acima de tudo evidenciam o caráter constitutivo e necessário daquilo que se exclui:

“As well as competing to attract the ‘Olympic Family’ and other privileged cosmopolitan guests, cities must also attract and welcome those who empty its bins, do its laundry, feed its inhabitants—those the ‘host’ never sees, the unlabeled (g)hosts of urban hospitality who bear the burden of ‘welcoming the world’.” (Lisle & Bulley, 2012, p.202)

Ocorre, dessa forma, a utilização de métodos estatais de promoção e distribuições desiguais de posições espaciais e de mobilidades para diferentes subjetividades dentro de um contexto de discurso de hospitalidade olímpica, o que requer o posicionamento de aceitação e silenciamento dos sujeitos anfitriões (Lisle & Bulley, 2012, p.194). É notória, portanto, uma hierarquia entre sujeitos bem-vindos a “viver sua paixão” na cidade maravilhosa – como no slogan da Rio 2016 – à medida que uns são mais bem vindos em determinados espaços do que outros. Tal hierarquização não se dá, contudo, apenas espacialmente, mas também temporalmente, ao passo que, com a narrativa de desenvolvimento e modernização, o deslocamento dessas subjetividades para condomínios populares busca inseri-las na lógica de desenvolver a elas mesmas: suas vidas cotidianas e moradias sendo entendidas pelo Estado como representação de atraso no ideal normalizante de progresso linear e da civilização. O discurso de hospitalidade presente na candidatura para sediar os jogos Olímpicos, associado a essas técnicas de governamentalidade acabou por produzir hostilidade e inospitalidade aos sujeitos que tinham nas regiões olímpicas o seu lar, resultando na ampliação de desigualdades e hierarquias no direito a ocupar determinados espaços na cidade.

O discurso da abertura cosmopolita do Rio de Janeiro ao mundo acabou por produzir a exclusão e a invisibilização de subjetividades e esferas de experiências que desafiavam as narrativas governamentais tradicionais da “cidade maravilhosa” que avançava na sua modernização. Ou seja, removem-se os corpos indesejados dos espaços das comunidades informais (onde o Estado tinha pouca capacidade de impor sua ordem ideal) sob um discurso acerca do nexos segurança-desenvolvimento da cidade – cujo espaço em disputa era *locus* de alta especulação imobiliária e de interesse do capital financeiro –, para posteriormente inseri-los em condomínios populares que sejam condizentes não apenas com o projeto

urbanístico, mas que possibilitam maior capacidade de imposição da ordem estatal e controle.

No Rio de Janeiro, com o estudo de caso da Vila Autódromo, é possível observar táticas de ocupação e resistência dos forçados anfitriões do projeto olímpico que denunciavam as arbitrariedades, exclusões e violências das políticas públicas que buscaram fundar na região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, um dos centros da “Cidade Olímpica”. Vale ressaltar, com isso e com os rastros de resistência observados na história da Vila Autódromo, que os indivíduos não são meramente passivos dessa narrativa e imposição de ordem, mas constantemente a desafiam, negociam e resistem a ela:

“Diariamente construída, destruída, remodelada pelo povo, a cidade avisa que as usanças e a sobrevivência podem falar mais alto que o planejamento ou a disciplina. Justamente porque a cidade não é pensada, composta e estruturada para as classes mais baixas, é que elas a experimentam de forma particularmente subversiva. As desestabilizações dos espaços, portanto, são métodos de sobrevivência em uma vida escassa, de usar a favor de si o máximo que o meio urbano pode oferecer. Elas são também prática de resistência, uma estratégia de se fazer visível àqueles que só lhes pretendem ocultar ou excluir.” (Ramalho, 2018, p.67)

São marcantes as imagens difundidas na mídia e em filmes das violências cometidas sobre os corpos dos moradores da Vila Autódromo em momentos de resistência contra as demolições. As imagens de moradores sendo agredidos evidenciavam internacionalmente essa precariedade da existência distribuída desigualmente na cidade. Essa esfera de experiência desvela ainda a disputa entre a compreensão do espaço da cidade como *locus* de realização da cidadania e o processo de transformação desse espaço em uma mercadoria que se deseja vender sob a lógica do capital:

“[...] ficam óbvios os descompassos entre as visões que o estado e os moradores nutrem sobre aquele território. Aos olhos do primeiro, é mercadoria, possibilidade de investimento, além de ser materialidade de uma condição a ser extirpada: a pobreza. Aos olhos do segundo é a casa, é a vida e, o receptáculo das memórias familiares. O choque entre as duas visões transforma aquele espaço em ainda mais: símbolo de resistência e grito pelo direito de existir.” (Ramalho, 2018, p.51)

No cotidiano da comunidade há lutas muitas vezes invisibilizadas ao articular seu entendimento daquele espaço como “um lugar de vida comunitária, coletividade e expressão lúdica e espirituosa da situação de extrema precariedade,

vulnerabilidade e violência que o processo de remoção impõe diariamente aos moradores.” (Sánchez, Oliveira e Monteiro, 2016, p.422)

Não se entende, de forma alguma, os moradores da comunidade como vida nua, sem capacidade de agência ou resistência. Como afirma Marielle Macé, alinhada a perspectiva de Butler, nessas margens há vidas que são, através de violências, desnudadas e/ou através da sua exclusão de direitos, desqualificadas (2017, p.32). Macé defende o imperativo de se considerar essas vidas e experiências, não olhando para elas de forma paralisada (sideradas) e de modo a fixá-las como vítimas, atribuindo a elas qualidades negativas ou positivas, inferiores ou superiores. Mas, deve-se observar o que elas põe em ação e movimentam ao vivenciar momentos de vulnerabilidade e precariedade, pois nesse momento de reconhecimento da precariedade da vida de outro humano, reconhece-se e identifica-se ali nossa própria humanidade sujeita também a vulnerabilidades (Macé, 2017, p.28). Considerar essas vidas, no caso da Vila Autódromo e seus moradores, é percebê-las como igualmente vidas na ‘distribuição desigual da precariedade’ (Macé, 2017, p.37), tendo capacidade de enunciar questões e debates, assim como oferecer visões alternativas, como o fizeram com a proposta do Plano Popular, que mais do que o delineado no plano em si, mobilizava o requerimento de formas mais democráticas e participativas na cidade.

Esse Plano requisitava e afirmava, em última instância, a existência da vida daquela comunidade e seu direito a ter acesso a direitos constantemente negados. Ao lançar um olhar sobre essa esfera de experiência e considerá-la, observa-se suas contínuas negociações e reestruturações em tentativas de se reafirmar e (re-)insistir-se naquele espaço no desenrolar de atos de violência estatal sobre a comunidade, sendo, muitas vezes, na prática dessas violências que a condição de humanidade é referendada e validada por outros olhares, abrindo espaço para imperativos morais e éticos de justiça e reconhecimento.

Diante da contextualização apresentada, busca-se pensar aqui: como os sujeitos se constituem através de atos de resistência e interferem nos processos de regeneração urbana no contexto dos megaeventos? Como essa esfera de experiência pode ser compreendida enquanto espaço de contestação do internacional?

De acordo com David Harvey (2013), é impossível dissociar um projeto de cidade de nossas noções de estética e de vínculos que temos seja com a natureza,

com a tecnologia, ou mesmo uns com os outros. Dessa forma, entende-se que o espaço urbano se constitui e organiza por meio de processos políticos, econômicos, sociais e históricos dotados de materialidade e, assim, produz subjetividades ao passo que é concomitantemente produto das experiências dos corpos sensíveis que nele habitam e transitam. Compreende-se que, no que se refere à produção do espaço urbano, é possível observar tanto processos de segregação socioespacial, quanto experiências de corpos sensíveis que atravessam e são atravessados por ele, refletindo e sendo reflexo de modos compartilhados de viver e que engendram múltiplas formas de ver, sentir e estar no mundo. Com isso, se ao experienciar a cidade, o sujeito se transforma ao passo que a transforma, busca-se observar experiências que oferecem possibilidades alternativas de se pensar a resistência e a própria produção da cidade no contexto dos megaeventos hospedados por essas.

Visa-se, dessa forma, discutir o espaço urbano e a vida urbana enquanto relevantes às Relações Internacionais. O trabalho buscará trazer para a disciplina, questões problematizadas por outras Ciências Sociais, visando também tornar evidente a relevância da transdisciplinaridade – e talvez a indisciplinaridade do pensamento, como proposto por Shapiro (2013) – para a disciplina. Com isso, o presente trabalho se faz relevante à medida que buscará defender a necessidade de trazer para disciplina perspectivas de outras áreas do conhecimento como estudos urbanos, antropologia, sociologia, geografia, estética e filosofia, além de discutir as formas que se pensa a cidade, o Estado e o Internacional, questionando, assim, a localização da esfera do político. Finalmente, será discutida a relação entre projetos totalizantes e heterogeneidades do cotidiano, a fim de oferecer um imaginário que está sempre atento à contingência e mudanças.

A experiência dos moradores da Vila Autódromo, a resistência às categorias espaçotemporais que lhe são imputadas, a busca pelo reconhecimento da sua humanidade nas ocupações, “as inevitably succeeding in its failure as a movement and failing in its success” (Bulley, 2016, p.4), promove a abertura para se pensar (im)possibilidades e alternativas para a coexistência e co-presença no espaço, assim como evidencia o imperativo de se pensar articulações/significações de espaço e tempo diferentes, mobilizando a igualdade da condição de humanidade e uma percepção da necessidade de um entendimento de justiça mais amplo. Acredita-se que, assim, será possível perceber os encontros de corpos, projetos e outros espaços na cidade, as co-presenças de espaços e tempos, e a forma pela qual os corpos

materializam em si a vida social das categorias. Mais além, pensar-se-á como o modelo de regeneração urbana proposto buscava garantir à cidade o *status* de cidade global e cidade inteligente. Vale ressaltar, ainda, que se busca contribuir no estudo da relação da questão urbana com o Internacional e outros espaços, sendo fundamental pensar-se por meio de suas transversalidades e relacionalidades.

Por tudo isso, a abordagem metodológica proposta é a multiescalar – por meio da Sociologia Política Internacional – que possibilitará observar processos, mudanças e fluxos que não operam em apenas uma escala (como afirmam as abordagens tradicionais), buscando explorar as fissuras nas fronteiras disciplinares das Relações Internacionais a fim de se analisar novas formas de transformação e heterogeneidades. Destaca-se, portanto, a busca por investigar processos que ocorrem em múltiplas escalas – do Internacional ao cotidiano – e que se relacionam e se atravessam:

“It is thus also an invitation to re-envision ways of engaging with entrenched boundaries, borders and categories, as well as to analyse specific practices, especially their justifications and routines, their effects on the reproduction of particular narratives, and their contributions to the empowerment of particular groups or individuals over others. It seeks to engage with emerging forms of domination and social (im)mobility, stretch the possibilities of epistemological enquiry, identify transversal lines questioning unitary categories like the social, the political and the international, and learn from dissident scholars who, like ourselves, still work within established disciplines of sociology, anthropology, geography, political theory, international studies, and so on.” (Basaram et al, 2017, p.3)

A investigação se desenvolverá da seguinte forma: o capítulo a seguir oferecerá uma revisão da literatura que aborda a questão das cidades e o urbano a fim de mostrar como a regeneração urbana está relacionada no caso do Rio de Janeiro a um projeto de tornar-se uma cidade global. O capítulo subsequente, por sua vez, buscará analisar as condições de possibilidade para o projeto de regeneração urbana no Rio de Janeiro em suas múltiplas escalas até a concretude de sua transversalidade no cotidiano, onde encontramos contestação aos projetos totalizantes e a denúncia de como esses operam. Finalmente, o último capítulo, antes de serem apresentadas algumas considerações finais, irá abordar as relacionalidades entre a tendência homogeneizante do modelo de urbanização proposto e a presença de heterogeneidades que se articulam no caso da Vila Autódromo.

Cidades globais e a política do urbano

1.1.

Introdução

Aceleração, intensificação de fluxos – de pessoas, capitais, bens e serviços –, globalização, redes. Na contemporaneidade são notórias grandes transformações que desafiam conceitos e noções sob os quais se sustentam a narrativa tradicional da modernidade e também a própria construção moderna do Estado – estático, delimitado por fronteiras que separam não apenas territórios, mas também temporalidades e subjetividades.

Se o Estado surge associado a uma ideia de *stasis*, e à compreensão de níveis de análise bem delimitados (o homem, o Estado, o Sistema Internacional), com o fenômeno da globalização, tem-se a aceleração dos fluxos, e assim, em oposição à *stasis*, o movimento, o tempo ganha novos ritmos e a compreensão de temporalidade se complexifica. Com ela, se complexifica também a noção de espacialidade à medida que se compreende que as fronteiras tão bem delimitadas entre o dentro e o fora, entre o local e o global, são insuficientes para explicar diversos fenômenos e a emergência de novos atores contemporâneos na política mundial. Não se pretende aqui discutir se a Globalização reforça a reprodução do Estado, se o desafia, ou se é expressão direta de seu poder, mas se busca pensar outras formas de imaginário político, com novos atores, espacialidades e temporalidades descortinadas por ela: no presente trabalho, especificamente as cidades e o urbano, presentes, cada vez mais, nos debates acerca dessas referidas transformações contemporâneas.

No que se refere às Relações Internacionais, a cidade, enquanto ator e espaço relevante, por muito tempo foi invisibilizada por estar contida no Estado, estando subsumida ao seu âmbito interno. Contudo, ela mesma é capaz de desestabilizar algumas das lógicas e narrativas do Internacional moderno (Magnusson, 2011 ; Curtis, 2011). Pretende-se pensar através da virada espacial, a

cidade como processo, em constante tornar-se, a partir da experiência e dos encontros que nela se dão. Portanto, entende-se que as cidades são fundamentais para se pensar a Política mundial e suas transformações.

É nas cidades que o projeto da modernidade ocidental se realiza e se reproduz e, nesse sentido, reproduz-se também um projeto bem específico do urbano como modelo ideal a ser buscado, gerando consigo novas hierarquias, relações de poder, violências e exclusões. Com a emergência da questão urbana nas Relações Internacionais, evidenciam-se novos limites e possibilidades de se pensar espacialidades, temporalidades, processos e fraturas no Internacional moderno de forma a também fomentar a busca por epistemologias alternativas que consigam abarcar sua complexidade e multiplicidade.

A fim de se pensar a cidade e o urbano, o presente capítulo transitará – de forma errante e colocando-se à deriva de tais teorias – entre diversas abordagens teóricas acerca destes buscando não necessariamente um ponto de chegada ou um caminho linear para se chegar a um fim, mas um atravessamento destas para mais a frente atravessá-las também a filmes que remontam a experiência urbana. A errância como metodologia na psicologia social se coloca como outra forma de conhecer a cidade, com ênfase na experiência, na construção lúdica e na abertura ao inesperado.

O presente capítulo não se desenvolve com a prática de caminhar na cidade material, conforme a errância pressupõe, mas inspira-se nela na finalidade de explorar espaços e abordagens acerca das cidades, sua produção e transformação – não visando meramente constatar um argumento objetivo ou reafirmar uma teoria científica, mas buscar nuances, contradições e espaços criativos, tendo como princípios: “ouvir a intuição e o desejo; entrar na condição de tropeçar; perder tempo para ganhar espaço; disponibilidade ao indeterminado; construir um campo relacional; mudar, cumprimentar; sempre deixar um final aberto.” (Careri *apud* Barbosa; Pons; Di Felice, 2019)

1.2.

Multiescalaridade: horizontal, vertical, transversal

A cidade é vista por alguns de seus estudiosos como o *locus* em que diversas escalas se encontram em simultaneidade e se transversalizam. Se durante muito

tempo as teorias de Relações Internacionais se sustentaram a partir da criação de níveis de análise pautados em escalas hierárquicas, da relação da unidade com a pluralidade de unidades, da separação entre o dentro e o fora, da delimitação de fronteiras que não só separam, mas que também produzem, estudos recentes acerca da globalização evidenciam cada vez mais a transversalidade de atores na política mundial que desafiam pressupostos enraizados na disciplina.

A fim de revelar a construção contingente de conceitos pelos quais observamos e teorizamos sobre o mundo – como Estado, soberania, humanidade, identidade –, RBJ Walker evidencia como as formas que pensamos o Internacional são, na realidade, articulações espaçotemporais bem específicas e particulares da modernidade europeia. Nesse sentido, Walker discorre sobre a prática moderna de delimitação de fronteiras (físicas, mas também de significado) entre o eu e o outro, o agora e o depois, o dentro e o fora, fronteiras essas que não apenas separam, mas que produzem significados, espaços e sujeitos. Walker reconhece a crescente complexidade da (re-)articulação de fronteiras na atualidade, e desenvolve sua afirmação de que as fronteiras da vida política moderna (dentro e entre Estados) – cada vez mais desafiadas – não irão permanecer onde se assume que estejam, mas também não deixarão de existir. Com isso, o autor afirma que a relação entre política e fronteiras está se alterando de modo a necessitar mais atenção sobre o que realizam e o que ocorre nelas no espaço e tempo, uma vez que, frequentemente, investiga-se apenas o que ocorre de cada lado delas (Walker, 2006). Destaca-se, neste sentido, que para o autor é infrutífero o movimento de fuga dos termos que utilizamos para pensar a política moderna: o autor identifica uma tentativa de sair do vocabulário do Internacional para se falar do global – fugindo da questão da produção de fronteiras e da própria soberania –, ou de uma Política Mundial. Ignorar a soberania, a delimitação de fronteiras, o Estado e o Internacional a fim de se pensar em termos de uma Política Mundial, apenas opera dentro da mesma racionalidade da modernidade de gerar exclusões e separações. O próprio Internacional não pode ser sinônimo de mundo por sua emergência se dar justamente como fora desse mundo, sendo este o primeiro fora do Internacional moderno. Dessa forma, segundo o autor, quanto mais se busca incluir novos termos, sujeitos e espaços relevantes – que já estariam lá nas abordagens mesmo que não expressamente – apenas se acaba por cair novamente na racionalidade da

modernidade à medida que quanto mais se busca incluir, mais se criam novas exclusões e *outsides*.

Segundo Walker, a questão é não escolher respostas prontas que nos são oferecidas, mas problematizar a relação do sujeito moderno com o espaço/tempo e seus limites para, assim, desestabilizar a forma que articulamos nosso imaginário político. Tal questionamento permite desenvolver a reflexão acerca da constante reprodução da separação entre ser humano e cidadão, ou seja, uma permanente reprodução de onde estamos. Porém, como mostra Walker, o dentro/fora não é algo que possamos separar, uma vez que dentro do *Inside* sempre há o *Outside* e vice-versa, sendo eles mutuamente produzidos e condição de possibilidade de constituição um do outro: todo *inside* pressupõe o seu *outside*, que o constitui – o seu fora constitutivo, operando o Internacional com diversos *insides* e *outsides*. A abordagem de Walker evidencia como as formas que pensamos a política e o sujeito moderno se sustentam em concepções espaciais de dentro/fora que na realidade são constitutivas, e que tornam aporética a escolha entre cidadania e humanidade (Walker, 1993; 2006; 2010).

A perspectiva de Walker mostra que soberania é uma abstração muito efetiva, à medida que se torna fundação das RI e, dessa forma, o imaginário político para além do Estado se torna muito limitado. Em linhas gerais, segundo o autor, a disciplina busca solucionar a tensão entre o indivíduo, o Estado (coletividade de indivíduos) e o Sistema Internacional (coletividade de cidadanias), entre cidadania e humanidade, tratando-se da relação entre a unidade e a coletividade, e, portanto, sendo uma questão de escala. Com isso, conclui-se que a noção de cidadania se refere à relação do sujeito no espaço/tempo e sua percepção de onde você é autorizado a ter direitos. Porém, a soberania é constantemente entendida como a entidade responsável e autorizada a definir exceções e a suspender normas, o que desagua na afirmação de Walker de que a transição de Impérios para Estados na modernidade não eliminou a hierarquia – antes vertical com Deus no topo –, apenas a reinventou ao horizontalizá-la (Walker, 2010). Desta forma, torna-se evidente o entendimento de Walker de que o Internacional moderno é pensado e produzido a fim de se solucionar a questão da localização política, cujo imaginário é tão limitado que só se consegue pensar sobre ela dentro da racionalidade do espaço soberano do Estado ou da criação de um espaço global cosmopolita.

Se a modernidade reinventou a hierarquia ao horizontalizá-la, alguns autores buscam desnaturalizar e questionar a forma que pensamos a espacialidade na modernidade. Em *Spatializing States* (2005), James Ferguson e Akhil Gupta afirmam a existência de uma série de metáforas e práticas representacionais utilizadas por Estados que acabam por promover sua reificação enquanto dotados de propriedades espaciais particulares que não apenas garantem sua legitimidade e naturalizam sua autoridade, mas também permitem sua representação como superiores (verticalização da relação entre Estado e sociedade civil) e responsáveis por conter outras instituições e grupos (ou seja, sendo também uma questão de escala), o que chamam de englobamento vertical do espaço (2005, p.105). Os autores questionam a metáfora topográfica que representa a sociedade civil como uma mediadora entre o Estado que está acima e a comunidade *on the ground* e como esta continua a resistir nos debates acerca das relações Estado/Sociedade, de forma a tornar essa verticalidade tão eficaz (2005, p.108). Segundo Ferguson & Gupta:

“The force of metaphors of verticality and encompassment results both from the fact that they are embedded in the everyday practices of state institutions and from the fact that the routine operation of state institutions produces spatial and scalar hierarchies (...)Because state practices are coimplicated with spatial orders and metaphors, an analysis of the imaginary of the state must include not only explicit discursive representations of the state, but also implicit, unmarked, signifying practices. These mundane practices often slip below the threshold of discursivity but profoundly alter how bodies are oriented, how lives are lived, and how subjects are formed.” (2005,p.108-9)

É relevante destacar o entendimento destes autores de que os Estados garantem sua autoridade e legitimidade por meio de práticas espaciais que resultam no englobamento vertical das comunidades e regiões, e, além disso, também sua afirmação acerca da emergência de uma governamentalidade transnacional que demonstra mudanças nas formas de se entender a espacialização do Estado. Neste sentido, vale destacar que a globalização neoliberal seria responsável por gerar desafios etnográficos no que concerne ao entendimento sobre as formas de espacialização de diferentes formas de governo, algumas estando embutidas nas práticas dos Estados, enquanto outras perpassam ou sobrepõe-se às suas jurisdições territoriais (Ferguson & Gupta, 2005,p.123).

Faz-se notório, por tudo isso, que os processos de globalização desestabilizaram as metáforas e práticas do englobamento vertical convencional, sendo necessário repensar questões de escala e espaço nesse novo cenário, tanto no

que concerne à verticalidade do Estado, quanto às próprias imagens nostálgicas da comunidade e do local como espaços mais autênticos (Ibid, p.116). A abordagem destes autores contribui com a reflexão de como dentro das dinâmicas locais há coexistência de poderes nacionais, regionais e globais, rompendo com a verticalidade dos níveis analíticos (Estado no topo e organizações abaixo) e evidenciando a existência de relações transversais (Ibid, p.117).

A questão da relação entre o local e o global – a impossibilidade de se opor um ao outro em binarismos simplistas – e a simultaneidade de escalas foi abordada por diversos autores, dentre os quais Warren Magnusson (2011), que percebeu a incapacidade do modelo centrado no Estado de compreender fenômenos, relações e a autoridade no mundo contemporâneo. De acordo com Magnusson, olhando para a cidade e através dela nos aproximamos de observar a política e descortinamos novas questões relevantes, sendo nela que a política e a governamentalidade foucaultiana se dão, ou seja, a própria cidade é uma forma de ordem política. O autor revela como a soberania é mais complexa do que as abordagens tradicionais pressupõem à medida que há diferentes autoridades (mecanismos de governo e autogoverno) às quais a cidade está submetida, e ao observá-la, revelam-se novas dinâmicas e potenciais de resistência. Magnusson oferece um imaginário político alternativo que valoriza a observação da vida cotidiana como *locus* político, uma vez que:

“The body, the bedroom, the kitchen, the workplace, the street, the neighbourhood, the mall, and even the camp, the border zone, the slum, and the dump have figured as venues for an imagined politics no longer shaped by the requirements of a state that governs us.” (2011, p.1)

A busca não é, contudo, uma tentativa de localizar a soberania no sujeito ou colocá-lo como mestre de seu mundo em que as mudanças são resultado de sua vontade, uma vez que a própria noção de soberania faz com que não consigamos sair da lógica de ver como um Estado (Magnusson, 2011, p.2). Ao ver como uma cidade, segundo o autor, pode-se enxergar outras coisas como a presença de múltiplas autoridades – não só políticas – dentro do Estado que não necessariamente se organizam em hierarquias claras, o que possibilita ver outras histórias em espaços diferentes, resultando em uma desestabilização dos modelos tradicionais e uma forma de interação que não pode ser controlada ou antecipada e não possui um centro, só podendo ser observada na prática (Ibid, p.4). De acordo com Magnusson,

a cidade é multiescalar, sendo ao mesmo tempo localizada e globalizada ao passo que “[...] it takes form in particular places, but also generates an order of sorts on a global scale” (Ibid, p.5).

Warren Magnusson defende ser importante pensar o político através da cidade – a qual podemos ver na prática o funcionamento ao nosso redor –, pois partindo da observação da vida urbana se revela a inadequação de diversas categorias que pensamos o político e novas dinâmicas descortinam-se, como: a auto-organização de cidades particulares e cidades globais (não necessariamente um processo bom ou ruim, desejado ou não), a multiplicidade de autoridades políticas em múltiplas escalas, a produção de benefícios e ordem civilizada por práticas de autogoverno – ordem essa sempre temporária e localizada –, e a não linearidade e imprevisibilidade das transformações (Ibid, p.7). Partindo-se da cidade evidencia-se a importância de perceber e observar os fluxos e transformações das coisas (e a ilusão da existência de uma ordem estática) e a própria transitoriedade das formas e substâncias da política, sobre os quais é impossível estabilizar certezas, sendo possível apenas rastrear seus padrões, instabilidades e sinais de mudança (Ibid, p.9). Diante desta ontologia – que o autor reitera não ser uma tentativa de incluir novas ontologias, mas sim enxergar o que já está ao nosso redor na prática – que contingencia entendimentos de que há um centro do qual devemos partir, revela-se que se pode partir de qualquer lugar para enxergar fluxos e processos, não havendo um ponto privilegiado de partida ou chegada, um movimento inevitável de progresso e desenvolvimento conforme a narrativa linear da História afirma, sendo, na verdade, o movimento de uma forma de ordem para outra (Ibid, p.12-13).

O pensamento político ocidental se sustenta até hoje em diversas ideias da Grécia antiga, sendo a *polis* – a cidade – seu centro. É partindo da *polis* como *locus* da política, que se conecta com a ideia da República romana, que se chega ao Estado liberal-democrático na modernidade: “[...] *this ancient idea is apparently preserved in our thinking: the idea that people have to be civilized, organized into cities, to become capable of politics in the proper sense.*” (Magnusson, 2001, p.16) Associadas a *polis* estão diversas outras ideias gregas como a democracia, a tirania, a teoria, a prática, a lógica, a técnica, e a política, cujo fazer se dá por discussão, negociação e debate de ideias e razões em que:

“A political order is somehow both rational and consensual. It is not merely tribal or familial, nor is it an order imposed by naked violence. It is an order that emerges from our nature as civilized beings, one that comes from the best, most progressive, most rational, most humane part of ourselves.” (Magnusson, 2011, p.16)

Embora seja a cidade que embasa a construção do pensamento moderno de Estado, Magnusson (2011) afirma ser surpreendente como esta foi frequentemente relegada ao âmbito interno e à sua mera administração pública. Contudo, é notório como, desde sempre, a cidade cria ao mesmo tempo em que está submetida ao domínio de diversas autoridades políticas e racionalidades (como a do mercado, cultural, religiosa) de distintas temporalidades e agendas. Portanto, afirma o autor:

“So, wherever there is a city, there are pre-existing and newly emerging *political authorities*, the exact configuration and disposition of which is always changing. This makes urban government particularly challenging. Either the state adapts itself to the multiple rationalities and political authorities of the city, or it attempts to control those rationalities and authorities – or both.” (2011, p.19)

Descortina-se, diante do exposto, que para Magnusson, a política do urbanismo se trata de uma política de governamentalidade ao passo que se configura em um sistema de segurança que produz diferentes violências como degradação, depredação e até mesmo morte. Portanto, o conceito de governamentalidade foucaultiana, em que o poder seria entendido como a “condução da conduta” está intimamente conectado com as cidades e o meio urbano (Gordon apud Lisle & Bulley, 2012, p.188). Ou seja, esse conceito permite observar as técnicas de gestão e controle que penetram e perpassam o tecido social por meio de técnicas de diferenciação hierárquica e segregação de subjetividades a fim de governá-las melhor e alocá-las nos espaços que se julga serem próprios a elas.

Magnusson (2011, p.20) mostra que, ao se ligar o urbanismo à globalização, dá-se a emergência de novas formas de autoridade e a transformação de outras, ao passo que se observa, em muitos casos, que boas governanças se dão não mais centradas apenas na autoridade do Estado, mas nas relações entre diversas autoridades autônomas:

“The standard view is that each state/society contains a number of cities and towns, all of which are subordinate to the state/society of which they are part. In so far as this is true, urban governments can be understood as local governments, subordinate to the higher authorities. However, the truth is that urban systems tend to break the bounds of their own containers, not only in the sense that cities spill over their administrative boundaries and occupy the surrounding countryside (often linking up with other towns and cities in the process), but also in the sense that the

urban system ultimately transcends particular countries. Since the 1980s, urban analysts have been giving more and more attention to the phenomenon of “global cities”: that is, cities whose economic, social, and cultural reach is truly global.” (Magnusson, 2011, p.19-20)

Acerca da difusão das cidades globais, há diversas abordagens que debatem seu potencial para desafiar o imaginário estadocêntrico moderno, para reforçá-lo ou mesmo para transformá-lo e adaptá-lo às dinâmicas e desafios da globalização. Na contemporaneidade, afirma Magnusson, a vida é urbana dada a expansão das cidades que acabou por superar a tradicional separação entre campo-cidade. Por essa razão, o autor pensa o urbanismo como uma forma de vida que se tornou predominante, incorporando ou marginalizando as demais, ou seja, na vida urbana se observa a prática da modernidade de repetidas separações da natureza e produz um ambiente que se constitui como uma segunda natureza (Magnusson, 2011, p.21-22). É inegável que grande parte da população atual vive em espaços que podem ser entendidos como formas de um urbanismo global e que, desta forma, compartilham experiências similares destes espaços com a proliferação de shoppings, edifícios, escolas e acesso a bens e serviços da vida urbana. De acordo com Magnusson, ao mesmo tempo em que o urbanismo busca garantir o exercício da liberdade e os direitos liberais, ele acaba por ter uma lógica totalitária de eliminar formas de vida e de viver o urbano que não se adequem a ele (Ibid, p.23). Observa-se, assim, o urbanismo tanto como um mecanismo de controle e homogeneização, como dele se desprende a potencialidade de resistência e transformação por meio da utilização de espaços públicos para manifestações, movimentos de ocupação e o exercício de atos de cidadania que reivindicam o direito à cidade. Partindo da abertura deixada pela abordagem de Magnusson, e do movimento da “virada espacial” nas ciências sociais que compreendeu que os processos de urbanização e globalização vêm produzindo novas geografias (Schmid, 2012), duas questões se desprendem e requerem ser pensadas nas seções a seguir: as cidades globais e a produção do espaço.

1.3.

Cidades globais

Em um contexto de globalização e com o léxico introduzido por ela, cada vez mais se fala em circulação, fluxos e redes cujos pontos nodais são as chamadas

idades globais. A questão da cidade global trazida à luz nas Relações Internacionais dentro dos estudos de globalização foi levantada por Saskia Sassen (1991; 1994) que afirma a importância da cidade enquanto um lugar complexo através do qual é possível observar processos que desorganizam arranjos prévios (Sassen, 2010). Simon Curtis (2016, p.11) evidencia como a tese de Sassen, em 1991, acerca destas cidades se iniciou partindo do entendimento de que o capitalismo estaria sendo remontado em outra escala que não a do Estado. Saskia Sassen (1991) inicialmente percebeu a emergência das cidades globais como grandes centros financeiros e tecnológicos, observando como Tóquio, Londres e Nova York constituíam nodos de comando e controle de um tipo específico de capital. Contudo, percebeu-se que esta ideia deveria desenvolver-se de forma mais ampla e complexa. As análises acerca destas cidades geralmente observam como estas ligam as esferas do local e do global e alteram o imaginário geográfico do espaço. Além disso, as primeiras abordagens sobre o tema centravam-se na questão econômica. Conforme apresentado por Curtis (2016, p. 69), Sassen observou que as cidades globais consistiam em uma nova forma de centralização territorial – pontos nodais dos fluxos da economia mundial – desenvolvida em conformidade com as mudanças tecnológicas que rearticulavam a relação espaço/tempo. Abordagens mais recentes, contudo, buscam investigar as relações sociais que unem as cidades globais, destacam a relevância de se pensar a materialidade das infraestruturas desses espaços transnacionais e como isso reflete nas possibilidades do imaginário geográfico e espacial (Ibid, p.70).

De acordo com Simon Curtis (2016, p.62), as pesquisas acerca das cidades globais possuem um ponto em comum: elas são tentativas de compreender as mudanças nas relações entre a economia mundial, as grandes cidades e os Estados territoriais modernos. Tais abordagens buscam lidar com afirmações de que o capitalismo globalizado acabou por produzir uma nova forma de cidade. A perspectiva de Curtis (2016, p. XV) é a de que as cidades globais emergem como parte de processos de transformações maiores tanto na ordem política internacional quanto na sociedade internacional, ou seja, indicam uma transformação das próprias relações sociais:

“Global cities are, then, an inscription of the ideals of a market society in space, constructed and defended at the level of international society. They embody the ascendance of a set of neoliberal principles at a certain moment in history—a

moment related to the hegemonic status of leading liberal states in the second half of the twentieth century, and the ability of those states to shape international norms. But the evolution of these urban forms has also reflected the tendency for deregulated markets to generate inequality and polarization: these features are also inscribed in the spaces of global cities. This polarization threatens the cohesion of the social fabric. Global cities focus and amplify the tensions and contradictions within the contemporary international system and become key strategic sites for struggles over social justice and the character of political life in the twenty-first century.” (Curtis, 2016, p.XV-XVI)

Curtis passeia por diversas abordagens acerca das cidades e descortina a importância de vê-las nas suas dimensões material e social. Ele parte da definição de Hubbard em que cidades são entendidas como espaços que assemblam elementos materiais e sociais heterogêneos – sujeitos à inovação e criatividade – que “concentram energia, poder e resistência” (Hubbard apud Curtis, 2016, p.31). Faz-se relevante, então, contornar brevemente o que se trata o pensar por meio de assemblagens. De acordo com Acuto & Curtis (2014, p.2), trata-se de uma abordagem que se afasta do antropocentrismo e que abriga diversos elementos híbridos – materiais, biológicos, sociais e tecnológicos – que não se centram nas categorizações modernas através das quais entendemos e intervimos no mundo. Ou seja, se insere no campo das novas abordagens materialistas e relacionais que buscam conferir igual atenção e valor às esferas social e material, ao mesmo tempo em que afirmam o caráter contingente e provisório das assemblagens, resistindo a naturalizações e limitações de pensamentos totalizantes característicos da modernidade:

“Assemblage thought also moves away from the anthropocentrism that characterizes the vast majority of historical and political writing, replacing it with a form of materialism that lays emphasis upon the creative capacities of matter and energy, and the processes that instantiate them in their great variety of forms, including those that emerge in social interaction. The ‘human’ comes to be seen as component, not the limit, of society: doors, traffic lights and animals also take centre stage in a series of accounts where social interaction is a heterogeneous affair linking actors of all sorts, whether human or not.” (Acuto & Curtis, 2014, p.2)

Acuto & Curtis descortinam ainda que, nas palavras de Deleuze, assemblagem é: “It is a multiplicity which is made up of heterogeneous terms...the assemblage’s only unity is that of co-functioning: it is a symbiosis, a ‘sympathy’. It is never filiations that are important, but alliances, alloys” (Deleuze, 2002 apud Acuto & Curtis, 2014, p.4). Pensar através de assemblagens possibilita observar

transformações e processos por outra perspectiva ao evidenciar como elementos podem se recombinar de distintas formas ao longo do tempo, não limitando o imaginário político e oferecendo alternativas para se observar mudanças complexas que, no caso das Relações Internacionais, não trabalhem apenas com unidades delimitadas fechadas – os Estados – jogando luz na existência de outros agentes que se relacionam de diversas formas.

É com base nesse foco em processos e relacionalidades nunca encerrados que Curtis destaca três questões centrais para se pensar as cidades globais: a mudança tecnológica acompanhada de novas assemblagens sociotécnicas – especificamente a relação simbiótica entre a forma da cidade global e as recentes transformações tecnológicas, sendo os desenvolvimentos social e tecnológico co-constitutivos –; a contínua dialética moderna entre capital e território (em que as cidades globais seriam seu estágio final – constituindo um espaço transacional de redes –, possuindo um caráter disruptivo dada a tensão entre o fundamento socioespacial territorial do Estado e a transnacional do capitalismo); e, por fim, a natureza específica da ordem global que promoveu a atual rede urbana que vislumbra possibilidades de governanças multiescalares com mais atores capazes de influenciar relações globais – em que as cidades globais possuem destacada agência e poder no que se refere a questões relativas à governança global, agindo elas de forma mais rápida e flexível – em um mundo que se centra nas relações entre Estados (Curtis, 2016, p.12-13).

As cidades globais, ao mesmo tempo em que são espaços vividos – em que pessoas criam, produzem, experienciam e consomem –, são entendidas por Curtis (2016, p.52) como pontos nodais de redes de processos e fluxos globais, sendo elas os centros de controle da economia informacional pós-industrial (Ibid, p.62), e os pontos de articulação de diversos fluxos transnacionais de pessoas, capitais, bens e ideias (Ibid, p.66). Elas desafiam o imaginário espacial da modernidade ao atravessar e mover fronteiras, formar aglomerados urbanos e se constituírem enquanto um fenômeno regional transnacional.

Mas, o que confere o caráter global a uma cidade afinal? Segundo Curtis (2016, p.62), trata-se de sua conectividade e função, ou seja, de sua influência nos fluxos globais e da função especializada que esta cidade opera na economia mundial. Além disso, destaca-se a presença nelas de poderosas corporações e notória qualidade da sua infraestrutura tecnológica, sendo fator de diferenciação

entre elas a grande quantidade de conexões de redes desenvolvidas e o seu controle sobre processos e fluxos. As redes transnacionais criadas por essas cidades caracterizam-se pela “descentralização, pela sua complexidade auto-organizada e seu pluralismo multinodal” (Ibid, p.15). De acordo com Curtis:

“The digital technologies enabled capitalism to deterritorialize and reterritorialize at a scale beyond the national, and it is here we see the crucial role of networks in international transformation, and the creation of a new strategic role for global cities.” (Ibid, p.18)

É importante destacar que as cidades globais contemporâneas refletem a interação entre a sociedade em que estão e o desenvolvimento tecnológico, ao passo que esses se co-constituem, sendo a rede de cidades um componente da infraestrutura do que Manuel Castells chama de sociedade de rede. Deste pensamento se extrai também que normas sociais e culturais da ordem política influenciaram a constituição da infraestrutura material das novas redes sociotécnicas transnacionais das cidades globais (Curtis, 2016, p. 14).

Mais além, no que se refere à dialética entre o capital e o território, Curtis (Ibid, p.29) observa que uma mudança nesta levou à uma transformação na ordem política no final do século XX ao passo que – liderada pela hegemonia dos Estados Unidos que buscava o estabelecimento do neoliberalismo – a ordem global passou a incorporar entidades descentralizadas, cidades globais, corporações transnacionais, entre outros. Observa-se, portanto, a imbricação da emergência das cidades globais com o capitalismo tardio e novas tecnologias de informação e comunicação, constituindo-se mutuamente. A utilização do termo “cidades globais”, para Curtis (2016, p.61), busca justamente evidenciar a associação entre formas urbanas e a globalização, sendo este termo um desenvolvimento da modernidade tardia.

É importante destacar a abordagem de Henri Lefebvre que parte da afirmação de que todas as mudanças sociais e econômicas são realizadas no espaço, se refletindo, portanto, na reformulação do urbano. Nesta visão, a política neoliberal com seu capitalismo global reestruturado acaba por influenciar diretamente na produção do espaço e das redes de cidades globais, afetando não apenas as elites que operam nesses espaços transnacionais, mas tendo como resultado o acesso privilegiado de uns e a expulsão de outros. Observa-se, portanto, a privatização e a desigualdade no acesso às infraestruturas urbanas tecnológicas:

“The crisis of Fordist capitalism and the emergence of neoliberal political projects in the 1970s led to the opening up of new markets for finance capital to be invested privately in previously public infrastructure projects, allowing for the creation of areas of high-quality technological infrastructure that create and link privileged transnational spaces, while bypassing others. [...] As a result, a number of tensions and logical conflicts emerge between this new infrastructure, and the values and organizing logics of the infrastructure of modernity that it is beginning to replace. Although international systems have historically contained some form of bifurcation between the privileged and the poor, the particular form of transnational space that has emerged under the new technological paradigm has altered the nature of how this bifurcation is realized in social space. Whereas previously such divides have been characterized as operating between a territorial core and periphery, the new shape is the networked form. In the global cities of the developed world, islands of wealth, power, and connectivity coexist alongside poverty-stricken neighborhoods.” (Curtis, 2016, p.74-75):

É evidente o desenvolver de um entendimento da produção do espaço que buscava um ideal de homogeneização para um modelo em que há espaços diferenciados, privatizados e cujo acesso se distribui de forma desigual. Contudo, a presença concomitante nas cidades globais de elites e corporações privilegiadas do capital transnacional e de populações excluídas torna essas cidades espaços de contradição e conflitos que podem ter o potencial de desafiar a ordem das coisas no espaço global. A cidade global evidencia, portanto, ao mesmo tempo uma centralização de poder e uma polarização da desigualdade, o que gera relevante potencial de instabilidade (Curtis, 2016, p.154).

1.3.1.

A produção do espaço urbano e o capital financeiro

As abordagens da geografia crítica de inspiração Marxista que pensam o espaço urbano explicitam as relações de poder, exclusão, produção – e distribuição – de desigualdades nas relações sociais que funcionam sob uma lógica de exploração capitalista que busca produzir as condições de possibilidade para a reprodução constante do domínio do capital, criando espaços destinados e adaptados à sua reprodução e acumulação. De acordo com Henri Lefebvre (1991) esse processo se dá sempre de forma associada ao contexto social em que ocorre, ou seja, a produção do espaço possui uma dimensão temporal. Tais abordagens evidenciam como as classes dominantes aliam-se ao Estado para produzirem espaços urbanos planejados para a promoção da livre circulação do capital, sua

reprodução e acumulação sob uma lógica que promove a intensificação de trocas e consumo, transformando o próprio urbano em uma mercadoria a ser consumida.

Neste contexto, observa-se que sua produção não objetiva criar condições de possibilidade para a melhoria da vida, ou a redução da desigualdade daqueles que vivem nesses espaços, que o experienciam e nele enxergam seu valor de uso. Com a produção do espaço associada à lógica do capital e sua transformação em mercadoria, este é pensado com base no seu valor de troca, gerando uma tensão entre aqueles que afirmam ser esses os espaços de realização da vida e aqueles que o pensam sob uma lógica de consumo (Lefebvre, 2013). Diante disso, destaca-se outra dimensão do urbano: o de luta e resistência. Ressalta-se o entendimento de abordagens de orientação marxista de que as contradições intrínsecas ao capitalismo – ao mesmo tempo em que produzem relações de dominação – ao serem descortinadas, criam as condições de possibilidades de desafiá-lo e perceber formas de organização e relações alternativas a ele (Brenner, 2010). Para essas abordagens, a relação de dominação do capital nunca é absoluta, uma vez que o espaço possui também uma dimensão de luta política, ao passo que aqueles que o vivem se apropriam dele e nele interferem conforme suas necessidades no seu uso cotidiano independente do domínio do capital e da comodificação da cidade, desafiando, assim, a concepção capitalista de cidade como mercadoria. Para Lefebvre, a potencial superação do modelo de produção capitalista do espaço está na prática do cotidiano e na esfera do espaço vivido – criativo – que produz interferências no espaço concebido pelo capital e que promove aberturas na forma de pensar e viver a cidade.

Com isso, observa-se a tensão entre os espaços altamente regulados do capital – que produzem fronteiras, segregam e tendem à destruição – e aqueles espaços que são apropriados por aqueles que o vivem e nele resistem, isto é, a dominação nunca é total (Lefebvre, 1991). As abordagens que retomam a importância de olhar para as cidades evidenciam a multiplicidade de conflitos e apropriações materializadas no seu espaço que são assembladas de diversas formas em contextos sociais, espaciais e temporais distintos. Como já delineado, observam-se perspectivas recentes acerca da cidade como processo nunca finalizado e que assembla em diferentes contextos diferentes forças, interesses e energias.

Para o Lefebvre (1999), os projetos urbanísticos, através de um discurso supostamente imparcial e apolítico, escondem as relações de poder e dominação –

nunca completas posto que há espaço para contestação e resistência – que produzem o espaço orientado para a continua reprodução do capital e do seu modo de produção, revelando-se, dessa forma, o entendimento do autor de que toda forma de produção necessariamente produz seu espaço de forma adaptada ao contexto em que emerge. Como será abordado adiante, as cidades contemporâneas observam a emergência de tecnologias e infraestruturas urbanas adaptadas a um capital financeiro. O entendimento do espaço como mercadoria acaba por produzi-lo de forma desigual ao passo que sua privatização garante acesso apenas à elites econômicas que podem consumi-lo, criando padrões de urbanização que se repetem em diversos locais, tais como a difusão de shoppings, condomínios fechados e a abertura de vias para facilitar a intensificação dos fluxos. Esta privatização e exclusão de sujeitos de determinados espaços, segundo Lefebvre (2001), dificulta os encontros na cidade que são fundamentais para evidenciar as diferenças e descortinar tanto as contradições do capitalismo quanto a pluralidade de formas de vida alternativas. Isto é, para Lefebvre o espaço urbano deve ser de encontros, de abertura ao inesperado, à espontaneidade do movimento, de manifestação da diferença, estando nele o potencial criativo de resistência.

De acordo com Brenner & Elden (2009), o capital não produz sozinho o espaço, mas sim em conjunto com Estado o que acaba por gerar mais dominação tendo em vista a associação deste Estado a elites econômicas que buscam intervir a fim de eliminar as diferenças para produzir espaços homogêneos coesos que favoreçam à lógica de expansão do capital – chamados de espaços abstratos –, os quais são removidos do tempo. No contexto da globalização, diversos autores argumentam estar ocorrendo uma diminuição do poder do Estado ao passo que há uma crescente transformação em seu aspecto territorial e uma rearticulação espacial de determinadas relações, o que Brenner (1999) chama de desterritorialização. Nesse processo, enfatiza-se a escala do global, excluindo outras escalas, fomentando críticas por silenciar processos que ocorrem de forma escalar transversal (Elden, 2004). Neste sentido, Brenner (1999) evidencia como, na realidade, há uma reterritorialização do Estado que realoca e reconfigura formas territoriais nesta percepção de multiescalaridade como, por exemplo, por meio da criação de redes de comunicação nos espaços da cidade a fim de reproduzir-se de forma adaptada à globalização. Com isso, há uma redistribuição escalar do Estado que possibilita a emergência de outros atores subnacionais, supranacionais e não

estatais. Por tudo isso, observa-se como as múltiplas escalas são articuladas no espaço urbano que se coloca como o *locus* em que essa transescalaridade se materializa. Na contemporaneidade, observa-se a destacada relevância de um capital financeiro que transita, investe e interfere em infraestruturas nos espaços urbanos:

“Investments in fixed infrastructures of production (buildings, factories, transport systems, ports, etc.) extend the life cycle of capital by absorbing current surplus and putting it to productive use. These investments in the material environment of the city also develop the capacity for future increases in productivity, as well as providing a stream of revenue or income. In expanding the market, they offer an immediate escape from the crises of surplus capital. However, over time the fixed capital investments in specific geographical places, in urban infrastructures and production facilities, for example, work to ‘immobilize’ capital, and these intense concentrations leave capital fixed in the built environment vulnerable to the development of new technologies and forms of organization. Capital must ever expand its sphere to survive such crises, and it is here, in the external spatial fix to crises of accumulation, that we can find the link between the internal workings of capital, and its external expansion into new markets via imperialistic and other forms of territorial restructuring. The ‘spatial fix’ is, thus, at once a solution to crises of overaccumulation, the destruction of a portion of capital, and an expression of the limits of capital (Harvey 2011).” (Curtis, 2016, p.159)

De acordo com Curtis (2016, p.161), é possível entender as cidades globais como um desenvolvimento necessário do capitalismo financeiro atual (em estágio de expansão territorial) que gera especulação imobiliária e promove investimentos no desenvolvimento de infraestruturas dos centros urbanos e financeiros. Esse capital se manifesta no espaço urbano das cidades globais que, por sua vez, facilitam a atividade financeira e a lógica de acumulação do capital que, desde a revolução industrial, está ligada à urbanização. Segundo Curtis (Ibid, p.161), esse capital necessita estar em constante movimento, razão pela qual investe constantemente em infraestruturas urbanas, que podem acabar por fixá-lo, atrapalhando a emergência de novos ciclos de acumulação. Com isso, sucessivas ondas de “destruição criativa” promovem o bota abaixo de bairros e espaços urbanos, a fim de refazê-los de forma a acompanhar as mudanças tecnológicas e os padrões de organização, sendo a crise financeira intrínseca a esse processo.

1.3.2. Práticas de segurança

A emergência da atual ordem global liberal alterou significativamente os entendimentos de território e soberania, produzindo consigo uma alteração nas práticas de segurança dos Estados, que antes se concentravam especificamente na proteção das suas fronteiras com outros Estados e passaram a buscar garantir a segurança também das redes e fluxos que ocorrem, primeiramente, nas redes urbanas (Curtis, 2016, p.134). É notório que, com a violência contemporânea, as cidades são alvos de ataques e decorrentes políticas de securitização à medida que se tornaram pontos nodais de comando e controle do capital global e “a infraestrutura crítica de uma política econômica globalizada” (Ibid, p.135). Neste sentido, tornam-se mais centrais e relevantes ao capitalismo transnacional, ao passo que mais são submetidas a sistemas de segurança. Esse processo de securitização produz contradições dentro da própria ordem neoliberal, limitando a mobilidade que ela pressupõe e na qual se sustenta, observando-se assim, um liberalismo de mercado associado ao aumento do autoritarismo, o qual busca garantir transações e fluxos transnacionais ao mesmo tempo em que policia e restringe determinados cidadãos (Ibid, p.136). Evidencia-se, com isso, uma mudança na localização das fronteiras a serem securitizadas que está diretamente relacionada à mudança da natureza do Estado, de sua territorialidade e soberania: “It is the transnational extension of national interests, in the service of the logics of capital, that seems to be driving the deconstruction and reconstruction of borders, and with them the inside/outside solution alighted upon by modernity” (Ibid, p.137). Um dos impactos desta mudança é o próprio entendimento da fronteira que não mais aparece apenas nos limites do Estado Moderno separando o dentro e o fora, mas passa a perpassar diversos espaços globais.

Curtis evidencia que em uma ordem global que se sustenta na mobilidade e fluxos, as fronteiras não podem mais se configurar como linhas fixas e que práticas fronteiriças, para se adaptar, se tornam formas móveis de controle que buscam facilitar a mobilidade de uns e restringir a de outros. Este mecanismo pode ser observado dentro dos próprios espaços da cidade com a difusão de condomínios fechados, por exemplo, que traçam fronteiras internas na fábrica urbana. Com a emergência das cidades globais, surgem também novas assemblagens de segurança

descentralizadas que envolvem outros atores que não apenas os Estados, mas também empresas privadas e indivíduos (Ibid, p.142). Curtis (2016, p.138) evidencia que com a ascensão desse Estado neoliberal de mercado e de uma governança em múltiplos níveis, atores não estatais passaram a também delimitar fronteiras – que, vale ressaltar, se trata de um ato fundacional que decorre de violências e exclusões:

“This aspect of bordering has drawn critical border scholars back to the work of Carl Schmitt, often by way of the mediation of Giorgio Agamben (1998). It builds upon Schmitt’s interpretation of the sovereign power of decision—sovereignty as the ability to draw the line between a political community and that which is external to it; to exclude an individual from citizenship of such a community, to exercise the power of banishment, and to relegate them to a wilderness without political rights, to a realm of ‘bare life’.” (Ibid, p.138)

1.4. Contornos finais

A literatura aqui abordada delinea aspectos acerca da cidade e do urbano e como eles se tornaram parte de processos transnacionais – que desafiam a lógica de fixidez do Estado Moderno e são marcados pela intensificação dos fluxos e pela emergência de novas articulações espaçotemporais. De acordo com Curtis (2016, p.182), a nova ordem global emergente pode ser considerada uma assemblagem adaptada à lógica de acumulação do capital e à nova forma de governança transnacional, que é multiescalar e se forma de fragmentações e dobras nos estados, cidades, instituições e materialidades. Neste contexto, a cidade global é compreendida como uma assemblagem (nunca completa) conectada transnacionalmente que absorve recursos de regiões próximas e promove, com a infraestrutura de redes, uma rearticulação do espaço e do tempo, alterando seu imaginário escalar. Uma vez entendidas como produtos do capitalismo, elas evidenciam igualmente a desigualdade e segregação que esse sistema pressupõe ao mesmo tempo em que suas contradições abrem espaço para potenciais transformações (Curtis, 2016, p.164). Observa-se que, com a desestabilização dos entendimentos espaciais territoriais predominantes na modernidade e com o modelo neoliberal que privatiza e comoditiza o espaço, ocorrem fissuras e fragmentações que ao serem reassembladas no nível transnacional descortinam novas fraturas que podem gerar uma falha na própria ordem global (Ibid, p.143).

Diante do exposto, observou-se uma mudança de uma ordem internacional centrada nos Estados para uma global que é mais difusa e possui variados atores não estatais que funcionam e se relacionam em múltiplas escalas, sendo esse o contexto de emergência das cidades globais enquanto pontos nodais de redes e atores centrais na governança global (Ibid, p.110). Denota-se também, portanto, que emergem aspirações de múltiplas cidades a tornar-se globais e integrar essas redes que expressam poder e influência na ordem global contemporânea, na busca por poder, visibilidade e *status*. Conforme amplamente discorrido aqui, a produção da cidade global está intimamente ligada à produção do urbano e de infraestruturas que estejam de acordo com as necessidades do capital transnacional. Dessa forma, observam-se processos de regeneração urbana influenciados pela globalização e ideias neoliberais que aspiram a transformação do espaço urbano para inseri-lo nesta ordem global de redes. A regeneração urbana, embora não possua unanimidade na sua definição, pode ser compreendida como:

“Urban regeneration is a multi-disciplinary field of research, scholarship, public policy and practice, including elements of city planning, housing, transport/infrastructure, political economy, urban design, urban tourism, community development, sustainability and cultural industry studies.” (Leary & McCarthy, 2013, p.6)

O conceito de regeneração urbana é disputado e não há unanimidade no que se refere a seus efeitos. Enquanto uns apontam ser problemática sua característica de ser gerida pelo governo, o qual pode ser orientado por ideias liberais e não pela justiça social, podendo ocasionar o aumento de desigualdades, outros enxergam na regeneração urbana uma forma de levar ao crescimento da cidade por meio de parcerias público-privadas, denotando um entendimento da cidade como empreendimento (Ibid, p.6). Vale destacar que muitos utilizam de forma intercambial os termos “revitalização” e “renascimento”, que embora possuam pequenas nuances entre eles, acabam por gerar maior adesão e menor resistência social, buscando, muitas vezes, destacar aspectos culturais relativos a esses espaços. Leary & McCarthy propõem o seguinte entendimento:

“[...] urban regeneration is area-based intervention which is public sector initiated, funded, supported, or inspired, aimed at producing significant sustainable improvements in the conditions of local people, communities and places suffering from aspects of deprivation, often multiple in nature” (Ibid, p.9).

Há, contudo, disputas em referenciais abertos como: melhorias nas condições (dependendo do contexto, impostas e não necessariamente gerando melhorias) e pessoas locais (há uma pluralidade de locais e uma distribuição desigual de benefícios e prejuízos desses processos).

No que se refere à regeneração orientada pelo aspecto cultural, os autores evidenciam como essa é produzida e consumida por meio de discursos de herança, esportes e da valorização das diferenças culturais locais (Ibid, p.11). No que se refere à experiência do Rio de Janeiro, é historicamente evidente o interesse dos gestores locais de levar a cidade ao patamar de cidade global, tendo a cidade experienciado repetidas tentativas de realizar a regeneração urbana a fim de atrair fluxos globais de capital, turistas, bens e serviços e de ganhar visibilidade pelo seu embelezamento. Estas tentativas envolviam, em geral, a expulsão de pessoas de classes mais baixas de suas moradias e o bota abaixo de comunidades, encontrando forte resistência da população e constrangimentos da própria legislação do país. Contudo, com a recepção de megaeventos na cidade isso mudou, criando as condições de possibilidade para a abertura de exceções legais mobilizadas por um discurso de urgência trazido pelos megaeventos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíada 2016) que requeriam e incentivavam processos de melhorias urbanas:

“The Olympics are commonly hailed as mega-events that will bring a highly desirable package of benefits to the host city including, inter alia, boosting a city’s economy, improving its international standing, repositioning it in the global tourist market, promoting urban regeneration, revamping transport and service infrastructures, creating vibrant cultural quarters, establishing a network of high-grade facilities that could serve as the basis for future bids, and gaining a competitive advantage over rivals.” (Gold & Gold, 2011, p.6)

É importante notar, portanto, que o processo de regeneração urbana acaba por ser resultado de demandas de diversos atores não apenas governamentais, mas também, no caso brasileiro, da FIFA, do Comitê Olímpico Brasileiro, e dos demais *stakeholders* como as corporações imobiliárias e os diversos consórcios resultantes de parcerias público-privadas. Destaca-se que a recepção dos jogos, em geral, pressupõe um amplo processo de planejamento, sendo a urbanização e o desenvolvimento de infraestruturas, aspectos fundamentais aos quais se atribui uma conotação de legado, isto é, melhorias e desenvolvimentos que perdurarão mesmo com o encerramento dos eventos. Além do discurso de legado que pressupõe uma temporalidade linear característica da modernidade, os megaeventos são utilizados

pelas esferas públicas sob um discurso de urgência e necessidade de aceleração – alegando restrição temporal – a fim de garantir a regeneração (Smith, 2012, p.106).

Finalmente, tendo em vista esse pano de fundo e os contornos delineados acerca das cidades e da produção do urbano, o capítulo a seguir irá explorar o caso do Rio de Janeiro no contexto de recepção dos megaeventos. Vale ressaltar que a cidade observou elementos típicos dos processos de regeneração como a criação de polos culturais, empresariais e imobiliários acompanhados da intensificação dos processos de segregação e despejos de comunidades. Destaca-se ainda, a criação de novos dispositivos de planejamento urbano que possibilitaram despejar as pessoas nesse contexto excepcional. Observar-se-á como os megaeventos podem ser utilizados para acelerar planos de regeneração urbana, que no caso do Rio de Janeiro, visava elevar a cidade ao *status* de cidade global que, por sua vez, conforme a abordagem trazida, produz uma cidade mais desigual e excludente com processos de gentrificação e consequente aumento da violência. Na cidade aqui recortada para análise, a busca pela promoção à condição de cidade global criou a atmosfera simbólica para promover esse modelo de cidade: no Porto Maravilha, por exemplo, houve uma articulação cultural, econômica e política que viabilizou essa intervenção, assim como na comunidade da Vila Autódromo que será objeto do capítulo a seguir.

2

Regeneração urbana e megaeventos no Rio de Janeiro

2.1.

Introdução

No contexto da candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sediar os jogos Olímpicos de 2016 e a ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, revelou-se notório discurso midiático e das elites brasileiras que afirmavam o caráter de grandes oportunidades que tais eventos ofereceriam à cidade, destacando o aporte de investimentos que com eles chegariam à cidade e beneficiariam diversas áreas sociais, econômicas e culturais como as questões da mobilidade urbana e a recuperação de áreas degradadas para moradia, comércio e turismo (Observatório das Metrópoles, 2016). Destarte, promoveu-se massivamente a ideia de legado olímpico, isto é, o que a candidatura para sediar os jogos deixaria de benefícios para seus habitantes como um todo e para o espaço urbano futuramente mesmo com o fim dos jogos. Contudo, a realidade evidenciada pelo dossiê do Observatório das Metrópoles publicado pela Sociedade de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (IPPUR), demonstra como este discurso não se verificou na prática:

“In the case of mobility, the government has invested, for example, R\$ 19 billion in 16 kilometers of metro lines to meet the needs of less than 1% of the city’s population – about 300 thousand people. The municipality of Rio de Janeiro alone has 6.4 million people. In turn, the Light Rail Transit (LRT) line, which connects the Santos Dumont Airport to the Novo Rio Bus Station, cost R\$ 1.5 billion, R\$ 600 million of which came from public coffers. Meanwhile, the highest population density in Rio is in the West (41%) and North (36.5%) Zones, precisely the regions with the largest mass transport bottleneck for access to the city center (where a large of the jobs are located). The city government has argued in favor of investments in the Bus Rapid Transit (BRT) lanes as a transport solution for the popular classes. However, the facts and analyses have indicated that the new system presents frequent problems – accidents and overcrowding – and favors the construction of a new centrality in the city, located in Barra da Tijuca. The popular classes have been encouraged to seek work in Barra, providing cheap labor in a region that aspires to be a hub of business and entrepreneurship in Brazil. Meanwhile, the barriers to access other areas of Rio de Janeiro have increased thanks to a process of bus route rationalization. To all appearances, the metropolitan area of Rio de Janeiro has been forgotten in the Olympic project. The Greater Rio railway lines, for example, serve approximately 750,000 passengers

per day, totaling 270 km of tracks and 102 stations. Moreover, they are present in 12 municipalities with a population of 9 million. However, no effective investment has been allocated to recover its system. The few refurbished stations are all in the vicinity of Olympic facilities.” (Observatório das Metrópoles, 2016, p.5-6)

Mais além, o supracitado dossiê revela o processo de transformação da cidade em mercadoria – processo de comodificação das cidades, como será discutido mais adiante – que se dá por meio de uma estratégia de renovação urbana baseada na gentrificação das áreas centrais da cidade com a expulsão de determinadas subjetividades – classes mais populares – destes centros para as periferias. Portanto, descortina-se nestes processos a participação direta e indireta do governo municipal atuando com a finalidade de favorecer mecanismos de mercado, seja diretamente expulsando moradores de determinados espaços urbanos, seja removendo os obstáculos sociais e econômicos para tal. O relatório do Observatório das Metrópoles demonstra as mudanças ocorridas nas dinâmicas urbanas da cidade do Rio de Janeiro que observam tanto novos processos de transformação da cidade em mercadoria quanto os novos padrões de relação entre as esferas pública e privada, uma vez que é evidente a atual subordinação da primeira (o governo) à lógica de mercado. (Observatório das Metrópoles, 2016, p.6)

É importante observar que nem sempre foi possível se instaurar essa nova dinâmica de relações entre o governo e o mercado, tendo observado a cidade, ao longo do tempo, diversas tentativas de expulsões de habitantes e imposições de transformações no espaço urbano que, em outros momentos, não foram bem-sucedidas. É importante, dessa forma, investigar o histórico destas tentativas na cidade a fim de se buscar compreender quais são as condições de possibilidade que permitiram, neste momento de preparações para os Jogos, que esse projeto de transformação em mercadoria da cidade em si, e do próprio movimento dos sujeitos que nela vivem e atravessam fosse facilmente bem-sucedido. Busca-se, no presente capítulo, rastrear as tentativas de expulsão na cidade em geral e na comunidade da Vila Autódromo em específico, a fim de investigar as condições de possibilidade criadas com a hospedagem dos megaeventos esportivos para as transformações experienciadas pelo espaço urbano neste contexto.

2.2.

O nacional e o urbano: Brasil no tempo

Ao se analisar com profundidade a história política brasileira, observa-se a alternância de ondas consideradas mais progressistas e outras mais conservadoras, o que gera efeitos também na política urbana nacional. É fato conhecido que, após um longo período de regime militar que durou de 1964 a 1985 – notoriamente conservador –, o processo de redemocratização se deu inicialmente através de eleições indiretas por um colégio eleitoral para o cargo de Presidente da República, culminando com a eleição de Tancredo Neves que, ao falecer, deixou a posse do cargo para seu vice, José Sarney. As primeiras eleições diretas para o cargo após a reabertura política ocorreram em 1989 tendo como os candidatos mais votados Luiz Inácio Lula da Silva (cuja plataforma trabalhista era entendida por muitos como socialista) e Fernando Collor de Mello (com plataforma liberal e defesa da desestatização de empresas e abertura do mercado nacional), sendo este último o escolhido pela população nas primeiras eleições diretas para o cargo no período pós-redemocratização. Durante seu governo, e com suas propostas econômicas liberais, o país entrou em grave recessão. Já com notória instabilidade política, econômica e social, Collor sofreu Impeachment, tendo seu vice, Itamar Franco, assumido a presidência e, declaradamente, se opondo a diversas políticas econômicas de Collor.

Em 1995, seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, foi eleito por meio de eleições diretas também com uma plataforma notoriamente mais liberal pautada pela defesa da abertura de mercado ao exterior e a privatização de empresas. É evidente a escolha nas urnas de presidentes com agendas desenvolvimentistas voltadas ao neoliberalismo neste período, com propostas de reformas econômicas de liberalização da economia e privatizações, o que, segundo Orlando Santos Jr., deu início a um novo ciclo de comodificação das cidades, levando ao aprofundamento de contradições, sendo marcadas, em geral, pela desigualdade: “[...] living conditions in large cities, especially in metropolitan areas, were deteriorating and urban centers were becoming economic hubs marked by fragmentation, duality, violence, pollution and environmental degradation.” (Santos Jr., 2016, p.14-15)

Orlando Santos Jr. (2016) evidencia que os projetos de modernização brasileiros são exclusionários e baseados na segregação desde a ascensão da República, tendo se intensificado nos anos 50 com a industrialização dos grandes centros, o que gerou acentuado êxodo rural para o espaço urbano e a expansão de uma classe média assalariada, fomentando, assim, a emergência de um mercado imobiliário capitalista e exclusionário. O autor afirma que, nos anos 90, ocorreram transformações na urbanização brasileira decorrentes de mudanças no capitalismo internacional – com a emergência da agenda neoliberal – e da intensificação dos processos de globalização observados no país:

“On the one hand, the increase of the outskirts of large cities, with a growing population on the metropolitan fringes and expanding slums and squatter settlements; on the other, the emergence of middle-class clusters and gated communities in the suburbs, producing a more complex, uneven and heterogeneous urban space. The point is that the model of production and management of Brazilian cities adopted in this period stemmed from the combination of processes of selective insertion of competitive and dynamic areas and regions into international capital circuits, the concentration of population in metropolitan areas, urban segregation and socioeconomic exclusion, producing a new socio-spatial order divided between rich and poor, between citizens and non-citizens.” (Santos Jr, 2016, p.15)

É evidente o caráter fragmentado das políticas urbanas nacionais, não havendo uma estratégia única e coordenada de regulação do espaço urbano que, segundo Orlando Santos Jr., está sujeita à lógica do favoritismo das relações intergovernamentais.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República em 2003 – com agenda mais progressista –, há uma mudança na política urbana: com a criação do Ministério das Cidades, teoricamente se entendeu que as questões urbanas são nacionais e que, embora sua política seja descentralizada e com forte papel dos municípios em seu planejamento e administração (ideia reforçada com a adoção do Estatuto da Cidade em 2001), o Governo Federal pode intervir para estabelecer linhas gerais e planos para políticas integradas de cooperação nas questões urbanas, o que incentivou a influência de perspectivas mais progressistas a nível local:

“From a historical perspective, it can be said that both the creation of the Ministry of Cities and the creation of the Council of Cities, both in 2003, and the holding of national conferences of cities in 2003 and 2005, are achievements of the movement for Brazilian urban reform, which, since the 1980s, has been formulating a diagnosis on the production and management of cities and proposing an agenda

focused on (a) institutionalizing the democratic management of cities; (b) public regulation of urban land based on the principles of the social function of property ownership and social function of cities; and (c) reversing priorities concerning urban investment policy to promote socio-spatial justice. From the perspective of the urban reform agenda, the holding of national conferences, as well as the creation and operation of the Council of Cities, should result in a new dynamics in managing urban policies, with the participation of the government and popular movements, non-governmental organizations, professional and business segments. And significant policies were indeed approved as of 2003: the National Environmental Sanitation Plan; the National Housing Plan; the creation of the National Fund for Social Housing and the National Social Housing System; the National Urban Mobility Policy; and the housing program *Minha Casa Minha Vida* for entities are examples of policies that aimed to decommodify cities and promote the social function of property and the social function of cities. Although urban policy is the responsibility of municipalities, one must consider that this new national institutional framework created a favorable environment for the adoption of progressive policies at local level.” (Santos Jr., 2016, p.16-17)

Embora observadas essas mudanças institucionais, não desaparecem, contudo, as contradições e disputas pelo espaço urbano, assim como as reivindicações pelo direito à cidade¹ – e à cidade de direitos – que lançam luz em diversas análises e propostas críticas de como deveria se pensar e projetar as cidades. De acordo com Orlando Santos Jr. (2016), essa mudança no pensar a cidade encontrou resistência de setores não governamentais conservadores e de coalisões políticas dentro do próprio Governo Federal. Em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff (eleita com agenda mais progressista), com a articulação de uma ala mais conservadora e com a ascensão de Michel Temer ao cargo de Presidente da República, novamente a política nacional e a urbana, por conseguinte, tornam-se mais conservadoras (sendo observados cortes em diversos programas sociais, privatizações e maior aproximação com setor privado).

Orlando Santos Jr. evidencia algumas políticas urbanas nacionais que, ainda durante os governos mais progressistas, fomentaram amplos investimentos em projetos de infraestrutura e reestruturação de áreas urbanas que aumentaram as

¹ O conceito do Direito à cidade (2001) de Lefebvre refere-se ao direito daqueles que, apesar das imposições do espaço concebido e transformado em mercadoria, vivem o cotidiano da cidade, dela se apropriam e a transformam para suas usanças – reivindicando seu direito de construí-la. É um direito de acesso transformado à vida urbana. Este entendimento pode ser analisado criticamente como expressando um tipo muito particular de liberdade, a liberal, que tem como finalidade a autonomia. Contudo, nem toda reivindicação ao Direito à cidade trata-se de uma questão referente à liberdade, mas sim, muitas vezes, à soberania e à configuração de espaços de contestação. Para David Harvey (2013), o conceito refere-se ao direito de transformar-se enquanto transforma a cidade e de decidir acerca de sua respectiva urbanização: “[...] todos aqueles cujo trabalho está envolvido em produzir e reproduzir a cidade têm um direito coletivo não apenas àquilo que produzem, mas também o de decidir que tipo de urbanismo deve ser produzido, onde e como”. (Harvey, 2014, p.245).

intervenções federais nas cidades (ao passo que se enfraqueciam os instrumentos para garantia da função social das propriedades trazidos pelo Estatuto da Cidade) como: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007; o programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009; a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016; e, por fim, a difusão do modelo de administração urbana de parceria público-privada (muito influenciado pela organização dos supracitados megaeventos) realizada através de consórcios (Santos Jr., 2016, p.18). Notoriamente, tais intervenções não buscavam a garantia do direito à cidade, o que é observável com as remoções de moradores dessas áreas de intervenção, muitas vezes realizadas de forma violenta.

Portanto, mesmo com uma série de avanços na infraestrutura urbana – em moradia, saneamento e mobilidade – proporcionados por essas intervenções, as transformações no espaço urbano se deram, muitas vezes, desconsiderando e à revelia daqueles que foram forçadamente removidos destes espaços (embora, no caso da Vila Autódromo, tenha ocorrido a tentativa de se propor formas alternativas de urbanização por meio de um Plano Popular). A comodificação das cidades se intensificou com a adoção de políticas nacionais mais conservadoras que, muitas vezes, procederam com a entrega de áreas de interesse para o setor privado e a expulsão de classes mais pobres dos centros urbanos, ou seja, segundo Orlando Santos Jr., procedeu-se com a estratégia da gentrificação (adotada pelo governo em parceria com a iniciativa privada) para a promoção de uma renovação urbana que garantiu a elitização de algumas áreas centrais da cidade com a expulsão² das classes mais baixas. Observa-se, diante do exposto, um entendimento daqueles que atravessam e vivem o espaço urbano como consumidores, estando tal espaço, voltado para a garantia de interesses privados e do capital, tornando evidente a fragmentação da cidade produzida de forma não voltada para a garantia de direitos e do exercício da cidadania, mas para interesses privados.

² Em seu livro “Expulsões” (2016), Saskia Sassen mostra como, nos anos 80, deu-se uma diminuição do Estado com o fim do Keynesianismo (Estado de bem-estar social) e a emergência do neoliberalismo cujas novas dinâmicas observavam o aparecimento de grandes corporações, privatizações, desregulações e de um capital financeiro – cujos métodos são invisíveis –, intensificando sua capacidade de acumulação ao passo que acentuou severamente as desigualdades e promove, frequentemente, a expulsão de grupos mais pobres de seus espaços de forma brutal, dada a capacidade deste capital financeiro de securitizar quase tudo. A autora observa diversos sistemas de expulsões (econômico, social e até da biosfera) que geram deslocamentos forçados e defende ser importante olhar para os locais em que ocorrem, destacando que esses se dão de diferentes formas no sul e Norte global.

2.2.1.

Financialização do espaço e a força da lei

Diante do exposto até aqui, Hoshino e Franzoni (2016) vão além e analisam a financialização do espaço urbano como uma prática intimamente ligada ao neoliberalismo (em um mundo colonizado pelo mercado) e resumem essa ontologia da seguinte forma: redução do Estado, ampliação de instrumentos legais pra os negócios e uma governança desses espaços compartilhada entre o mercado e o Estado. De acordo com os referidos autores, o discurso para essa financialização do espaço que acompanha a narrativa das cidades como atores globais envolve a afirmação de que o estado do bem-estar social não foi bem sucedido e que políticas públicas urbanas devem se autofinanciar. Neste cenário, destaca-se a utilização de discursos centrados na ideia de legado a fim de sustentar a importância do que os autores chamam de novas atividades extrativas urbanas como o turismo e os megaeventos esportivos (Hoshino e Franzoni, 2016, p.22-23).

Este discurso pode ser amplamente observado na experiência brasileira, em geral, e na do Rio de Janeiro, especificamente, quando se analisa as narrativas dos diferentes níveis de governo de que essas parcerias público-privadas fomentadas pelos megaeventos e incentivos ao turismo deixariam um legado para a população como um todo. Contudo, na prática se observou um desenvolvimento desigual das regiões e diversas disputas sobre espaços com remoções forçadas, aumento dos custos de vida e precarização da mobilidade para uns, enquanto outros usufruíram de melhorias. De acordo com Hoshino e Franzoni, essa mitigação do direito à cidade pode ser compreendida quando se reconhece que os operadores da lei também operam e interferem na financialização do urbano, o que leva os referidos autores à conclusão de que tanto a lei quanto o espaço são produzidos de formas seletivas e de que a lei produz o espaço ao definir os limites de seu uso (Hoshino e Franzoni, 2016, p.24-25):

“In Brazil, although it is not new, the two-front onslaught of deregulation and privatization of public assets and functions in the name of urban governance has gained momentum in the context of sporting mega-events. Following this line, the World Cup Law (Law 12,663/2012) authorized the delimitation of “restricted areas,” symptomatically dubbed “exclusion zones,” in the host cities. Similar devices have been replicated in the Olympics Law (Law 13,284/2016), which came into force in May this year, demonstrating the intention to apply to the ownership of urban space, especially public space, the logic of copyright. Thus, the right of

FIFA, IOC and their investors to the city becomes a trademark.” (Hoshino e Franzoni, 2016, p.25)

Tendo em vista essas ideias da cidade como marca registrada e os direitos autorais da produção do espaço urbano por organizações como a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional, assim como a criação de regulamentações que possibilitaram a criação de zonas de exceção autorizadas por lei, afirmam Hoshino e Franzoni (2016, p.26) que emergiam novos donos virtuais da cidade.

Além das referidas regulamentações da Copa do Mundo e da FIFA, esses autores revelam ainda a Medida Provisória nº 727/2016 editada pelo Governo Temer que buscava fortalecer e intensificar a relação público-privada para o desenvolvimento e investimento na infraestrutura brasileira (esta referida MP foi convertida na Lei nº 13.334/2016). Hoshino e Franzoni demonstram como essas medidas se sustentavam no discurso de que o país estaria passando por uma grave crise econômica que necessitava de medidas urgentes para estimular a economia e retomar o crescimento. É notória a utilização do discurso de crises e urgência pelo Poder Público para a aprovação de diversas medidas e criação de situações e espaços excepcionais em vários momentos da história brasileira e, como será analisado adiante, tal discurso foi amplamente utilizado no contexto da recepção dos megaeventos esportivos.

Com isso, a gestão de Michel Temer criou – com base na necessidade de medidas urgentes – o programa de parcerias de investimentos (PPI) para concessões federais cujas iniciativas tinham caráter de prioridade nacional gerido por um grupo restrito e sem participação popular ou mesmo do Ministro da cidade (Hoshino e Franzoni, 2016, p.27). Destaca-se, novamente, com essa iniciativa o interesse em produzir o espaço com base na ideia de mercadoria mas, mais do que isso, visando uma lucratividade do espaço que, no caso brasileiro, envolve também fundos públicos para tal, utilizando-se do paradigma da crise e submetendo-se a uma administração pelas corporações:

“If previously urban planning was the state’s strategy to provide the country with general conditions of industrialization/modernization, currently the exception plans are the rule controlling the process of territorialization of the crisis in the urban space under the prerogatives of the inevitable public-private partnerships. In an *Agambenian* image, the city of exception is the current urban model and the new “governance” arrangements aligning state and market are its sovereign. It is not about the crisis of a paradigm, but the paradigm of the crisis. For no other reason, the main examples of creativity pleaded by the “new administrative law” in the

context of public management originate from urbanistic law: the Urbanistic Concessions and the Urban Operations feature as the protagonists of the business/contractual circle following the administrative reform of the state. The paths taken by Brazilian urban policy, on this flank, have perverted the process of *cooperative* opening in the management of public interests – public beyond administration and bureaucracy – to submit it to *corporate* management – in which the public is irreducibly taken over by the private.” (Hoshino e Franzoni, 2016, p.28)

Ao trabalhar com a analogia da cidade como uma empresa de sociedade limitada (LTDA), tipo de empresa que limita cada sócio ao quanto cada um investiu, Hoshino e Franzoni afirmam observar um exercício desigual de oportunidades e direitos pela maior parte da população e a iminência da possibilidade desta cidade limitada (LTDA) tornar-se uma cidade incorporada (Inc.) em que bens comuns da sociedade (ou que deveriam ser convertidos a esta) são securitizados por escritórios corporativos (Hoshino e Franzoni, 2016, p.29). Os autores destacam que este processo de tomada dos bens comuns não se dá sem resistência da população (e a reclamação de sua soberania) que usa os espaços públicos e evidencia outras formas de experienciá-los, como através da construção de moradias autoadministradas, ocupações, assembleias populares, entre outros.

2.3.

Transformações e disputas no Rio de Janeiro no espaço-tempo

No que se refere aos processos de gentrificação, Gaffney (2015) descortina a existência de diferentes entendimentos quanto ao termo quando se observa a sua utilização e experiência em diferentes contextos locais e idiomas, devendo, portanto, seus estudos considerar as especificidades de cada local. Contudo, o autor afirma que o consenso na literatura sobre o tema é de que a gentrificação se dá com o deslocamento de grupos mais pobres pelos mais ricos (possuindo, ambos, padrões culturais distintos) e de que se trata de um instrumento de acumulação que revela novas formas de governança e produção de capital (Gaffney, 2015, p.3). O autor evidencia como o termo gentrificação no Brasil – muitas vezes relacionado aos termos “remoção branca” e “limpeza social” – envolve uma longa história de tentativas governamentais de eliminação das favelas e comunidades de classes mais pobres para abrir espaço para classe média e alta, ou seja, na experiência brasileira da gentrificação das cidades, em geral, observam-se conflitos entre as gestões municipais e as classes mais pobres com repetidas tentativas de remoções forçadas,

como será analisado com o caso específico do Rio de Janeiro. Para tal, é importante retomar e rastrear o processo de formação e transformação do espaço da cidade do Rio de Janeiro. Não se busca, aqui, fixar e estabelecer origens, pois como afirma Jacques Derrida (1992), ao tentar fixá-las, só podemos encontrar origens não originárias, portanto, sendo possível apenas investigar seus rastros.

Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, observaram-se transformações no espaço da cidade a fim de se adequar aos interesses do capital, a industrialização e ao recente Estado Republicano. Após o fim do período escravista no Brasil, os recém-libertos encontravam dificuldade de se inserir como força de trabalho na cidade e conseguir sustentar uma moradia no centro, onde havia maior oferta laboral. Dessa forma, muitos ocuparam os morros nos arredores do centro do Rio de Janeiro (vale ressaltar que, nesse período, não havia fácil mobilidade para essas pessoas acessarem espaços). Além deles, combatentes que voltavam da Guerra de Canudos, na Bahia, buscavam também estabelecer sua moradia no local e acabaram por serem autorizados a residir no morro que ficou conhecido como Morro da Favela (em referência a uma planta que ali era encontrada, conhecido como Morro da Providência) (Valladares, 2000). Licia Valladares observa, porém, que, embora muitos fixem ser ali a primeira favela carioca, há evidências de outras ocupações anteriores em morros por imigrantes espanhóis, portugueses e italianos (2000, p.8). Dada a crescente industrialização e o modo de produção capitalista, o consequente interesse de residir próximo ao centro onde havia acesso a serviços e melhores oportunidades, o centro da cidade observou um crescimento no número de cortiços. Como narra Lícia Valladares:

“[...]o cortiço, considerado no século XIX como o locus da pobreza, espaço onde residiam alguns trabalhadores e se concentravam, em grande número, vadios e malandros, a chamada "classe perigosa". Caracterizado como verdadeiro "inferno social", o cortiço era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social. Percebido como o espaço, por excelência, do contágio das doenças e do vício, sua denúncia e condenação pelo discurso médico-higienista foram seguidas por medidas administrativas: primeiro, uma legislação proibindo a construção de novos cortiços no Rio; em seguida, uma verdadeira "guerra" que resultou na destruição do maior de todos, o "Cabeça de Porco"; e finalmente, a grande reforma urbana do Prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, que se propunha a sanear e civilizar a cidade acabando com as habitações anti-sanitárias.” (Valladares, 2000, p.7)

Ou seja, os cortiços eram vistos pelo Poder Público como ameaça ao projeto europeu de ordem que se pretendia estabelecer na cidade, eram entendidos como

cenários de pobreza, atraso, epidemias e espaços onde se encontravam vagabundos e criminosos. Com isso, incomodava ao Poder Público a contradição no espaço do centro: local de busca por modernização em que cortiços e populações mais pobres desafiavam esse projeto. A reforma Pereira Passos ocorreu sob um discurso de saúde pública (higienização) associado a um discurso de criminalização da pobreza, colocando abaixo os cortiços e fazendo com que seus moradores migrassem para os morros e outras regiões periféricas, que também recebiam migrantes, muitas vezes, rurais que vinham buscar, no projeto de metrópole do Rio de Janeiro, melhores oportunidades. Como destaca Carlos Lessa (2005, p.293), a crescente onda de migração de populações rurais mais humildes tem como desenrolar, a criação de novos pontos de habitações informais dessa população mais humilde, ocorrendo o surgimento de novas favelas e comunidades.

A racionalidade modernista de Pereira Passos se baseava na crença de que a mudança do espaço implicava mudança nos modos de vida, ou seja, a transformação do espaço em um modelo europeu que seria melhor e mais avançado, não apenas implicava na articulação espaço-tempo linear e progressista do Estado em direção ao desenvolvimento, mas na própria relação dessa articulação com o sujeito moderno que, ao mesmo tempo em que produz essa articulação, é produzido por ela. Isto é, essas subjetividades vistas como atrasadas e que não conseguiram ser bem-sucedidas e ascender de classe no projeto capitalista seriam uma ameaça ao Estado ao produzir espaços vistos como temporalmente inferiores, sem ordem e com dificuldade de governamentalidade, sendo necessário, portanto, removê-los desses espaços, transformando-os, para que produzam sujeitos mais civilizados e desenvolvidos.

A perspectiva modernista baseava-se no controle estatal e buscava facilitar a legibilidade da população, para assim ter governamentalidade. Para isso, buscou produzir uma ordem estética e material (pensadas nos padrões e modelos europeus), que tinha como objetivos: extinguir as zonas precárias; construir avenidas largas; higienizar e embelezar espaços que possibilitaria também maior controle (Ramalho, 2018, p.39). Sob a mesma racionalidade modernista de urbanização da reforma Pereira Passos, o espaço do Rio de Janeiro observou constantes projetos de erradicação das favelas que, cada vez mais, afastavam essas populações do centro da cidade e também da Zona Sul. Algumas comunidades, nesta região, foram removidas na década de 60, e o governo buscou reinseri-las em conjuntos

habitacionais na Zona Oeste, onde poderia controlá-las melhor, em um local que julgava apropriado para essas populações:

“Durante o governo de Carlos Lacerda configurou-se um projeto ambicioso de erradicação das favelas. Em 1962, seu governo criou a Companhia de Habitação do Estado da Guanabara (Cohab-GB), companhia de capital misto responsável pela construção de grandes conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro. A política pública de intervenção adotada foi a de remoção das favelas, principalmente daquelas situadas nos locais mais nobres da cidade, transferindo a população removida para conjuntos habitacionais de baixo custo construtivo localizados na periferia urbana como o caso de Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança.” (Santos, 2014, p.2)

É evidente, assim, o constante processo de transformação do espaço no projeto da modernidade, pautado numa prática de constante produção e reprodução de margens, sob uma lógica de exclusão dessas populações mais pobres.

É nesse contexto de novas remoções e escalada da violência em outras comunidades informais que os primeiros moradores migram e ocupam o espaço da Vila Autódromo (localizada na sub-região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade), dentre eles pescadores, operários – alguns dos quais participaram da construção do Autódromo de Jacarepaguá que deu nome à comunidade e foi demolido para a recepção dos jogos – e autônomos. Por meio de mutirões, esses recém-chegados constroem suas casas e sua própria versão de espaço urbano, suas ruas, “rede de distribuição de água, sistema sanitário, creches, escolas e espaços de convívio, como o campo de futebol, a igreja e a sede da Associação de Moradores” (Zeitune et al., 2016, p.2), sendo eles próprios seus agentes urbanizadores ao passo que o Poder Público ignorava suas solicitações.

2.4.

Transformações e disputas na Vila Autódromo

“The modernist, western suburb of Barra da Tijuca is undergoing rapid growth due to the confluence of political interests, Olympic-related real estate and infrastructure projects, and the westward expansion of Rio’s population (Sánchez, Bienenstein, & Mascarenhas, 2011). Barra da Tijuca is distinct from other regions in Rio de Janeiro in that highly securitized, high-rise condominium complexes, shopping malls, and commercial centers connected with an expansive road system shape the physical and social landscapes. Because of the car-dependence and securitized environments proximate to kilometers of beach, Barra da Tijuca is jokingly referred to as the Miami of Rio de Janeiro.” (Gaffney, 2015, p.13)

Com a expansão e urbanização da Barra da Tijuca e consequente valorização de suas proximidades, a região atrai interesse do mercado imobiliário e de uma

classe média emergente. Nos anos 90, ocorreram várias tentativas de remoção e, em 1998, alguns membros da comunidade conquistaram a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) pelo Governo do Estado e, assim, o direito de ali residir, dificultando as tentativas de remoção (Ramos, 2014, p.8). A primeira tentativa de remoção ocorrida em 1993, realizada por Eduardo Paes, então subPrefeito da Barra e Jacarepaguá, sustentava-se na afirmação de que a comunidade causava danos urbanos, estéticos e ambientais. A Associação de Moradores pautou sua defesa jurídica e conquistou o direito de ali permanecer questionando os fundamentos do que seria belo para a cidade, assim como ofereceram, em contrapartida, a elaboração de um plano que objetivava recuar as construções que ameaçavam a preservação ambiental do entorno da lagoa.

Em 1996, nova tentativa de remoção ocorreu sob pretexto de ser área de risco frente às fortes chuvas e enchentes e, novamente, a comunidade conseguiu comprovar que não havia risco e se manteve no local, tendo renovados pelo Governo do Estado seus títulos de posse provisórios (Ramos, 2014). Com a candidatura a cidade sede dos jogos Pan Americanos de 2007, em 2005, a Vila Autódromo é atravessada por novas disputas entre moradores e o Poder Público que argumentava a relevância da localidade que deveria passar por obras para a realização dos jogos. Mais uma vez, a comunidade se mobilizou e resistiu às pressões (Ramos 2014, p. 21). Contudo, com o sucesso da candidatura da cidade à sede dos jogos Olímpicos de 2016, foram intensificadas e ganharam força as pressões pelo bota abaixo da comunidade sob uma defesa de ideia de legado olímpico, conforme detalha Ramos:

“Isso ocorreu porque a Barra da Tijuca receberia, segundo o documento oficial da candidatura, a maior parte das instalações e investimentos em infraestrutura de transportes, aumento da oferta habitacional privada e social, além da recuperação ambiental de lagoas e parques. O local escolhido para abrigar o maior conjunto de equipamentos para os Jogos foi exatamente o antigo Autódromo de Jacarepaguá, ao lado da Vila Autódromo, onde seria implantado o Parque Olímpico.” (Ramos, 2014, p.22)

Novamente, a comunidade resistiu e questionou as novas utilizações provisórias do espaço propostas pelo projeto que eram constantemente alteradas pelo Poder Público. Inicialmente, alegou-se construir ali instalações para mídia, algum tempo depois, declarou-se interesse de construção de alça viária que integraria a Transolímpica e a Transcarioca, assim como estacionamentos para o

Parque Olímpico. Frente às constates tentativas de remoção sob os mais diversos argumentos, a comunidade iniciou o desenvolvimento de um projeto alternativo ao da Prefeitura para sua urbanização, o Plano Popular da Vila Autódromo (Ramos, 2014, p.26). Tal plano de iniciativa dos moradores em conjunto com universidades e organizações sociais, pautou-se no debate participativo de ideias e propostas em que reivindicavam não apenas a sua existência, mas também seu direito de existir e ter voz naquele espaço, que era passível também de desenvolver-se sob suas perspectivas e pontos de vista. Em sua própria mobilização, os moradores evidenciavam como a participação popular no planejamento é possível. O Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA) visava encontrar soluções que viabilizassem a permanência da comunidade e a mobilização comunitária para avançar a execução de suas propostas, sendo premiado internacionalmente em 2013, ao vencer o *Deutsche Bank Urban Age Award* – prêmio que reconhece iniciativas criativas para cidades (Ramos, 2014, p. 44). A Prefeitura, porém, ignorou a apresentação dessa proposta alternativa desenvolvida de forma participativa.

Dessa forma, mesmo com esse reconhecimento, os moradores que optavam por continuar ali e não aceitaram as ofertas da Prefeitura, continuaram sofrendo ameaças de demolição de suas casas e de saírem de lá sem receber nada. Alguns moradores aceitaram as compensações financeiras, outros aceitaram mudar-se para apartamentos de pequena metragem no Parque Carioca (conjunto habitacional desenvolvido com fundos governamentais do Minha Casa Minha Vida que ficava nas proximidades da Vila Autódromo). Ao demolir as casas dessas pessoas, o Poder Público desestruturava a comunidade, a deixava repleta de escombros das demolições, muitas vezes danificando instalações e a deixando sem luz, água e esgoto. Mais além, as ruas ficavam mais perigosas com a circulação de desconhecidos (Ramos, 2014). Evidenciava-se a tática de precarização da vida como forma de forçar as pessoas a deixarem aquele lugar.

A comunidade novamente resistiu e se mobilizou internamente, buscando articular-se com outras comunidades e movimentos sociais a fim de garantir seu direito àquele espaço. É desenvolvido, nesse contexto, o movimento de ocupação da comunidade, conhecido como #OcupaVilaAutódromo, que visava manter constantemente a presença de apoiadores externos, a fim de dificultar as ações da Prefeitura. Nos anos de 2015 e 2016, ali ocorreram eventos como apresentações de teatro, cortejos musicais, mostras de filmes, shows e lançamentos de livros que

buscavam oferecer uma contra narrativa ao discurso e às práticas violentas e destrutivas do Poder Público, de forma a oferecer sua própria ressignificação daquele espaço como *locus* de vida e alegria (Sánchez, Oliveira e Monteiro, 2016, p.420). A Prefeitura, por sua vez, seguiu seu projeto de remoções e num ato simbólico violento, derrubou a sede da Associação de Moradores. A comunidade reage em outro ato simbólico e performativo: estampa em suas paredes e muros “Associação de Moradores da Vila Autódromo”, evidenciando como, embora não mais fisicamente, a Associação permanecia e se multiplicava ao atravessar a vida de cada família que ainda estava ali (Sánchez, Oliveira e Monteiro, 2016, p.421). A comunidade resistia ao seu apagamento e o de sua memória. Buscava e persistia em reinscrever-se na história e naquele espaço.

A tensão e violência se intensificavam e, aos poucos, a comunidade, que tinha em torno de 600 famílias, gradualmente diminuiu até que restaram apenas 20 que se recusaram a sair. Em Abril de 2016, a comunidade foi demolida definitivamente e a Prefeitura se comprometeu – em um acordo que teve destaque internacional – a assegurar a permanência dessas famílias e assim reformou, sob sua ótica, o espaço da comunidade, construindo 20 casas padronizadas (Talbot, 2016).

2.5.

Favela Olímpica

Em “Margins, Silences and Bottom Rungs”(1996), Cynthia Enloe desenvolve uma importante crítica acerca de como nos estudos tradicionais de Relações Internacionais as margens são frequentemente silenciadas, uma vez que as abordagens se concentram principalmente nos centros, o que os leva a compreender as relações de poder que ali operam de forma simplificada. A separação entre centros e margens não é natural, mas resultado de uma relação vertical de poder em que alguns acumularam poder o suficiente para continuamente se colocarem no centro ao passo que trabalham para reproduzir esses outros nas margens de forma a silenciá-las. Contudo, embora estejam nas bases da pirâmide de poder, é de lá que podem oferecer outros pontos de vista – descortinar novas relações de poder – e desestabilizar as grandes narrativas tradicionais que constantemente são tomadas como naturais, assim como as relações desiguais e

hierárquicas que essas acabam por reproduzir. Trata-se, aqui, de dar voz a essas margens para que possam oferecer novas perspectivas e epistemologias.

É neste sentido que a presente seção se propõe a buscar como fontes alternativas de conhecimento que podem oferecer outros pontos de vista acerca da experiência dos megaeventos no Rio de Janeiro: as perspectivas dos moradores da Vila Autódromo por meio de outra fonte comumente silenciada, filmes, aqui no caso, o documentário de Samuel Chalard “Favela Olímpica” (2017). De acordo com Michael Shapiro:

“In my terms, the arts, when they refashion force relations, oppose a politics that is mired in the official language of macropolitical institutions and thereby provide an opening to the micropolitics of everyday life. As applied to the city, what the arts provide is less “urban theory” than an approach to cities that generate ways to think ‘the political’.” (Shapiro, 2010, p.4)

Buscar-se-á, aqui, pensá-lo como um objeto de pesquisa acadêmica ao passo que se expressa como uma representação (re-apresentação) crítica da realidade e, mais do que isso, um modo estético fundamental para pensar a cidade à medida que ele, assim como a cidade, podem ser compreendidos como formas de assemblagens, possuindo, o cinema, a capacidade de capturar estruturas espaciais e fluxos temporais. (Shapiro, 2010).

No que refere ao gênero documentário, é importante destacar como esse geralmente é compreendido como uma apresentação da verdade dos fatos, posto que se sustenta em dados do real. Contudo, sabe-se que tal apresentação é mediada pelos ângulos, cortes, efeitos, isto é, há uso de edição para imprimir uma temporalidade e os ritmos dos filmes, compartilhando, portanto, características com filmes de ficção, o que borra a distinção entre eles (Shapiro, 2005, p.241). Não se busca afirmar que o filme mostra uma verdade única, completa e finalizada, nem tampouco essencializar ou totalizar a experiência apresentada de alguns moradores como sendo a de todos. Mas pensar, dessa forma, as narrativas, os cortes, imagens, ritmos e falas que se contrapõe e oferecem *insights* para se pensar, sob a perspectiva do cotidiano, como se concretizam as experiências desse encontro da Favela com o projeto olímpico. É importante destacar que o título de filme – Favela Olímpica – traz a questão desse encontro do local com o global e como eles se atravessam, o que é visibilizado pelos contrastes das imagens entre a comunidade em meio aos prédios modernos do Parque Olímpico, por exemplo, ou a de crianças da

comunidade jogando futebol na fronteira com o complexo esportivo, como se observará adiante.

Embora uma abordagem estética conforme proposta por Michael Shapiro (2013) possa oferecer interessantes *insights* para pensar mundos diferentes e evidenciar a contingência de grandes narrativas, não se pretende desenvolvê-la amplamente, mas sim observar como, na esfera do cotidiano, concretizou-se essa regeneração urbana sob a perspectiva daqueles *on the ground* e como esses articularam suas visões do valor de uso daquele espaço, em contraposição e resistindo ao espaço concebido pelo projeto de urbanização imposto que pensa aquele espaço por meio de seu valor de troca.

O documentário apresenta as crescentes investidas do Poder Público, revelando inconsistências entre o discurso e a prática de diversas autoridades no processo de remoção, de forma a evidenciar a mercantilização da cidade e os movimentos de resistência dos moradores e da sociedade civil ao não apagamento daquele espaço. É uma importante fonte documental não apenas dos discursos, mas das técnicas e estratégias de produção do espaço urbano em capital. No cotidiano da comunidade há lutas e resistências, muitas vezes invisibilizadas, que articulam seu entendimento daquele espaço como *locus* de vida em comunidade, de coletividade e até mesmo de expressão lúdica (como no caso do movimento de ocupação que contou com diversos eventos de manifestação cultural).

Tudo que fora discutido aqui se materializa no cotidiano dos espaços de vida e evidencia como é fundamental não se dissociar teoria e prática, ressaltando a importância da esfera do vivido, onde, na prática, se revelam as possibilidades de resistência, mesmo aquelas que não são intencionais ou grandes práticas revolucionárias – como a de escrever nos muros e tapumes de separação do parque como forma de se inscrever nesses espaços e resistirem ao seu apagamento –, mas que desafiam e se contrapõem à mercantilização do espaço, pensado pelo seu valor de troca (Figura 1). Há, inclusive, uma sequência em que as câmeras mostram a demolição do segundo andar de uma das casas da comunidade, enquanto uma moradora no andar inferior estende as roupas no varal. Neste ponto, observa-se um encontro da prática cotidiana de estender a roupa – do espaço vivido – com a prática da destruição da forma de produção do espaço concebido da cidade que conduz a apagamentos. Da mesma forma, mostra a câmera uma sequência de diversos enquadramentos de espaços esvaziados para, em seguida, cortar novamente para a

moradora Penha pegando fruta na árvore – elemento recorrente na narrativa do filme –, tendo como um pano de fundo os muros na fronteira do Parque Olímpico, onde se encontravam pichados os dizeres: “olímpiadas passam justiça fica”. Esta é uma característica marcante que o documentário traz à luz e se intensifica em seu desenrolar acerca da experiência da Vila Autódromo: a inscrição nas paredes e muros de dizeres que questionavam a mercantilização do espaço, a função do Estado e sua relação com interesses privados.



Figura 1. Cena do filme Favela Olímpica. Os limites do Parque Olímpico com a comunidade.

A casa de Penha possui um amplo quintal com árvores e um terraço com vista privilegiada da Lagoa, com a Pedra da Gávea ao fundo, os múltiplos condomínios da região e com as obras do Parque Olímpico. A moradora afirma: “Não é uma casa linda, maravilhosa, mas é a casa dos meus sonhos, a que eu pude construir”. Esta narrativa é comum nos depoimentos dos moradores que ressaltam o valor de suas casas justamente por terem sido eles a levantá-las e a investir nelas, além das belezas da lagoa, do pôr-do-sol que ali eles têm acesso e de saberem que não teriam qualidade de vida semelhante em outro pequeno apartamento para onde seriam deslocados. Em oposição à casa dos sonhos de Penha, o filme corta para uma sequência do levantamento de grandes estruturas por muitos operários e equipamentos em movimento no Parque Olímpico. O documentário de Samuel Chalard, realizado ao longo dos anos da resistência – se inicia dois anos antes dos jogos –, traz o testemunho de diversos moradores que, na realidade, foram agentes

urbanizadores da comunidade e a pensam de forma diferente do que o projeto olímpico planejou para esse espaço. É notório ao longo do filme a diferente relação que alguns moradores têm com aquele espaço e como esses fazem parte de quem eles são e vice-versa: eles produziram aquele espaço que também faz parte de quem eles são e se tornaram.

Os moradores construíram as infraestruturas da comunidade quando não havia nada ali e continuaram a fazê-lo diante da dificuldade dos serviços públicos atenderem suas demandas. Alguns cuidam das árvores que ali estão e nas quais moradores buscam frutas, por exemplo. É interessante notar como esse espaço apropriado em que se construíram estruturas comunitárias para o real uso comum dos espaços – cujo valor está no seu uso, nas relações ali construídas não apenas entre eles, mas também com o espaço –, revela outra noção de pertencimento que, embora não exclua a articulação de pertencimento pautado no Estado nacional, se sustenta em vínculos locais que se construíram com base na participação popular da produção daquele espaço. O documentário mostra, por exemplo, moradores fixando um poste que estava caído e pensando em como remover árvores para que a Prefeitura não as derrubasse no contexto de acirramento das tensões para a remoção.

Pensar e construir o espaço faz parte da vida de alguns moradores, o que se refletiu na busca por propor o Plano Popular de urbanização em conjunto com especialistas e a sociedade civil, premiado internacionalmente, que articulava as demandas de abrir alguns acessos, assim como a proteção da vegetação nativa do entorno da lagoa, melhorias para evitar problemas estruturais em algumas casas e áreas comuns, tais como a quadra esportiva e a Associação de Moradores. Tratou-se de pensar o direito à cidade e a planejá-la democraticamente de forma a observar os objetivos de desenvolvimento econômico, social e cultural.

As usanças cotidianas do espaço na comunidade também são mostradas como, por exemplo, a prática costumeira de alguns bairros do subúrbio carioca de colocar um banco do lado de fora de casa para sentar-se nas calçadas a fim de ver as crianças brincando nas ruas e interagir com vizinhos, pegar frutas nas árvores, crianças soltando pipa, jogando futebol na quadra (Figura 2) e se movendo de bicicleta pela comunidade (em contraste com o intenso fluxo de carros das vias em seus arredores), ou seja, um espaço vivido e experienciado em outros ritmos e com outro senso de pertencimento, co-presença participativa e co-criativa. Em

contraposição, podemos ver no filme o projeto para a área resultante da articulação entre atores do capital privado, do Comitê Olímpico e da Prefeitura que desconsiderou qualquer participação popular (Figura 3).



Figura 2. Cena do filme Favela Olímpica. Crianças jogam futebol na quadra da Vila Autódromo ao lado das obras olímpicas.



Figura 3. Eduardo Paes, Carvalho Hosken e representantes do Comitê Olímpico Brasileiro.

Há uma cena em que a câmera observa uma senhora caminhando pelas ruas da comunidade – ainda com muitas casas – e a câmera se movimenta subindo, a partir do *on the ground* da comunidade, da vista do micro, revelando, à medida que

se desloca para cima, a configuração e a produção do espaço em disputa com suas infraestruturas – os condomínios, a lagoa, a proximidade com a praia, as obras olímpicas e a Vila Autódromo (Figura 4). Neste movimento, o documentário narra que o processo de regularização da comunidade estava quase concluído quando o Rio foi escolhido como sede dos jogos. Em contraposição a essa cena temos, no final, o documentário revelando como ficou o espaço esvaziado – de construções, de vegetação nativa – com as remoções ainda antes do início dos jogos (Figura 5).



Figura 4. Cena do filme Favela Olímpica de Samuel Chalard. A comunidade e as obras olímpicas em 2014.



Figura 5. Imagem área da comunidade ainda antes das Olimpíadas após as remoções.

Durante as obras apresentadas no filme, é evidente a aceleração dos ritmos denotados pelo desenvolvimento das obras que desemboca na frase estampada na parede de uma das estruturas do parque de que os jogos devem servir à cidade, sob um ângulo que expõe a cidade dos condomínios e prédios ao fundo. A esta imagem se sobrepõe o início da entrevista do Prefeito Eduardo Paes que articula a paixão pela “cidade fantástica” e a necessidade de ver a Olimpíada como oportunidade de transformação da cidade para melhor, que deixará um legado – que permanecerá no tempo – para a cidade. Neste contexto, o Prefeito apresenta o conceito desenvolvido de arquitetura nômade – da Arena do Futuro (Figura 6) – no estádio de Handball, isto é, nas palavras dele, estruturas que funcionariam como “Lego”: montados para os jogos e, posteriormente, remontados para construir escolas que fossem de usanças, fazendo parte da vida de crianças e não apenas de quem tivesse dinheiro para usufruir nos jogos. É interessante notar como o discurso do – talvez – principal legado tenha a ver justamente com a criação de escolas, e, portanto, usadas principalmente por crianças (ambas as promessas de um futuro melhor, geralmente apropriadas por uma concepção linear do tempo, de desenvolver-se).



Figura 6. Cena do filme Favela Olímpica. Construção da Arena do Futuro.

A narrativa apresenta as crianças brincando e usando/vivendo a comunidade independente dos entulhos e destroços ali deixados com as remoções, observando-se uma forma de resistência não intencional, mas lúdica (espaço apropriado para a

brincadeira) de apropriar-se daquele espaço ainda que com toda destruição deixada no contexto de precarização das condições de vida para sua expulsão (Figura 7).



Figura 7. Cena do filme Favela Olímpica. Criança brincando com os escombros das demolições.

Além da depredação, promovida pela Prefeitura, das infraestruturas que garantem acesso à luz, água e esgoto, o depoimento da moradora Sônia descortina a imposição de imobilidades aos moradores, ao passo que narra o bloqueio das entradas da comunidade com caminhões de obras e o afastamento do ponto de ônibus mais próximo. Da mesma forma, em diversas sequências podem ser observadas obstruções no movimento dentro das ruas da comunidade com o acúmulo de resíduos das demolições (Figura 8) e tratores.

Um novo corte se dá para a entrevista do Prefeito, que mostra, sob uma narrativa de necessidade de abertura de acessos ao parque – contrastando com a imobilidade provocada na Vila –, como, no discurso oficial, apenas 300 das 900 casas teriam que sair e, teoricamente, as que ficassem seriam urbanizadas, estando os respectivos moradores felizes com as mudanças em suas vidas – o que é contraposto pelas sequências mostradas no documentário.

Embora, aos poucos, muitos moradores tenham optado por sair, os que ficaram resistiam às demolições e se manifestavam. Ao longo do documentário é possível observar a mudança de atmosfera na comunidade não apenas com os moradores cada vez mais tensos sem saber o que aconteceria, mas também com a intensificação da presença policial na comunidade: tornou-se uma questão de

segurança pública. Por outro lado, parte da população celebrava a passagem da tocha olímpica e uma atmosfera nacionalista cobria a cidade. Vale destacar que os moradores da comunidade não questionavam o nacionalismo ou a realização dos jogos, mas o direito de participar do planejamento daquele espaço em que estavam.



Figura 8. Cena do filme Favela Olímpica. Moradora passa por canteiro de obras para acessar sua casa. Enquanto no muro narra sobre o vínculo da Prefeitura em atender ao interesse das corporações.

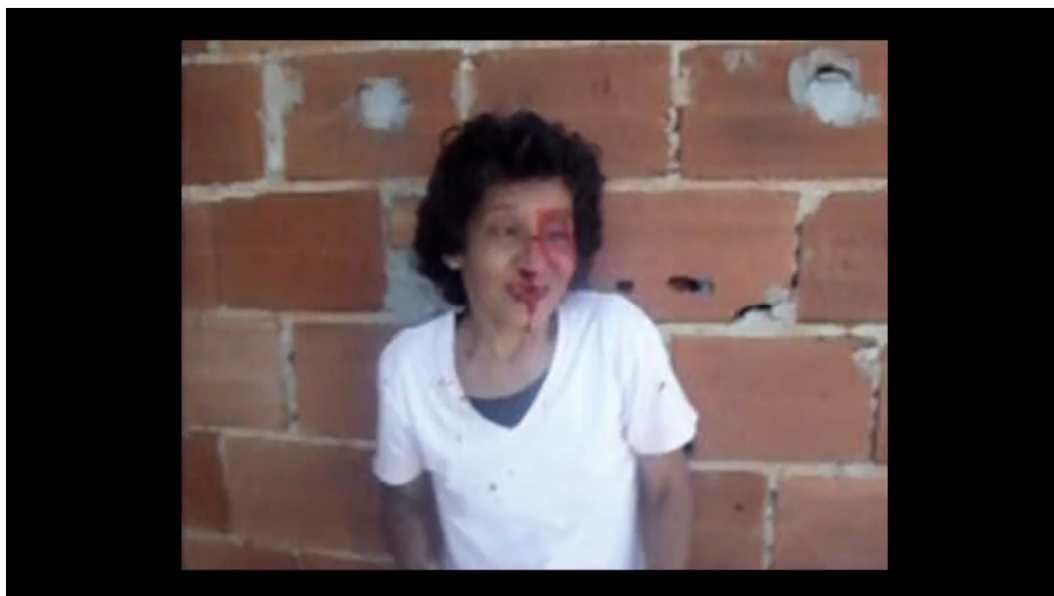


Figura 9. Cena do filme Favela Olímpica. Rosto da moradora Penha que viralizou na mídia nacional e internacional após ação da polícia para remoções.

Ocorreram episódios de confrontos, como mostrados nas figuras a seguir, tendo a imagem da moradora Penha agredida (Figura 9) figurado em jornais pelo mundo, assim como o manifesto dos moradores que amordaçaram suas bocas simbolicamente como protesto no momento da demolição da Associação de Moradores, de forma a denunciar que estavam sendo silenciados (Figura 10).

Com a derrubada da Associação (Figura 11), os moradores escrevem nas paredes e muros da comunidade os dizeres “Associação de Moradores” (Figura 12) evidenciando que, mesmo que a sede tenha sido posta abaixo, essa na realidade vive em cada muro dessa comunidade. Resistia-se assim, ao seu apagamento.



Figura 10. Cena do Filme Favela Olímpica. Moradores vedam suas bocas em ato de resistência contra a derrubada da Associação de Moradores.



Figura 11. Demolição da Associação de Moradores observada pela oficial de justiça e policiais.



Figura 12. Moradores escrevem nos muros restantes da comunidade os dizeres: "Associação de Moradores".

Destaca-se que algumas poucas famílias conseguiram o direito de permanecer no espaço que, contudo, passou por um processo de urbanização realizado pela Prefeitura, em que foram entregues 20 casas brancas padronizadas (Figura 13) para evitar o que um morador afirma em uma das entrevistas: que não se configurassem “poluição visual” na Barra Olímpica. Todavia, no final do documentário descobrimos que um dos moradores ganhou o direito de permanecer ali e, mais do que isso, na sua casa original (Figura 14). A presença da casa original

consiste em uma forma de desnaturalizar o projeto de urbanização implementado, por ao estar ali, estar rompendo com a suposta ordem das coisas e promovendo a politização nos termos de Rancière:

“Essa ruptura se manifesta por uma série de atos que reconfiguram o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se definiam. A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho.” (Rancière, 1996, p.42)



Figura 13. Casas construídas para as famílias remanescentes. 10 dias antes dos jogos.



Figura 14. A casa de um morador resiste à regeneração urbana.



Figura 15. Condomínio Parque Carioca (Programa Minha Casa Minha Vida de habitação) onde foram alocadas as famílias que aceitaram os apartamentos como permuta. Outros optaram por indenizações.

Finalmente, vale destacar que o filme se encerra narrando acerca da adaptação dos moradores no condomínio Parque Carioca (Figura 15), assim como os que ficaram nas novas casas na comunidade. Uma sequência se desenvolve mostrando uma moradora assistindo a abertura dos Jogos Olímpicos enquanto canta o hino nacional, uma outra casa aberta – em que uma televisão transmite um trecho da abertura que realizou uma representação da música “Construção” de Chico Buarque, segundo a repórter inspirado na construção da cidade – com trânsito de pessoas que confraternizam do lado de fora das casas. Um morador depõe dizendo que as pessoas são enganadas à medida que é mostrado “um paraíso que não existe” (entende-se que se refere à imagem que o Rio de Janeiro pretende projetar ao mundo). Neste momento, outro morador surge criticando e fazendo piada acerca da presença de Gisele Bündchen (famosa modelo brasileira que reside há anos no exterior) na cerimônia de abertura, posto que há anos ela mora nos Estados Unidos (dando a entender que ela não deveria estar entre os símbolos nacionais mostrados no evento) e todos riem. O primeiro morador retoma seu depoimento rindo, narrando que por mais que o projeto de urbanização tenha ocorrido, evidentemente novas apropriações e intervenções no espaço seriam feitas futuramente, uma vez que eles ainda são “comunidade”:

“Então é assim... a vida em comunidade é assim... cada um se expressa o que sente [...] a gente é nós, é Vila Autódromo, comunidade. Isso aqui não vai condominizar nunca. O Eduardo tem um sonho da gente viver aqui como um condomíniozinho [...] daqui a pouco você vai ver...uma cerca de arame farpado aqui, de madeira, puxadinho...isso aqui é comunidade, não adianta.”

O filme se encerra com o encontro deste morador (vestindo a camisa da Vila Autódromo) com o Parque Olímpico já em funcionamento – observando os fluxos no parque e aqueles que lá estão vivenciando a experiência olímpica – e, enfim, evidencia a concretude, do ponto de vista do cotidiano, da utilização dos megaeventos para realizar uma regeneração urbana que busca produzir uma cidade global:

“É compreensível que esteja todo mundo feliz aí e participando. As pessoas não passaram pelo que eu e tantas famílias passaram, mas é triste ver o esporte sendo usado para esses fins...e estar removendo famílias, destruindo as histórias de vida das pessoas. Agora vão para o Japão lá né...destruir as famílias lá no Japão lá 2020...Deve ter algum Carvalho Hosken por lá também né...massacrar os humildes lá do outro lado do mundo por causa de terra. Vai ter uma hora que isso vai ter que parar. Não é possível.”

2.6.

Atravessamentos finais

A partir desse breve rastreio das transformações e resistências (re-) produzidas no espaço e tempo, é possível compreender as formas pelas quais:

“Atravessando as fronteiras entre o público e o privado, o estado explicita que, aos pobres, o direito a essas ideias só se realiza quando elas não se interpõem aos interesses do capital. A casa humilde sobrevive em existência condicionada. Ela se desfaz quando são postas na mesa outras imaginações sociais que, muito certamente, são concebidas para contemplar outras classes. Foram os cortiços no século XX. E foram as famílias removidas sob a justificativa de fundação da Cidade-Olímpica no século XXI.” (Ramalho, 2018, p.44)

Essas constantes práticas de marginalização e expulsões evidenciam a contingência do direito à moradia, à cidade e à cidadania, estando os moradores das comunidades informais, localizadas em espaços que atraíam interesse do nexo capital-Estado, sob pressões constantes de suspensão de garantias e direitos.

Diante deste breve resumo acerca das experiências de repetidas tentativas de expulsões da Vila Autódromo do espaço para onde se expandia a grande Barra da Tijuca, é possível observar novos processos de gentrificação resultantes de projetos de desenvolvimento da região que buscavam remover as classes mais

pobres da área. Estes processos se tornaram viáveis com a recepção dos megaeventos que trouxeram uma narrativa de urgência e a subsequente criação de regulamentações que abriram espaços de exceção na cidade, mesmo tendo, os moradores, recebido anteriormente o direito de ali permanecer. Também foi apresentado um projeto de urbanização popular realizado pelos moradores em parceria com diversos atores da sociedade civil organizada a fim de viabilizar a permanência da comunidade de forma harmônica com o projeto olímpico que, se implementado, seria um interessante caso de projeto de urbanização de participação popular observando as demandas do Direito à cidade. O presente capítulo buscou atravessar as múltiplas escalas que o projeto de cidade global do Rio de Janeiro atravessou para, enfim, chegar na micropolítica da vida sobre a qual Shapiro & Opondo (2018, p.13) afirmam: “a different political sensibility emerges when one attends to the micropolitics of the household instead of focusing on the macropolitics of the nation-state.”

É importante destacar que são evidentes as formas pelas quais o capital se associou ao Estado de modo a controlar espaços urbanos, a mobilidade e os fluxos de pessoas, ideias e bens. Contudo, isso não se dá sem resistência daqueles que vivem a cidade (Bulley, 2016, p.1). Uma análise de Bulley acerca das táticas dos movimentos de *Occupy*, observadas em 2011, caracterizadas pelas ocupações de espaços públicos relevantes em cidades de grande circulação do capital global evidencia como essas táticas não questionavam meramente o exercício de poder e controle da relação capital-Estado, mas as próprias normas e valores da sociedade (Bulley, 2016, p.5).

Caso similar pode ser observado na experiência da Vila Autódromo que, em seus constantes movimentos de resistência e persistência em se afirmar naquele espaço da comunidade, denunciavam frequentemente as implicações da associação de interesses privados do capital ao Estado, assim como realizavam ocupações – acrescentadas da presença de manifestações culturais –, sendo interessante tal lógica, uma vez que se opõe à primazia da mobilidade e dos fluxos do capital e, dessa forma, promovem ocupações que possuem uma noção de fixidez, paralização, interrupção e ausência de movimento. É emblemática, nesse contexto, por exemplo, a colocação de guaritas na entrada da comunidade por iniciativas dos moradores para que caminhões e tratores da Prefeitura, que buscavam derrubá-la, não conseguissem passar (Sánchez, Oliveira e Monteiro, 2016, p.422). A tática de

ocupar confronta a lógica do movimento sob a forma de produzir imobilidade, porém, nessa contra conduta, há a movimentação da ideia de luta e resistência ativas para conter o controle governamental (Bulley, 2016, p.5).

Ocupar espaços urbanos, portanto, revela a reivindicação de grupos e corpos de propor reinterpretações não só sobre o espaço, mas sobre as normas e valores em que a governamentalidade opera sobre eles, jogando luz sobre a possibilidade da presença de diferentes ritmos de movimento – e diferenças – coexistirem. Mais do que conquistar algo, a prática de ocupar evidencia a possibilidade da materialidade de se estar junto, da própria co-presença (Bulley, 2016). A mobilização dos eventos da #OcupaVilaAutódromo apresenta essa tentativa de ressignificação do seu espaço ao trazer para ele movimentos culturais e mostrar como pode ser ocupado de forma diferente, oferecendo a possibilidade de uma alternativa de pensar-se junto, co-presente, nesse espaço e sobre ele. Na ocupação da Vila Autódromo:

“A ressignificação da destruição de forma lúdica também é uma estratégia permanente dos moradores. Na tradicional festa de São José Operário, casas parcialmente demolidas foram reapropriadas com a instalação de brincadeiras, como o popular jogo da lata, e para a comercialização das comidas e bebidas da festa. No 1º Festival Cultural #Ocupa Vila Autódromo, edificações foram utilizadas pelo Coletivo Projetação como plataforma de um protesto audiovisual que contava em projeções do histórico de violações de direitos e violência das remoções. A requalificação do parquinho infantil da Vila Autódromo foi uma atividade importante do movimento #OcupaVilaAutódromo e fortaleceu a estratégia de reocupar e qualificar os espaços degradados pelas demolições.” (Sánchez, Oliveira e Monteiro, 2016, p.422)

O movimento de resistência e ocupações acabou por promover que esses sujeitos se reinserissem também em outros espaços urbanos relevantes, como o centro e a Zona Sul da cidade, ao levar para eles manifestações e rituais da vida social da comunidade, fazendo com que as fronteiras que os delimitam e produzem fossem evidenciadas e levadas para esses outros espaços, buscando a visibilidade em diversas escalas transversais, tanto em outros espaços da cidade, quanto dentro de esferas do Poder Público, ao participar de debates no Senado, na Comissão de Direitos Humanos em 2015 e, até mesmo, na Assembleia das Nações Unidas em 2016 (Sánchez, Oliveira e Monteiro, 2016, p.413). A proposta de realização de eventos culturais e a participação transversal em debates atraiu os olhares de outros sujeitos da cidade, do governo e até atores internacionais, mostrando um pensar esse espaço enquanto atribuído de vida, cultura e de demandas por justiça.

Todas essas manifestações urbanas revelam que o espaço não se resume ao seu valor de troca e, mais do que isso, articulam sua busca ao direito de permanecer com tensões e iterações entre categorias como de *stasis* e mobilidade, ausência e presença, particular e universal, local e global, ao mesmo tempo que reivindicam, em espaços transversais, seu direito de participar e oferecer significações sobre o espaço que ocupam e também sobre outros transversalizados pelo nexo capital-Estado. Nessa sua transversalidade, buscavam reconhecimento de suas existências e se (re-) inscrever no espaço e tempo:

“Da microescala das pichações nas casas, tapumes e paredes cegas às manifestações massivas, das festas locais ao ativismo nas redes sociais e plataformas mundiais, foi sendo forjada a referência dessa luta de um bairro pela sua permanência no mapa da cidade olímpica” (Sánchez, Oliveira e Monteiro, 2016, p.425).

A resistência amplamente discutida aqui e sua disputa acerca do entendimento sobre o espaço da cidade joga luz nas implicações da implementação do projeto de cidade global neoliberal articulado por meio da regeneração urbana no contexto dos megaeventos. Mais ainda, evidenciam que, embora haja um padrão para se pensar e qualificar uma cidade como global – que acaba por incentivar a comodificação do espaço e a produção de expulsões e imobilidades –, a apropriação deste padrão não se dá de forma homogênea entre as cidades ou mesmo dentro delas. O próximo capítulo discutirá as nuances de sua aplicação no Rio de Janeiro e a importância das abordagens não generalizarem as experiências da busca pela produção dessas cidades globais, sob o risco de não alcançar suas complexidades e promover simplificações.

3

Cidades ordinárias?

3.1.

Introdução

As transformações no espaço, como no caso da Vila Autódromo, discutidas no capítulo anterior, revelam novos entendimentos e políticas públicas que descortinam mudanças nos tratamentos com as relações de classe e disputas por pertencimento que, em última instância, podem ser pensados como uma forma de neocolonialismo, tendo em vista a ideia de limpeza do espaço urbano para inseri-lo em uma lógica do mercado global, a fim de atrair fluxos de capitais e gerar riquezas (Gaffney, 2015, p.4). A busca por reproduzir um projeto de cidade global pode ser observada de diversos ângulos e perspectivas, sem estarem esses desconectados.

No Rio de Janeiro, é possível observar tal tentativa de construção de espaços e de regular quais sujeitos teriam acesso a eles, como, por exemplo, observa-se com o condomínio de alto padrão que hospedou os atletas olímpicos e, atualmente, está à venda no mercado imobiliário, sendo nomeado “Ilha Pura” e remetendo ao isolamento de partes indesejáveis da cidade e suas subjetividades, trazendo também a noção de pureza. Isso revela a segregação entre os bem-vindos visitantes cosmopolitas e as excluídas subjetividades da comunidade informal, de classes desprivilegiadas que não são bem-vindas naquele entorno. O referido condomínio fechado é um empreendimento do consórcio das empresas de construção Carvalho Hosken e Odebrecht que recebeu alto financiamento federal através da Caixa Econômica para a construção de 31 prédios cujas unidades seriam vendidas posteriormente ao evento, esperando-se uma receita de mais de 4 bilhões de Reais, como explica Gaffney:

“The consortium Ilha Pura (Pure Island, formed by the civil construction firms Carvalho Hosken and Norberto Odebrecht) received R\$2.33 billion in financing through the federal lending agency CAIXA to construct the 31-building, 3,604-apartment complex (Cedraz de Oliveira, 2013, p. 29). These residential units will be sold on the open market as condominiums with an expected market value in excess of R\$4 billion. In both the Olympic Park and Olympic Village

developments, primary access to the closed-condominium developments will be via automobile, contributing to the region's well-established residential settlement and mobility patterns. The gentrification pressures in Barra da Tijuca are driven by a number of intersecting vectors. The expanding closed-condominium residential landscape is attending the demands of Rio's rising middle and upper-middle classes who are seeking an affordable residential alternative to the hyper-valorized Zona Sul. State-led, megaevent-related projects are partially filling this demand but in order to maximize rents, there is a need to have "clean territories" free of favelas (Ferreira, 2009). The Olympics itself is generating significant real estate pressures at the same time the city government has changed zoning laws to maximize real estate speculation (Gerbene, Autran, & Candida, 2013; Magalhães, 2013). The installation of a series of bus rapid transit lines to the nominal Barra Olympic Zone has forced the removal of hundreds of families who were in their trajectory. Many of the former favelas are now empty lots, while some serve as storage yards for construction materiel (Comitê Popular, 2012)." (Gaffney, 2015, p.15)

Este condomínio revela a lógica da urbanização da Barra da Tijuca, que observa a presença de diversos condomínios fechados, os quais possuem área de lazer privada, assim como lojas, restaurantes e shoppings, ou seja, os construtores do consórcio que administram o condomínio possuem novas oportunidades e novos circuitos de acumulação com as novas infraestruturas que irão oferecer aos moradores do condomínio.

O processo de gentrificação, conduzido sob o discurso da urgência de transformações da cidade para os megaeventos, descortina a nova relação entre as esferas pública e privada no que se refere à comodificação do espaço urbano e do favorecimento do nexu financeiro-imobiliário, à medida que o próprio Estado passa a criar mecanismos para garantir a posse de determinados espaços a agentes deste nexu, e, mais do que isso, permite que produzam espaços no entorno de acordo com a lógica do mercado, da lucratividade e da remoção daquilo que atrapalhava tal projeto. De acordo com Gaffney,

"[...] when a city makes a bid to host the Olympic Games, it serves as an international notice sign: 'We are open for business.' That is, the city is for sale, its land, its spaces are for sale, or can be rented. In this sense, the citizens are also for sale, because they also take part in this process." (Gaffney apud Procópio, 2016, p.87)

Neste sentido, quando uma cidade recebe megaeventos – e se coloca como uma cidade global – há um acentuado aumento de seus fluxos que são alocados em circuitos de circulação (como o novo sistema de transportes, por exemplo) para promover a acumulação de capital de investidores locais e globais.

Neste cenário, houve um alinhamento político das gestões municipal, estadual e federal e, mesmo tendo sido observado no período uma política federal mais progressista (e eleita com base em uma plataforma com pautas mais direcionadas à esquerda como a defesa de um Estado maior) que entendia o urbano como uma questão nacional, observou-se o fomento a novas estruturas de administração pautadas nas parcerias público-privadas. Ou seja, um novo tipo de governança empresarial se estabelecia ao passo que se transferia para a iniciativa privada a gestão de espaços e infraestruturas públicas, que passavam a se adequar à lógica do mercado de eficiência e lucratividade.

No caso do Rio de Janeiro, de acordo com o relatório do Observatório das Metrópoles de 2016, destacam-se quatro contratos principais de Parcerias Público-Privadas (PPP): Porto Maravilha, Parque Olímpico, Transolímpica e VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). A realização dos megaeventos acabou, dessa maneira, por incentivar essa nova forma de administração neoliberal, ao passo que a narrativa sustentava a urgência de renovação do espaço urbano, desaguando em novos ciclos de comodificação desses espaços. Mais além, de acordo com Lacerda et al. (2016), embora tenha havido uma difusão do discurso de que os jogos gerariam amplos investimentos da iniciativa privada – e deixariam um legado para a população –, na prática, observou-se que a maior parte dos investimentos foi pública:

“According to data of the Dossier of the World Cup and Rio Olympics Popular Committee, when the budget for the Organizing Committee is excluded and items investment in Porto Maravilha – there is an inversion in the participation of public and private sectors: contrary to data published by the government, which registers 42.6% of public participation and 57.4% of private participation, public participation rises to no less than 63.19%, while private participation falls to 36.81%. The total volume of expenses shows a slight increase compared to the official data: from R\$ 38.6 to R\$ 40.23 billion. not included in official calculations are considered – with the exception of the FGTS.” (Lacerda et al., 2016, p.34-35)

Enquanto o discurso afirmava deixar um legado olímpico, vale ressaltar a distribuição desigual de recursos e investimentos, posto que houve uma ampla concentração destes na área da Barra da Tijuca, onde se buscava o estabelecimento de um novo centro (local em que se concentra grande parte da elite carioca):

“An analysis the Public Policies Plan, in turn, reveals 27 projects planned or in development that are officially considered part of the Olympic legacy, and which are discursively linked to the Olympic Games. Of this total, 13 projects, totaling R\$ 13.76 billion of the R\$ 24.6 billion provided by the Legacy Plan, are located in the macrozone of Barra da Tijuca, once again privileging this area of the city.

Prominent among them are: implementation of the Linha Quatro metro; construction of the Transolímpica and Transoeste Bus Rapid Transit (BRT) lanes; duplication of Joá Viaduct; completion of the Olympic Park road system, with the duplication of Salvador Allende Avenue; and recovery of the lagoon complex of the Jacarepaguá marshland, among other sewage and sanitation works. Then comes the central region, with R\$ 9,388.75, related to the execution of the urban renovation project for the port district, Porto Maravilha, and the implementation of the VLT.” (Lacerda et al., 2016, p.35)

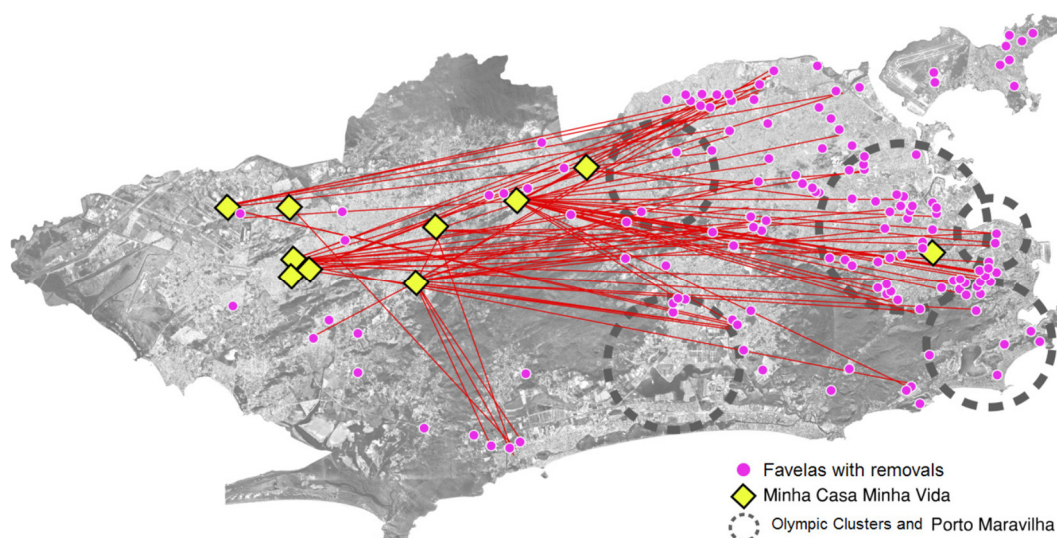


Figura 16. O mapa das remoções, por Lucas Faulhaber e Lena Azevedo (SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico, Mórula Editorial, 2015. (extraído do dossiê do Observatório das Metrópoles, 2016)

Além dos investimentos na Barra da Tijuca, Lacerda et al. descortinam, também, investimentos na busca por reforçar a centralidade da Zona Sul da cidade e na revitalização da região portuária, sendo possível neles observar diferentes processos de gentrificação característicos de uma urbanização neoliberal que apresenta “processos de destruição criativa³”. Lacerda et al. (2016) demonstram como as transformações urbanas deste contexto se dão com a comodificação da cidade (estando intrínsecos a isso, os processos de segregação e gentrificação) e com o estabelecimento de novas relações público-privadas nas quais se submete o interesse público à lógica de mercado e à administrações sem transparência, não democráticas e caracterizadas pela lógica da exceção (Lacerda et al., 2016, p.39). O Dossiê da Copa do Mundo e do Comitê Popular das Olimpíadas do Rio evidenciam essa informação ao apresentar dados de que as intervenções urbanas

³ Segundo Harvey (2005), é intrínseco aos processos capitalistas de renovação da produção como forma de criar novas formas de exploração e consumo.

(em especial as voltadas para mobilidade) removeram mais de 4.000 famílias nessas regiões (Figura 16). (Observatório das Metrópoles, 2016)

3.2.

Mobilidade urbana

Como discorrido anteriormente, o projeto olímpico envolveu amplos investimentos em transporte e mobilidade urbana, como a implementação da Linha 4 do metrô, a linhas de Bus Rapid Transit (BRT) Transolímpica e Transoeste, a duplicação do Elevado do Joá, a duplicação das estradas e avenidas no entorno do Parque Olímpico, a implementação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) no Porto Maravilha e a reestruturação dos itinerários das linhas de ônibus metropolitanas, com a separação de faixas de trânsito e paradas exclusivas para elas (Bus Rapid System – BRS).

O Prefeito Eduardo Paes sustentava que um dos pilares para a cidade do Rio de Janeiro se projetar como uma “Cidade do Futuro” se tratava da importância da mobilidade e integração entre áreas da cidade e, a esse pilar, outro se associava: o de cidade inteligente, que afirmava a importância do uso da tecnologia para estar presente. Este último, que se definia como um sistema de sistemas, acabou por promover a implantação de diversas câmeras de monitoramento na cidade para controlar trânsito, acidentes, enchentes e alagamentos que funcionariam também para garantir o pilar da mobilidade. Com isso, instalava-se um sistema de vigilância amplo para monitorar o movimento e os fluxos, o espaço urbano, suas infraestruturas e a vida cotidiana (Tzanelli, 2017).

“Selected in 2013 as the best ‘smart city’ at the Smart City Expo World Congress, Rio outlined a project of regeneration covering both terrestrial and digital changes. Rio’s officials saw this in the development of Rio Operations Centre, a citywide surveillance system integrated with a transportation system to improve domestic and visitor mobility from the shantytowns (Fox News Latino, 2013). This philosophy also informed Brazil’s organisation of the 2014 World Cup, articulating a combined necessity to survey dissent at home, inspect and control its multiple ethno-cultures on the one hand, and reach out to other global financial and cultural centres on the other hand (Sassen, 2001, 2006). Inspecting the city-world as a tourist from a safe bubble is not disconnected from inspecting its multiple realities as a governor, who has to ensure the safety of his or her subjects and global visitors. Worldmaking cannot be disconnected from securitisation concerns in the mega-event’s context – with the addition of a colonial and militarised background, imported from the West, to negotiate. In effect, Rio’s ‘worldmaking’ is linked to the principles of military tourism (*militourism*) as a symbiosis of the gaze of the first-world tourist and that of military surveillance (O’Dwyer, 2004)[...] Rather

than based on direct obliterations of its human populations, Rio's design is geared towards selective inclusivity and adaptation of the city's sociocultural capital to produce a coherent narrative of belonging in global hierarchies of aesthetic value.”(Tzanelli, 2017, p.70)

A ideia de cidade inteligente sustentou o imaginário de menos fricções nos fluxos da cidade, com grande trânsito de ideias e tecnologias, mas o fez sob uma ótica de securitização que visava, sobretudo, garantir a sensação de segurança para a mobilidade do capital e de turistas. Como mostra Salazar (2017, p.10), no cerne dos megaeventos há uma relevante conexão entre imaginários e infraestruturas em que ambos articulam elementos de mobilidade e imobilidade. Embora a produção da cidade inteligente se apresente como neutra, há, na realidade, a instalação de tecnologias de monitoramento que influenciam diretamente em uma política de mobilidade.

Desta forma, o discurso de crise e urgência não foi utilizado apenas em questões econômicas, mas também para endereçar a questão da chamada crise de mobilidade urbana em que, no Rio de Janeiro, observa-se o favorecimento a pequenos grupos detentores dos meios de transporte de massa (em especial as linhas de ônibus), a um sistema de metrô muito limitado espacialmente, ao aumento do número de veículos individuais nas ruas, resultando em um elevado tempo de deslocamento na cidade, sobretudo quando há acidentes ou obras nas vias. Neste sentido, a esfera pública municipal criou projetos para as vias e estradas principais e para uma reorganização do sistema de ônibus, atribuindo tais projetos como também legados dos megaeventos. Ou seja, sustentou-se um entendimento de que a questão da mobilidade metropolitana era central na organização dos megaeventos e que sua solução nesse contexto geraria benefícios a longo prazo para a sociedade. Tal solução envolvia uma aliança entre governos locais, o Governo Federal, as concessionárias de transportes públicos, as empresas de marketing, os patrocinadores dos megaeventos e as corporações imobiliárias e de construção, como mostra Bruno Procópio ao analisar o trabalho de Jean Legroux:

“This urban alliance simultaneously serves the interests of the middle and high classes, local elites, the economic and financial sectors involved in this large-scale urban transformation, and of the so-called world class (foreign investors, tourists, athletes, etc.). On the other hand, low-income populations, most slum dwellers and communities living in precarious conditions were excluded from the benefits of the construction of the ‘attractive city’ and the ‘transport revolution’.” (Procópio, 2016, p.73-74)

Contudo, como já demonstrado, esses chamados “legados” se distribuem de forma desigual e muitas vezes acentuam desigualdades prévias sendo, a questão da mobilidade, central nos processos de segregação territorial, uma vez que influencia diretamente as condições de vida e interação social (Rodrigues e Bastos, 2016, p.44). No Rio de Janeiro, por exemplo, houve o desaparecimento de diversas linhas que conectavam a Zona Norte à Zona Sul da cidade e a criação de linhas troncais para realizar a baldeação e acessar determinadas áreas, aumentando o tempo e dificultando o deslocamento na cidade:

“Anyhow, it is a matter of concern that part of the restrictive nature of these measures clearly affects the poor population. On the other hand, coincidentally, such measures serve the interests of residents of neighborhoods which have been trying for many years to get rid of the negative externalities caused by buses, such as traffic and sound and air pollution. In other words, these measures seem to go against the pressing need to promote the integration of the city’s historically segregated spaces, being at the same time a mechanism to enhance the self-segregation of the elite, ensuring amenities in upper middle-class territories.” (Rodrigues e Bastos, 2016, p.49)

Destarte, em alguns casos, a utilização dos recursos na solução da chamada crise da mobilidade não alterou a fragmentação socioespacial da cidade, mas sim acabou por reforçá-la. Deve-se observar ainda que, com as remoções de famílias e comunidades inteiras sob um discurso de abrir vias para mobilidade – para a criação do BRT e da Transolímpica, por exemplo –, ocorreu a transferência dessas (muitas forçadas) para áreas mais distantes da cidade.

Portanto, a buscada solução para a questão da mobilidade urbana funcionou como um mecanismo de novas expulsões e exclusões de classes mais pobres – possibilitadas por um discurso de urgência garantido pela recepção dos megaeventos que abriu uma série de brechas legais e políticas – e, além disso, ainda serviu para valorizar os espaços elitizados de onde essas comunidades foram removidas e novas vias de transporte foram abertas:

“Through the concession, the state creates the institutional and organizational foundations which allow the companies to impose their rhythm and dynamics of modernization and transition. Control of the process is in the hands of the private sector and its logic, conditioned by organizational imperatives and business strategies.” (Procópio, 2016, p.82)

3.3. Imaginários da cidade

É evidente que há diversas perspectivas que analisam o período dos megaeventos no Brasil. Algumas destacam o legado deixado por eles, o que Aaron e Garmany (2016, p.622) chamam de narrativa “pós-cidade de terceiro mundo”, na qual se afirma que, com os investimentos e parcerias público-privadas, a transformação da cidade neste contexto romperia com a dicotomia primeiro/terceiro mundo e reinventaria a cidade de forma a torná-la mais moderna e integrada, ou seja, haveria um crescimento inclusivo. Nestes casos:

“Specifically, the City Project is presented as an attempt to overcome the negative social and physical legacies of rapid urbanization and urban fragmentation, which, it suggests, are the fundamental obstacles the city currently faces. It proposes to do so through innovative and locally sensitive policies that simultaneously upgrade and integrate different urban territories, with specific (though not exclusive) emphasis on the relationship between favelas and formal areas. Those innovative policies are frequently borrowed from other contexts where similar conditions or problems are deemed to prevail, or where it is believed that lessons and models can be effectively adapted to the Rio context. The presence of policy influences from ‘Northern’ (i.e. American and European) contexts reinforces the argument that the City Project is collapsing the old distinction between ‘First World’ and ‘Third World’ cities as Rio de Janeiro enters a new modern era.” (Aaron e Garmany, 2016, p.627)

Outras perspectivas advindas da geografia crítica marxista, contudo, afirmam que os megaeventos criam, nos termos de Giorgio Agamben, um “Estado de exceção” que possibilita a inobservância de direitos e a suspensão da lei em determinados casos excepcionais – que se tornam, na realidade, a regra –, a fim de beneficiar o capital global, gerando não integração, mas securitização e expulsões. Tais perspectivas de orientação marxista analisam como, nos anos 80 e 90, teria ocorrido um processo de fuga de capitais do Rio para locais mais lucrativos e, com a melhora econômica nos anos 2000, o capital global teria retornado à cidade reclamando os espaços antes abandonados (Aaron e Garmany, 2016, p.627-628):

“Following Giorgio Agamben (2005), Vainer suggests that mega-events like the Olympics can be harnessed by states to subvert legal protocol. So momentous are mega-events in the eyes of state actors that ensuring their success can trump due processes of municipal, state and federal law. Thus, for cities playing host to mega-events, a ‘state of exception’ is created when the state ignores established laws in order to push through mega-event preparations. Examples in Rio de Janeiro include the forced removal of local residents from Olympic venue sites, bypassing environmental assessment and regulation, and authoritarian public security

measures carried out in public space. For Vainer, such tactics have become so commonplace that a permanent ‘state of exception’ has been created in Rio, now making it a ‘city of exception’.” (Aaron e Garmany, 2016, p.628)

É importante destacar que a partir desta literatura se desvelam dois fatores que tornam o caso do Rio interessante de ser analisado: a coalisão política possibilitada pela união dos governos municipal, estadual e federal que buscou, acima de tudo, a atração do capital global com os megaeventos e o turismo, e a adoção de medidas excepcionais que produziram efeitos não comuns na cidade, uma vez que tais megaeventos criaram espaços urbanos de exceção e funcionaram de forma a produzir o urbano de acordo com os interesses do capital, possibilitando a associação deste projeto da cidade com as tentativas autoritárias de remoções, como as já ocorridas na história da cidade (Aaron e Garmany, 2016, p.629). Mais do que isso, Aaron e Garmany destacam a tendência a securitização e escalada da violência em contexto de recepção de eventos internacionais como na RIO92 e no Pan Americano, que observaram operações policiais e militarização na favela do Complexo do Alemão, por exemplo. Alguns autores destacam essa relação da estratégia de securitização com a lógica socioespacial do neoliberalismo:

“For example, Freeman (2012) argues that mega-events and pacification are connected in that they both result from the new dynamics of capitalist accumulation since Rio’s economic resurgence. Drug-trafficking gangs, he argues, have long dominated life in Rio’s favelas, but this problem has only been seriously addressed since it has come into conflict with ‘elite accumulation strategies’ (Freeman, 2012: 97). The implication is that pacification constitutes a repressive and arbitrary means of controlling favela populations that threaten the realization of these strategies, rather than an attempt to extend norms of public policing to areas where they had previously been absent.” (Aaron e Garmany, 2016, p.629)

O que se observa no caso do Rio de Janeiro é que a maioria das comunidades ameaçadas de remoções se localiza em regiões adjacentes a espaços em que se busca uma elitização por meio da regeneração urbana, ou seja, são criados espaços de exceção com os megaeventos que após suas realizações serão legados para os interesses do capital. Entende-se, aqui, o Estado não como ausente (que nas perspectivas que enaltecem os megaeventos se celebra que este chegará em regiões onde antes era ausente), mas tendo agência direta na produção de desigualdades, servindo a uma elite e facilitando a acumulação de capital por esta (Aaron e Garmany, 2016, p.631). A fim de dar concretude à criação de medidas excepcionais que possibilitaram tais zonas de exceção, destacam-se duas legislações: o Decreto

Municipal nº 30.379, de 1º de janeiro de 2009 (Rio de Janeiro, 2009) e a Lei Federal conhecida como Ato Olímpico (Brasil, 2009). A leitura destas regulamentações descortina a função do Estado de atender às demandas do Comitê Olímpico Internacional e interesses privados do capital financeiro.

Destarte, as correntes que analisam a cidade como exceção, partindo da teoria do Estado de Exceção de Agamben (2005), são fundamentais para evidenciar como há a suspensão ou relaxamento de determinadas leis e direitos em contextos de emergência que favorecem que atores não estatais capitalizem sobre bens públicos e, até mesmo, apaguem ou alterem a memória de determinados espaços (como no Porto Maravilha). Segundo Broudehoux: “This state of exception thus allows nonelected agents, including beneficiaries of international capital sponsorship like the IOC and FIFA, to play a key role in local decision-making.” (Broudehoux, 2013, p.561). Vale destacar outro aspecto desse processo (Gaffney apud Procópio, 2016, p.90): a dificuldade de responsabilização pelos prejuízos deixados ao passo que organizações como o Comitê Olímpico Internacional e a FIFA afirmariam que a responsabilidade pela infraestrutura é do Estado e este afirmaria que seus projetos decorreram de imposições daquelas organizações.

É possível observar a partir de diversas leituras acerca da experiência do Rio de Janeiro, já destacadas aqui, como houve uma distribuição desigual de benefícios e impactos no espaço da cidade. Contudo, Aaron e Garmany vão além e demonstram como esses impactos foram desiguais até mesmo entre comunidades de baixa renda muito próximas umas das outras, nuances de distintas experiências que a teoria da cidade da exceção não consegue vislumbrar ao atribuir a ideia de cidade da exceção de forma geral às comunidades faveladas e mais pobres.

Os referidos autores trazem como exemplos as diferenças de tratamento entre as comunidades da Vila Autódromo e da Asa Branca, uma comunidade maior que anterior que fica apenas a 1 km ao norte de distância da primeira. Os autores delineiam como a primeira possuía certificado oficial de posse da terra desde os anos 90 e, mesmo o projeto inicial do Parque Olímpico não estabelecendo a necessidade de remoções, o governo municipal determinou que a Vila Autódromo deveria ser removida a fim de garantir acessibilidade e abertura de vias que garantiriam maior mobilidade nos entornos do Parque Olímpico. Por outro lado, a supracitada comunidade da Asa Branca teve impactos mais positivos – ainda que sem participação popular e na forma de *lobby* clientelista da Prefeitura –,

decorrentes de sua proximidade com o Parque Olímpico, recebendo melhorias da Prefeitura como pavimentação e iluminação (Aaron e Garmany, 2016, p.633-634).

Outro exemplo trazido pelos autores de distribuição desigual de impactos, não apenas entre as elites e os mais pobres, é o caso da Favela do Metrô em comparação com a da Mangueira e a do Tuiuti, todas nas redondezas do estádio do Maracanã. Os autores destacam o caráter violento da remoção da pequena comunidade da Favela do Metrô (por meio da estratégia similar da Vila Autódromo de oferecer benefícios para determinadas famílias levando-as para zonas mais distantes da cidade e precarizando a situação das famílias que optaram por permanecer). Esta experiência se diferencia substancialmente da vivida pela comunidade da Mangueira (muito mais ampla), notória por sua famosa escola de samba – que recebeu investimentos governamentais em infraestrutura e moradia e sua imagem fora utilizada de forma a produzir um discurso de cultura do espetáculo sobre essa comunidade. Diferente destas duas, a comunidade do Tuiuti – um pouco mais distante e não visível dos arredores do estádio, não recebeu atenção ou impactos relativos aos megaeventos (Aaron e Garmany, 2016, p.634). Como mostra a análise destes autores, é possível se criar zonas de exceção dentro delas mesmas e, ao invés de se pensar o território apenas como centro e periferia, podemos pensá-lo através de uma geometria fractal da cidade que possui múltiplos e variados estados de exceção que possuem diferentes intensidades em diferentes geografias:

“Logics of securitization and spectacle are clearly in play, yet they overlay pre-existing dynamics that can be decisive in determining where mega-event policies are implemented and with what consequences. Rather than exhibiting a singular and uniform mode of ‘exception’ throughout the entire city or even within special ‘Olympic Zones’, this suggests that there are, in fact, multiple and varying ‘states of exception’ that operate at different intensities and according to different geographies. As the examples of Asa Branca’s upgrading or Tuiuti’s relatively unobtrusive process of pacification suggest, it may be that deeper institutional power networks can themselves provide states of exception *from* states of exception. In this way, it may be useful to shift our understanding from a ‘territorial imagination of cores and peripheries’ to one of ‘fractal geometries’, in which different systems of power interact across the city (Roy, 2011: 233).” (Aaron e Garmany, p.635)

Em suma, a análise dos autores evidencia que as abordagens acerca da cidade da exceção – embora úteis para descortinar os processos e relações presentes no modelo neoliberal de produção do espaço – não conseguem oferecer uma análise completa acerca das nuances dos diferentes impactos e transformações na cidade

ao não diferenciar processos similares anteriores aos megaeventos e também não conseguir tratar da presença de políticas neokeynesianas (Programa Minha Casa Minha vida, por exemplo, incentivos às obras públicas, o Programa de Aceleração do Crescimento, entre outros) no período e como isso se distribuiu desigualmente geograficamente não observando uma lógica de centro/periferia.

Diante de todo o exposto, destacam Aaron e Garmany este terceiro grupo, para além das perspectivas da cidade pós terceiro mundo e da cidade de exceção, que descortina as implicações da aplicação de modelos urbanos desenvolvidos pelo Norte global – como as cidades globais – às cidades do Sul global e que evidencia a complexidade das relações entre o Estado, o mercado, grupos da sociedade civil e o espaço urbano em cidades do Sul global que experienciam uma busca de aceleração do desenvolvimento (Aaron e Garmany, 2016, p.623). Estas últimas abordagens se fazem extremamente relevantes no caso do Rio de Janeiro posto que, embora o espaço da cidade tenha pouca coisa em comum com cidades do Norte global, foi notória a inspiração nos modelos de planejamento urbano destas cidades para as Olimpíadas, tendo em vista que o Rio de Janeiro se inspirou no modelo de Barcelona – contratando inclusive pessoas envolvidas na implementação de seu modelo de urbanização, como consultores para implementá-lo no Rio de Janeiro – de utilização dos jogos para promover a regeneração de áreas pós-industriais e portuárias (Aaron e Garmany, 2016, p.626).

É importante destacar que, contudo, as políticas de revitalização urbana pensadas no Norte global, ao serem implantadas no Brasil, muitas vezes buscam, na realidade, a formalização de espaços informais e a tomada de controle destes espaços pelo Estado e pelo capital, sendo importante o desenvolvimento de análises críticas que desestabilizem a relação entre o neoliberalismo, a globalização e o Estado moderno, a fim de que se consiga pensar as nuances observadas nas cidades que não experienciam as condições do Norte global. Por essa razão, o caso do Rio de Janeiro é extremamente interessante de ser analisado, tendo em vista que evidencia, de forma destacada, não apenas as formas que o capital se associa ao Estado e toma posse de espaços, de forma acentuada e rápida, possibilitada e promovida pela associação aos projetos dos megaeventos. Mais do que isso, o caso evidencia as próprias contradições e nuances na implementação diferenciada dentro de áreas estratégicas. Portanto, não se deve observar essas experiências e políticas implementadas apenas como neoliberais unicamente:

“These elements of, in the first instance, complexity and contestation, and in the second instance, continuity and consensus within the Brazilian state, support the argument that, when not applied with great care, urban neoliberalization theory can end up concealing as much as it reveals about cities of the global South (Parnell and Robinson, 2012). Unlike in the global North – where inequalities of capitalist development may often be tempered by state involvement (Fainstein, 2008) – in the global South, greater state involvement by no means leads to more equal public benefits (see also Bezmez, 2008; Moncada, 2013). Yet, on the other hand, the central role of the Brazilian state in processes of securitization and social cleansing and also in the provision of housing and infrastructure in lower-income areas makes it problematic to label these policies collectively as ‘neoliberal’.” (Aaron e Garmany, 2016, p.633)

Destaca-se que o próprio imaginário espacial da (re-) produção de centros e periferias advém de escolas marxistas europeias de conhecimento, sendo importante evitar grandes generalizações nas análises das experiências sob risco de reduzi-las. Neste sentido, advoga-se por uma abertura de se pensar de formas alternativas o imaginário de cidades que vivem experiências distintas (embora observem uma série de similaridades), ou seja, pensar as cidades como ordinárias (Robinson, 2006) requer uma abertura a imaginários espaciais distintos, que não necessariamente busquem olhar para a cidade como um todo, integrada de uma forma lógica, replicando outras experiências específicas do Norte global, mas observando suas particularidades e fragmentações.

Olhar a geometria fractal da cidade, como sugerido pelos autores, possibilita abrir espaços para enxergar fraturas e regras na irregularidade das experiências. No caso do Rio de Janeiro, observou-se a produção desigual de zonas de exclusão, tendo a Zona Sul da cidade, a região do Porto Maravilha, a região de realização de eventos como o Maracanã e a Barra Olímpica experiências políticas muitas vezes similares com implementações e impactos muito distintos entre eles⁴. Mais do que isso, ao analisar a geometria fractal da cidade, observam-se as criações de zonas de exceção e experiências distintas dentro das próprias áreas conforme brevemente exemplificado nesta seção.

O que se destaca aqui é a necessidade de compreender as particularidades – e fraturas – que a prática revela quando há uma tentativa de homogeneização na busca pela produção de uma cidade global. Trata-se de observar e reconhecer que

⁴ Sugere-se o filme do gênero de fantasia “Mormaço” de Marina Meliande (2018) para observar a concretude desta ideia de geometria fractal. O filme é contextualizado no Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos e propõe um paralelo – similar, mas com diferente intensidade – da remoção na Vila Autódromo e de um prédio em Copacabana que seria transformado em Hotel para receber turistas.

há um projeto totalizante – o qual produz efeitos na prática – que reflete um projeto neoliberal de universalismo e atende interesses particulares de produção de uma ordem específica, mas que, contudo, são assemblados de forma distintas – mesmo que não intencionalmente – em cada contexto.

Portanto, é possível pensar as cidades globais como assemblagens – relacionais e nunca finalizadas –, ao mesmo tempo que, justamente devido ao seu caráter relacional e de estar sempre em aberto, possibilita pensar as cidades como ordinárias – comuns em suas diferentes experiências. Trata-se da eterna tensão, apresentada por RBJ Walker (2010), entre o universal e o particular, o todo e as partes, o grande e o pequeno, os muitos e o um. Defende-se aqui, contudo, que não há necessidade desta escolha aporética – impossível na prática – que se resume na questão do global com o local, sendo o próprio local também fragmentado, como observado na experiência do Rio de Janeiro. Todavia, negar a existência e busca de realização de um projeto de homogeneização tampouco parece possível. A parte não necessariamente faz parte de um todo, mas negar que partes e todos – que são, eles próprios, vários – se relacionam e produzem continuamente diferentes arranjos parece produzir miopias e fixidez.

A crítica pós-colonial de Robinson (2006) não contesta os impactos da busca pela reprodução do projeto neoliberal e promove uma crítica a esse tipo de categorização, a qual acaba por produzir hierarquias e impossibilitar que se vislumbre a criação de espaços criativos no Sul global (Robinson & Parnell, 2012, p.593). Sua crítica é centrada, justamente, na reprodução dessa categoria dentro das próprias abordagens teóricas, o que impossibilita enxergar espaços de criatividade ao criar categorias hegemônicas (as quais, ao olhar na micropolítica do cotidiano, descolam-se da prática). Com sua orientação pós-colonial (que advém de pensamentos que desestabilizam a estrutura da linguagem na produção da realidade), Robinson questiona a linguagem e as categorias por meio das quais se pensa acerca do urbano, propondo a de cidades ordinárias:

“Whereas global and world cities approaches focus on small elements of cities that are connected into specific kinds of economic networks, and developmentalist approaches tend to emphasise the poorest, least wellprovisioned parts of the city, the ordinary city approach brings the city 'as awhole' back in to view or, more properly, the city in all its diversity andcomplexity. This implies a stronger reterritorialisation of the imagination of urban studies around the individual city, or city-region, ather than its immersion in recounting transnational flows. At this urban scale, the challenges of addressing the diversity of city economies and

societies and of responding to the quite divergent needs gathered together in any city are readily apparent. The narrow economic reductionism of much global- and world-cities literature can be directly redressed by bringing the city back into urban theory. [...]There is little chance that we could even start to capture anything like the 'city as a whole', given the intense complexity of any city, and the dense webs of interconnections that make up any urban experience. But taking a city-wide view brings back into question issues that have been abandoned by mainstream urban theory, even as they have become crucial elements of policy-making and urban development. Learning from the field of urban development studies and international urban development policy, the importance of thinking across the diversity and complexity of cities is established.” (Robinson, 2006, p.10-11)

O que Robinson e Parnell (2012, p.595) corretamente afirmam é que as políticas neoliberais que circulam a questão do urbano não são as únicas relevantes a serem consideradas. No caso do Rio de Janeiro, o projeto de cidade global proposto por Eduardo Paes se sustentou na construção da “cidade do futuro” articulada em sua palestra no TED Talks (Technology, Entertainment & Design) em 2012. De acordo com Paes, uma cidade do futuro (em que claramente se articula um entendimento linear do tempo) deve apresentar alguns requisitos: ser ecologicamente correta, possuir mobilidade e integração, ser socialmente integrada (aspecto discutido aqui) e, por fim, usar tecnologia para estar presente (lógica de produção da cidade inteligente que é intimamente conectada com a busca por tornar-se cidade global). A aplicação desses requisitos é amplamente contraditória e relaciona-se de forma íntima com o capital neoliberal, como fora discutido anteriormente, e com a questão da mobilidade urbana sem, tampouco, reduzir-se a esse capital.

A questão da tecnologia para estar presente relaciona-se também com a ideia de cidade inteligente que, no caso abordado, criou o Centro de Operações do Rio que, por sua vez, desdobra-se tanto na difusão de câmeras pela cidade – podendo ser compreendido sob uma lógica de vigilância e securitização que permite observar desastres ambientais, enchentes, engarrafamentos, mas também proteger e garantir a segurança dos fluxos da cidade global (Tzanelli, 2017) –, como também criou o serviço de Central de Atendimento ao Cidadão 1746 (ligações, Whatsapp, ou por aplicativos) como forma de conectar o cidadão à Prefeitura para resolver pequenas situações e denúncias (pode ser visto sob uma perspectiva de vigilância e securitização, mas também uma forma de articulação de uma cidadania digital que aproxima os cidadãos da administração pública).

A ampla discussão de todos esses aspectos e suas relações com projetos totalizantes como a modernização e urbanização neoliberal, no contexto do Rio de Janeiro durante os megaeventos, não é o escopo deste trabalho (embora seja uma sugestão para estudos futuros), mas funcionam aqui de forma a ilustrar a heterogeneidade de projetos para a cidade que, muitas vezes, incluem uma aproximação entre cidadãos e a administração pública que se articulam entre si, mas que tampouco garantem que vozes subalternas (Spivak, 2010) de fato sejam ouvidas ao também proporem seus projetos para a cidade, como abordado no caso da Vila Autódromo e tantos outros propostos pela sociedade civil organizada.

Observam-se, neste período na cidade, tanto a presença de políticas nacionais voltadas à inclusão social, à diminuição da desigualdade, projetos de moradia popular, programas de incentivo ao crescimento nacional (políticas neokeynesianas), quanto uma aproximação aos interesses privados (agenda neoliberal) por parte de uma gestão nacional entendida como de esquerda. O mesmo se observa na cidade, não apenas com medidas claramente voltadas à sua comodificação, mas também com projetos de inserção tecnológicas em escolas de algumas comunidades e a busca por garantir saneamento em alguns locais (enquanto em outros não). Esses exemplos funcionam para evidenciar que há homogeneização – ocorrida muitas vezes pautada em violências –, mas também há heterogeneidade e especificidades que apenas uma abordagem transversal consegue vislumbrar, ao passo que totalização e fragmentação não são opostos, mas se relacionam continuamente.

Entender a cidade enquanto uma assemblagem de diversos elementos que se relacionam sempre de forma temporária e nunca estática, com diversas nuances em espaço-tempos diferentes, não elimina a importância de uma abordagem pós-colonial que denuncia projetos totalizantes. Pelo contrário, ambos possibilitam tensionar a relação entre o todo e as partes e pensar suas interrelações, atravessamentos e contingências. Em ambas, desnaturaliza-se a fixidez e a preexistência de uma ordem dada e, por meio delas, é possível observar nuances, mudanças e transformações sem, com isso, negar a importância e a materialidade de projetos hegemônicos na prática.

3.4. Atravessamentos finais

Diante do exposto aqui, observa-se que há a busca pela comodificação da cidade, há a produção de imobilidades ao passo que o capital se torna mais móvel e securitiza mais espaços, mas há também resistência e engajamento para participar na produção da cidade e evidenciar que existem outras formas criativas de combinar esses elementos – trazidos com a globalização e novas tecnologias – que promovam uma hospitalidade a diferentes formas de estar junto na cidade sem, contudo, apagar histórias.

Com uma abordagem transversal, descortina-se que a homogeneidade e a heterogeneidade não devem ser separadas em binários simplistas, estando em constantes articulações em diversos níveis, as quais podem ser observadas a partir de pontos de vistas distintos. Contudo, como defende Cinthya Enloe (1996), aqueles que estão nas bases das relações de poder, ou nas margens, podem oferecer diferentes *insights* e pontos de vistas sobre essas múltiplas articulações, além de possibilitar a emergência de uma sensibilidade política distinta.

Considerações Finais

“Over the last few decades, the staging of mega-events has been harnessed by cities looking for a competitive advantage in the global economy, as an instrument of place promotion and economic regeneration, stimulating domestic consumer markets while capturing mobile sources of capital. More than mere catalysts for urban development, mega-events have become powerful engines in the neoliberal reconfiguration of the city and represent important legitimating factors to leverage urban interventions (Broudehoux 2007). Mega-events both facilitate and accelerate the realization of large-scale urban projects through their capacity to generate a sense of urgency (Stavrides 2010). Neo-liberal leaders have long learned to exploit a crisis discourse of fear, violence and economic decline to generate a consensus about major urban interventions (Vainer 2009). Following the same logic as the Shock Doctrine described by Klein (2007) used to push local economies to adapt to the requirements of neo-liberalism, mega-events allow coalitions of political and economic agents to exploit their tight schedules and fixed deadlines to galvanize projects. This artificially induced crisis legitimizes the imposition of what Stavrides (2010) calls a state of emergency upon the host city, as the added pressure exerted by international federations like FIFA and the International Olympic Committee (IOC) for the projection of a flawless urban image pushes ambitious civic leaders to take whatever measures they consider necessary to warrant success.” (Broudehoux, 2013, p.561)

Diante de tudo aqui delineado, pode-se finalmente atravessar uma série de respostas e *insights* que contribuem para pensar as condições de possibilidade que favoreceram a regeneração urbana no Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos da forma em que se deu. Primeiro, destaca-se que, no contexto, os três níveis do Poder Executivo estavam alinhados e coordenados – Eduardo Paes no Município, Sérgio Cabral no Estado e Lula da Silva/Dilma Rousseff na União – na busca de transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma cidade global, o que fizeram através de um modelo de governança empresarial (sob uma lógica de eficiência e rentabilidade) característico da urbanização neoliberal, tendo a recepção dos megaeventos favorecido e incentivado a regeneração urbana nestes moldes, muitas vezes, associado a um discurso de regeneração cultural (muito evidente na experiência do Porto Maravilha). É importante destacar que o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro datado de 1995 já expressava a busca por globalizar-se e atrair investimentos através do incentivo ao turismo e da recepção dos megaeventos, ou seja, embora se tenha realizado no período de 2007, com o Pan

Americano, e de 2014 a 2016, com a Copa do Mundo e as Olimpíadas, é declaradamente anterior o objetivo estratégico de tornar-se uma cidade global.

A associação dos megaeventos a essa estratégia de globalizar-se criou um discurso de urgência (ou estado de emergência) que possibilitou a implementação dos projetos de regeneração urbana utilizando-se da criação e regulamentação de medidas excepcionais para promovê-los, possibilitando a observação da lei sendo utilizada para remover obstáculos à lógica do capital que, por sua vez, pressupõe intrinsecamente essa aceleração temporal – há uma notória política do tempo nesta lógica em que o urbano é produzido, sendo impossível dissociar a produção do espaço da produção do tempo – adquirida por meio dos usos dos discursos de crise e emergência característicos do neoliberalismo. Contudo, como observado, o foco na prática e no urbano evidencia a presença de múltiplas temporalidades que coexistem e, ao mesmo tempo em que se desafiam, se atravessam e se produzem.

De acordo com Broudehoux (2013, p.567), o entendimento empresarial da cidade no seu projeto de regeneração (orientada pelo capitalismo autoritário) revela um arranjo de diversos elementos que a legitimaram e transformaram intensamente a paisagem urbana: a importação de modelos de planejamento urbano, inovações político-legais, criação de instrumentos financeiros criativos e a recepção de megaeventos mundiais. A implementação rápida destes modelos importados possui diversas consequências, como segregação e mobilidade desigual no espaço urbano. Nota-se que até o discurso de abertura de vias e meios de transporte interligados, os quais buscam a garantia da mobilidade, insere-se na lógica de aceleração de fluxos de capitais e pessoas que pressupõe o modelo da cidade global, em que se busca remover os pontos de fricção geradores de atrasos e ineficiência.

Contudo, com um olhar ampliado sobre a experiência de mobilidade urbana na cidade, observa-se que há, na realidade, a criação de fricções a fim de justamente dificultar o acesso a determinados espaços da cidade para uns, ao passo que amplifica vias nas áreas mais elitizadas, impulsionando sua mobilidade. Há um constante jogo entre mobilidade e imobilidade dentro das geometrias fractais da cidade que, mais do que isso, revelam a mercantilização do movimento que, curiosamente, em determinados espaços não observa a lógica empresarial da eficiência e acaba por dificultar o acesso de determinadas subjetividades a determinadas áreas. Esta forma de regeneração urbana revela, de acordo com Bourdehoux, novas formas de relações de poder no espaço urbano

“[...]giving non-elected actors extraordinary powers to transform the urban environment. By devolving planning into the hands of property developers and large corporations, local governments have allowed private interest and aspirations to dictate the nature, location and target users of projects designed in partnership, and facilitated the transformation of the urban realm into a marketable commodity. (Bourdehoux, 2013, p. 567)

Portanto, como afirmou Gaffney em entrevista ao Observatório das Metrópoles, é evidente que os megaeventos, na era da globalização, tornaram-se um modelo de negócio globalizado que atrai fluxos de capitais e de pessoas e, em última instância, reestrutura circuitos de circulação e acumulação. No caso do Rio de Janeiro, nas Olimpíadas de 2016, observou-se uma aliança de interesses de classes políticas, elites econômicas e capital internacional (Procópio, 2016, p.85). Desta forma, é importante notar o entendimento dos megaeventos como negócios empresariais com muitos interesses ligados a eles, especialmente no que se refere à acumulação de poder e de capital inerentes a uma economia global, que necessita da criação de novos fluxos para as cidades a fim de visibilizá-las e, assim, atrair mais investimentos. Tendo em vista o objetivo de tornar a cidade mais atrativa para fluxos de capitais e pessoas, com a comodificação do espaço urbano e sua produção neoliberal, o Rio de Janeiro possuía um contexto político-econômico favorável: a recepção dos megaeventos enquanto negócios globalizados e um alinhamento hegemônico dos três níveis federativos para tal.

Por tudo isso, diversos estudos mostram que, com a comodificação da cidade, os direitos sociais (como a moradia, transporte) se subordinaram aos interesses de elites políticas e da iniciativa privada, os quais frequentemente são financiados pelo próprio Estado. O que se observou foi a transformação do imaginário da cidade em uma empresa que busca crescer e lucrar, utilizando-se do espaço urbano entendido por seu valor de troca. Ao integrar determinados espaços urbanos públicos aos circuitos do capital, destes removem-se determinados grupos (que os enxergam por seu valor de uso). Dentre as principais transformações neste contexto destacam-se:

“The successful Olympic bid provided extra impetus, resources and coordination to policies already being implemented at different levels, as well as permitting the development of entirely new ones. These policies cover the areas of housing, infrastructure, transport and security, and include those already mentioned as present in and around Providência: the UPPs, UPP Social, Morar Carioca and Porto Maravilha. There are also major new transport policies, like the creation of a light-rail system covering the port and city centre, a Bus Rapid Transit (BRT) network

focused on the west of the city, and extension of the city metro, also to the west. Significant federal infrastructure and housing programmes such as the Programa de Aceleração do Crescimento (Growth Acceleration Programme, PAC) and Minha Casa Minha Vida (My House My Life, MCMV) are being carried out on a large scale in particular zones of the city. There have also been major redevelopments of the Maracanã football stadium, which hosted the 2014 World Cup final, and the Autódromo Nelson Piquet in Barra da Tijuca, which will be the site of the future Olympic Park”. (Aaron e Garmany, 2016, p.624)

É importante notar como o ciclo de acumulação não se dá apenas com a abertura de espaços vendáveis da cidade, mas as mudanças na infraestrutura acabam por criar demandas de novas infraestruturas e serviços a serem oferecidos pelos mesmos atores envolvidos nas expulsões, favorecendo a constante reprodução do capital e a criação de novos ciclos de acumulação. Por exemplo, com a remoção da comunidade da Vila Autódromo, muitos dos moradores que aceitaram sair receberam em troca apartamentos em um condomínio popular financiado pelo Estado e construído pelas mesmas empresas do consórcio responsável pela Barra Olímpica e pelo condomínio Ilha Pura.

Vale notar, por fim, que não necessariamente sem a presença dos megaeventos esses desdobramentos (como a gentrificação) deixariam de ocorrer, mas sem dúvida ocorreriam de forma mais coordenada, mais lenta e sem a criação de regulamentações excepcionais que possibilitaram a suspensão de direitos, sendo evidente como tais megaeventos aceleraram esses processos, como amplamente debatido aqui. Além disso, é interessante notar como tudo isso se deu sob uma gestão nacional do Partido dos Trabalhadores (de esquerda), que estava no comando, inclusive, da Secretaria Municipal de Habitação neste contexto, e que acabou permitindo as remoções e fomentando interesses privados do capital (de forma a superar a ideologia partidária).

Por tudo isso, o caso do Rio de Janeiro se faz ainda mais interessante quando se observa a busca de uma agenda neoliberal ao mesmo tempo em que havia cada vez mais políticas neokeynesianas por parte do Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento e o programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, evidenciando a necessidade de se observar as nuances dos processos de regeneração urbana no Rio de Janeiro, o que se deu similarmente em diferentes áreas, mas de formas distintas até mesmo dentro delas, com diferentes experiências e impactos entre as próprias áreas submetidas à intervenção.

Vale destacar ainda que, embora se reconheça amplamente a influência do projeto totalizante do neoliberalismo e suas múltiplas implicações na produção do espaço das cidades globais, como observado, isto não se dá sem resistência e impulsiona o surgimento de movimentos que, mesmo que falhem em seu contra projeto de urbanização, são bem sucedidos em denunciar as implicações de um Estado se associar aos interesses do capital, o qual entende a terra por seu valor de troca. Embora o Plano Popular não tenha sido sequer considerado pela Prefeitura, a resistência deste grupo de moradores evidencia a possibilidade de criação de projetos urbanos criativos e técnicos que promovam uma coexistência urbana de vários espaços produzidos de forma mais democrática e participativa. Os sujeitos agentes da urbanização neste estudo de caso, assim como o espaço da comunidade em si, evidenciam a articulação do projeto homogeneizante com a heterogeneidade característica das comunidades.

Não apenas se pode falar do encontro da comunidade com o projeto do Parque Olímpico – que pode ser compreendido como um encontro colonial que tantas abordagens pós-coloniais denunciam se sustentar em violências e na eliminação da diferença como Inayatullah & Blaney (2004) e Connolly (1989) – mas, mais do que isso, os próprios moradores – que se transformaram à medida que o espaço se transformou – atravessaram (e se encontraram com) diversas esferas transversais com as suas reivindicações, oferecendo formas alternativas de co-presença e coexistência pacífica com a diferença, articulando-se com outros projetos transversais e seus diversos elementos – às vezes totalizantes – sem, contudo, excluí-los. A comunidade não rejeitava a importância da tecnologia, da construção de escolas no local, da preservação ambiental do entorno da lagoa, da necessidade de serviços de saneamento e iluminação, por exemplo.

A resistência da Vila Autódromo reivindicava o direito a participar criativamente no projeto de urbanização de seu bairro e ofereceu importantes contribuições para se pensar o direito à cidade, a urbanização participativa e, em última instância – conforme desenvolvido aqui –, evidenciar que, para compreender nuances desta experiência sem simplificá-la, é fundamental reconhecer a transversalidade e multiplicidade das concepções de espaço e tempo que coexistem.

Diante de tudo aqui exposto, sugere-se para pesquisas futuras a investigação das formas pelas quais se articulam, em diferentes cidades – espaço em que se materializam esses encontros transversais –, as propostas de urbanização de

participação popular com projetos de cidades inteligentes e as respectivas implicações, na prática, desse encontro. Além disso, o presente trabalho sugestiona também a importância de se investigar o lugar do Internacional neste pano de fundo da emergência das cidades como espaços relevantes e, partindo-se do caso específico do Rio de Janeiro aqui abordado, pensar as relações das margens da cidade com a margem do Estado e do próprio Internacional, isto é, o encontro com o global e a questão da diferença dentro da cidade suscitam a relevância de questionar o lugar da fronteira do Internacional e o seu fora.

Referências bibliográficas

AARON R. M., & GARMANY, J. 'Post-Third-World City' or Neoliberal 'City of Exception'? Rio de Janeiro in the Olympic Era. **International Journal of Urban and Regional Research**, 40(3), p. 621-639, 2016.

ACUTO, M., & CURTIS, S. Assemblage thinking and international relations. In: **Reassembling international theory**. Palgrave Pivot, London, p.1-15, 2014.

AMIN, A.; THRIFT, N. **Cities: Rethinking the Urban**. Cambridge: Polity Press, 2002.

BARBOSA, M. G., & DI FELICE, E. Apreensões no espaço urbano: uma abordagem imersiva ao caminhar na cidade de Pelotas/RS. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, 3(11), 2019.

BARBOSA, M.G.; PONS, M.L.; DI FELICE, E. **O corpo no limiar**: a teoria da deriva, a prática da errância e da cartografia na apreensão do urbano, em uma abordagem corpo a corpo na cidade contemporânea. Natal: Anais XVIII ENAMPUR, 2019.

BASARAN et al. **International Political Sociology: Transversal Lines**. Routledge, 2017.

BRASIL. Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009. Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 2009. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=01/10/2009>> Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 2016. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13-334-de-13-de-setembro-de-2016-21291946>> Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 maio 2016. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/05/2016&jornal=1000&pagina=8&totalArquivos=10>> Acesso em: 10 mar. 2021.

BRENNER, N. Globalisation as reterritorialisation: the re-scaling of urban governance in the European Union. **Urban studies**, 36(3), p. 431-451, 1999.

BRENNER, N. O que é teoria crítica urbana?. **E-metropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**. v.3, n.1, p. 20-28, 2010.

BRENNER, N.; ELDEN, S. Henri Lefebvre on State, Space, Territory. **International Political Sociology**, v.3, n.1, p.353-377, 2009.

BROUDEHOUX, A. M. Neo-liberal exceptionalism in Rio de Janeiro's Olympic port regeneration. In: **The Routledge companion to urban regeneration**, p. 578-588. Routledge, 2013.

BULLEY, D. Occupy Differently: Space, Community and Urban Counter-Conduct. **Global Society**, 2016.

BULLEY, D. & LISLE, D. Welcoming the World: Governing Hospitality in London's 2012 Olympic Bid. **International Political Sociology**, 2012.

CLOSS STEPHENS, A. Urban atmospheres: Feeling like a city?. **International Political Sociology**, v. 9, n. 1, p. 99-101, 2015.

CLOSS STEPHENS, A. **The persistence of nationalism: from imagined communities to urban encounters**. Routledge, 2013.

CONNOLLY, W.E. Identity and Difference in Global Politics. In: DER DERIAN, J. & SHAPIRO, M. **International/Intertextual Relations: Postmodern Reading of World Politics**. NY: Lexington Books, p. 323-342, 1989.

CURTIS, S. **Global cities and global order**. Oxford University Press, 2016.

ELDEN, S. Missing the point: globalization, deterritorialization and the space of the world. **Transactions of the Institute of British Geographers**., v.30, n.1, p. 8-19, 2004.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, v.1, 1994a.

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, v.2, 1994b.

ENLOE, C. Margins, silences and bottom rungs: how to overcome the underestimation of power. In: SMITH et al. **International theory: Positivism and beyond**, Cambridge University Press, p. 186-202, 1996.

FERGUSON, J., & GUPTA, A. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. **American Ethnologist**, 29(4), p. 981-1002, 2005.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAFFNEY, C. Gentrifications in pre-olympic Rio de Janeiro. **Urban Geography**, 37(8), p.1132-1153, 2016.

GOLD, J. R., & GOLD M. M. **Athens to Athens: The Summer Olympics, 1896–2004**. Routledge, 2011.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n.29, v.1, p.73-89, 2012.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOSHINO, T. & FRANZONI, J. Right to the city Inc.: the engine room of urban financialization. In: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Dossier what is at stake in these games? 2016 Olympics and the Commodification of the city of Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR/Observatório das Metrópoles, 2016.

INAYATULLAH, N. & BLANEY, D.L. **International Relations and the Problem of Difference**. NY: Routledge, 2004.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Dossier what is at stake in these games? 2016 Olympics and the Commodification of the city of Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR/Observatório das Metrópoles, 2016.

LACERDA ET AL. Investments and Public-Private Partnerships: the neoliberal urbanization of the Olympic City. In: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Dossier what is at stake in these games? 2016 Olympics and the Commodification of the city of Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR/Observatório das Metrópoles, 2016.

LEARY, M. E., & MCCARTHY, J. **The Routledge companion to urban regeneration**. Routledge, 2013.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: blackwell publishing, 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Prefácio – A Produção do Espaço. **Estudos Avançados**, n.27, v. 79, 2013. p. 123-132, 2013.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis (Uma reflexão em busca de autoestima)**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

MACÉ, M. **Siderar, considerar migrantes, formas de vida**. Tradução: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

MAGNUSSON, W. **Politics of Urbanism. Seeing Like a City**. Routledge. NY, 2011.

OPONDO, S. O., & SHAPIRO, M. J. Subalterns 'speak': migrant bodies, and the performativity of the arts. **Globalizations**, 16(4), p. 575-591, 2019.

PARNELL, S., & ROBINSON, J. (Re) theorizing cities from the Global South: Looking beyond neoliberalism. **Urban Geography**, 33(4), p. 593-617, 2012.

PROCOPIO, B. Review. In: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Dossier what is at stake in these games? 2016 Olympics and the Commodification of the city of Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR/Observatório das Metrópoles, 2016.

RAMALHO, L. **Entre Planos e Fugas: narrando histórias da relação corpo-cidade no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Orientador: Isabel Rocha de Siqueira, 2018.

RAMOS, A. C. **A luta e estratégias dos moradores da Vila Autódromo: um caso de resistência à política de remoções da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em época de megaeventos.** Trabalho de Conclusão de Curso (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Orientador: Prof. Dr. Fabrício Leal de Oliveira, 2014.

RANCIERE, J. **O Desentendimento: Política e Filosofia.** São Paulo: Editora 34, 1996.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 30.379, de 1 de janeiro de 2009. Dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Município do Rio de Janeiro para a realização dos jogos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016, na cidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 02 jan. 2009. Disponível em: <<https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/738/#/p:4/e:738>> Acesso em: 10 mar. 2021.

ROBINSON, J. **Ordinary cities: between modernity and development.** Psychology Press, 2006.

RODRIGUES, J.M. & BASTOS, P.P.M. State Action in Urban Transportation in the City of Rio de Janeiro: a reflection on the bus fleet rationalization. In: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Dossier what is at stake in these games? 2016 Olympics and the Commodification of the city of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPPUR/Observatório das Metrópoles, 2016.

SALAZAR, N. B. et al. **Mega-event mobilities: A critical analysis.** Taylor & Francis, 2017.

SÁNCHEZ, F.; OLIVEIRA, F.; GONÇALVES, P. Vila Autódromo in dispute: subjects, instruments and strategies to reinvent the space. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e (ANPUR)**, v. 18, p. 408-427, 2016.

SANTOS JR., O. The gentrification as a strategy of neoliberalization of Brazilian cities In: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Dossier what is at stake in these games? 2016 Olympics and the Commodification of the city of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPPUR/Observatório das Metrópoles, 2016.

SASSEN, S. **The Global City: New York, London, Tokyo.** Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. Place and production in the global economy. In: LeGates, R. T. & Stout, F. (Eds.), **The City Reader.** London: Routledge, 1994.

_____. **Sociologia da Globalização.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. **Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy.** Cambridge, Harvard University Press, 2014.

SHAPIRO, M. J. The fog of war. **Security Dialogue**, 36(2), p. 233-246, 2005.

SHAPIRO, M. J. **The time of the city: Politics, philosophy and genre**. Routledge, 2010.

SHAPIRO, M. J. **Studies in trans-disciplinary method: after the aesthetic turn**. Routledge, 2013.

SMITH, A. **Events and urban regeneration: The strategic use of events to revitalise cities**. Routledge, 2012.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELLES, A. C. Turismo e pobreza na Era da “Favela Global”. **Soc. estado**. [online]. vol.33, n.1, p.301-304, 2018.

TZANELLI, R. Virtual mega-event imaginaries and worldmaking imperatives in Rio 2016. In: SALAZAR, N. B. et al.(Ed.). **Mega-event mobilities: A critical analysis**. Taylor & Francis, 2017.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 15 nº 44f, 2000.

WALKER, R.B.J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge University Press, 1993.

WALKER, R.B.J. The double outside of the modern international. **Ephemera: theory and politics in organization**, 6(1), p. 56-69, 2006.

WALKER, R.B.J. **After the globe, before the world**. London and New York: Routledge, 2010.

ZEITUNE, M. et al. A Vila Autódromo, seu histórico de luta e remoções. **Anais do VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, SEGeT, v. 13, 2016.

Filmes e Vídeos

“**Favela Olímpica**”. Direção: Samuel Chalard. Suíça, 2017, 93 min.

“**Mormaço**”. Direção: Marina Meliande. Brasil, 2018, 97 min.

TED TALKS. “**Eduardo Paes: Os quatro mandamentos das cidades**”. Youtube, fev. 2012. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/eduardo_paes_the_4_commandments_of_cities?language=pt>. Acesso em : 10 jul. 2021.